

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Andriélen Regina Kochem

**A PEDAGOGIA HOSPITALAR EM DOIS CURSOS DE PEDAGOGIA DE SANTA  
CATARINA: UM ESTUDO A PARTIR DOS CURRÍCULOS**

Florianópolis

2019

Andriélen Regina Kochem

**A PEDAGOGIA HOSPITALAR EM DOIS CURSOS DE PEDAGOGIA DE SANTA  
CATARINA: UM ESTUDO A PARTIR DOS CURRÍCULOS**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação da  
Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da  
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito  
para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia.  
Orientadora: Profa. Dra. Simone Vieira de Souza.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Kochem, Andriélen Regina

A PEDAGOGIA HOSPITALAR EM DOIS CURSOS DE  
PEDAGOGIA DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO A PARTIR DOS  
CURRÍCULOS / Andriélen Regina Kochem ;  
orientadora, Simone Viera de Souza, 2019.  
137 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia,  
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Prática Pedagógica. 3.  
Atendimento Escolar Hospitalar. 4. Curso de  
Pedagogia. 5. Análise Curricular . I. de Souza,  
Simone Viera. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

Andriélen Regina Kochem

**A PEDAGOGIA HOSPITALAR EM DOIS CURSOS DE PEDAGOGIA DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO A PARTIR DOS CURRÍCULOS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção de Título de “Licenciado em Pedagogia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Pedagogia

Florianópolis, Junho, 2019

---

Profa. Dra. Jocemara Triches

Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Simone Vieira de Souza  
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Dra. Maria Sylvia Cardoso Carneiro

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Dra. Márcia de Souza Hobold

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia

Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta, como as minhas demais conquistas, aos meus pais, por todo o incentivo. Sem o amor e o apoio de vocês durante a minha trajetória, este trabalho não teria sido possível.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pela minha vida, saúde e força que me fazem seguir em frente.

Aos meus pais, Regina Kochem e Luiz Carlos Kochem, por todo o apoio e incentivo durante toda a minha trajetória. Desde sempre acreditaram muito em mim. Agradeço imensamente por todo o amor e carinho, por todo zelo e preocupação. Não foram anos fáceis, mas vocês, todos os dias os tornavam melhores. Seja com uma palavra de conforto, um abraço, nas pequenas atitudes, como me esperarem com o jantar pronto. Vocês são essenciais para mim e exemplos de pessoas. Os admiro e todos os dias aprendo com vocês valores de como ser uma pessoa melhor, honesta, forte e batalhadora.

Aos meus irmãos, Ana Paula Kochem e Luiz Carlos Kochem Junior, que são meus melhores amigos e apoiadores, sou extremamente grata por tudo que me ensinam e incentivam. Especialmente no processo de escrita desse trabalho, agradeço a paciência e carinho comigo.

A todo o corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, que contribuíram todos os dias com a minha formação acadêmica e crítica. Ingressei no curso aos 17 anos de idade com um mundo em mente, hoje saio com uma visão totalmente diferente e engrandecedora. Em especial, a minha professora orientadora, Simone Vieira de Souza, que aceitou embarcar no desafio que propus com essa temática da pesquisa. Grata por todos os ensinamentos, comentários e críticas construtivas, assim como as palavras de conforto, principalmente em meus momentos de ansiedade.

A todas as minhas colegas de graduação. Convivemos por mais de quatro anos juntas, pessoas de diferentes idades, cidades, costumes, muitas histórias repletas de ensinamentos. Sou grata demais pelas amizades que fiz durante este percurso, vocês me agregaram demais como pessoa. Em especial as minhas amigas Camila Beppler e Thaynara Theisges. Em que juntas, formamos a melhor “dupla” de três dos estágios e da vida. Obrigada por serem luz nos meus dias nublados, por toda força e aprendizagem, juntas crescemos muito. A companhia de vocês todos os dias tornava tudo mais fácil.

Aos demais familiares e amigos, cada pessoa que fez parte da minha caminhada durante esses quatro anos e meio. Como escreveu Antonie de Saint-Exupéry, “Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”. Ou seja, a todos que passaram por minha vida, muito obrigada!

*A educação não é elemento exclusivo da escola, como a saúde não é elemento exclusivo do hospital (Regina Fontes)*

## RESUMO

Considerando a Educação como um direito de todos, mesmo fora do âmbito escolar, esta pesquisa procura compreender de que forma o currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual e da Universidade Federal de Santa Catarina, abordam o tema da Pedagogia Hospitalar no percurso formativo das estudantes. Para tanto, conceitua-se o processo de aprendizagem, além do espaço escolar, apresentando o surgimento do trabalho pedagógico dentro dos hospitais e o seu processo histórico. Apresenta, também, as leis e estatutos que afirmam o direito da criança, mesmo hospitalizada, prosseguir os estudos, e o dever do Estado ofertar o Atendimento Escolar Hospitalar (AEH). Por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, que se caracteriza como análise de documentação indireta, com o intuito de realizar um levantamento prévio sobre a temática tratada, a presente pesquisa traz por meio do estudo realizado, análise e inferências acerca das informações obtidas, e apresenta como síntese conclusiva que apesar das mudanças ocorridas no âmbito educacional, com implementação de leis, debates e discussões que tangem a educação como um direito de todos para além dos espaços formais de ensino regular, ainda é percebida uma lacuna na discussão e amparo teórico/metodológico, no que diz respeito à formação acadêmica para se atuar em outros contextos educacionais.

**Palavras-chave: Prática pedagógica. Classe Hospitalar. Atendimento Escolar Hospitalar. Curso de Pedagogia.**



## **ABSTRACT**

Considering Education as a right of everyone, even outside the school context, this research seeks to understand how the curriculum of the Pedagogy Course of the State University and the Federal University of Santa Catarina, address the theme of Hospital Pedagogy in the students' training course . For that, the learning process is conceptualized, besides the school space, presenting the emergence of the pedagogical work within the hospitals and their historical process. It also presents the laws and statutes that affirm the right of the child, even hospitalized, to continue studies, and the duty of the State to offer Hospital School Attendance (AEH). Through a documentary and bibliographical research, which is characterized as an indirect documentation analysis, with the intention of carrying out a previous survey on the subject treated, the present research brings, through the study carried out, analysis and inferences about the information obtained, and presents a conclusive synthesis that despite changes in the educational context, with the implementation of laws, debates and discussions that affect education as a right of everyone beyond the formal spaces of regular education, a gap is still perceived in the discussion and theoretical / methodological, with respect to the academic formation to work in other educational contexts.

**Keywords: Pedagogical practice. Hospital Class. Hospital School Attendance. Course of Pedagogy.**

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Imagens do cotidiano do Atendimento Escolar Hospitalar no HIJG.....	59
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regiões e Municípios que ofereciam o AEH entre os anos de 2005 a 2013 em SC.....	35
Quadro 2 – Municípios que oferecem o AEH em Santa Catarina - Dados atualizados em 2018.....	37
Quadro 3 – Estrutura Organizacional do Hospital Infantil Joana de Gusmão.....	56
Quadro 4 – Contextualização histórica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.....	63
Quadro 5 – Contextualização histórica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Catarina.....	73

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Distribuição do AEH por Região/Estados nos anos de 2003/2011 e 2013.....	32
---	----

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AEH - Atendimento Escolar Hospitalar  
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APACHE - Associação para a melhoria das condições de hospitalização das crianças  
CEB - Câmara de Educação Básica  
CEPE – Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais  
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CH - Classe Hospitalar  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CNEFEI - Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptadas  
CP – Conselho Pleno  
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica  
DCNP – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
ENAEH - Encontro Nacional Sobre Atendimento Escolar Hospitalar  
GERED - Gerência Regional de Educação  
GSPP - Grupo de Sistematização do Projeto Pedagógico  
HIEGR - Hospital Edith Gama Ramos  
HIJG - Hospital Infantil Joana de Gusmão  
HU – Hospital Universitário  
LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação  
MEC - Ministério da Educação  
NADE - Núcleo de Aperfeiçoamento e Diversificação de Estudos  
PRONAICA - Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente  
PP – Projeto Pedagógico  
PPP – Projeto Político Pedagógico  
RJ - Rio de Janeiro  
SED - Secretaria da Educação  
SIRSSE - Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação  
SIPD - Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente  
SC - Santa Catarina  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>INICIANDO O CAMINHO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>22</b>
1.1 CONCEITUALIZAÇÃO: O QUE É A PEDAGOGIA E O SER PEDAGOGA .....	22
1.2 O ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR: O QUE É?.....	25
1.3 A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR NO MUNDO.....	29
1.4 A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR NO BRASIL.....	31
1.5 A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR EM SANTA CATARINA.....	37
1.6 DIRETRIZES LEGAIS DA PEDAGOGIA HOSPITALAR.....	41
<b>2. O TRABALHO DA PEDAGOGA NO AMBIENTE HOSPITALAR.....</b>	<b>51</b>
2.1 LIMITES E POSSIBILIDADES DENTRO DO HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO, DE FLORIANÓPOLIS – SC .....	57
<b>3. UMA ANÁLISE CURRICULAR DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL E UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA .....</b>	<b>63</b>
<b>POR HORA... A SÍNTESE POSSÍVEL .....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>88</b>

## INICIANDO O CAMINHO

Início este texto com registros sobre a minha trajetória acadêmica, objetivando explicitar minha aproximação e escolha do tema deste estudo. Cursei o Ensino Fundamental e Ensino Médio em escolas públicas de Florianópolis, Santa Catarina (SC), e ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no primeiro semestre de 2015. Inicialmente, meu objetivo profissional era outro, pretendia cursar Psicologia ou Engenharia Mecânica, opções totalmente distintas. Durante o Ensino Médio muitos desejos diferentes surgem em nossa mente, entretanto, optei por cursar Pedagogia e me surpreendi positivamente ao longo da graduação, surgindo o interesse sobre as temáticas abordadas no percurso de formação. Com a inserção nos estágios não-obrigatórios em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ao viver na prática as possibilidades de atuação docente, aliado aos estudos e trabalhos acadêmicos realizados, me identifiquei cada vez mais com a profissão.

No ano anterior ao meu ingresso na UFSC, em 2014, realizei uma visita ao Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG) com o intuito de participar de uma campanha de doação de brinquedos, livros, revistas, entre outros materiais, para a brinquedoteca do hospital, onde pude conhecer, também, o espaço destinado para a prática pedagógica que acontece dentro do HIJG. Esse ambiente me encantou tanto no que diz respeito a sua infraestrutura, quanto aos objetivos institucionais preconizados, qual seja, de acolher e propiciar que crianças em idade escolar, mesmo que hospitalizadas, pudessem prosseguir os estudos, minimizando o sofrimento e perdas advindos do processo de adoecimento, tratamento e hospitalização. Até aquele momento eu não tinha o conhecimento da existência do Atendimento Escolar Hospitalar (AEH), um serviço no qual o HIJG é referência em todo o Brasil.

Com a entrada no curso de Pedagogia, criei expectativas de aprender sobre a temática e as possibilidades de atuação como futura pedagoga. Avalio que a partir dessa experiência na graduação, de não ter estudado sobre o AEH, somado ao crescente interesse na área, foi definida minha opção – desde a disciplina de Pesquisa em Educação II, no semestre de 2017.1 –, por buscar leituras e estudos que pudessem responder aos questionamentos acerca do tema. Talvez, hoje essa pesquisa possa contribuir, também, com estudos de outras estudantes da graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFSC que tenham interesse de



pesquisar na área. Inicialmente a ideia era realizar uma pesquisa de campo, analisando os limites e possibilidades dentro do HIJG, entendendo na prática do cotidiano como se dá o trabalho pedagógico. Entretanto, por conta de questões burocráticas e a ausência de tempo hábil para submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, a ideia inicial foi alterada. Desde então, pude observar que apesar de ser uma temática relevante, ainda é pouco discutida.

Por meio de pesquisa realizada no banco de dados dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Pedagogia da UFSC (TCC), encontrei uma<sup>1</sup> monografia (publicada em 2010), e dois<sup>2</sup> TCCs (ambos apresentados em 2013) sobre a prática pedagógica dentro dos hospitais. Outro aspecto que pode reforçar a complexidade de localizar trabalhos na interface Pedagogia e o contexto hospitalar é a dificuldade de encontrar professoras<sup>3</sup> no curso, que orientassem sobre o assunto. O que nos faz refletir e reiterar a ideia sobre a importância de estudos na área que possam perspectivar uma futura atuação da pedagoga no ambiente hospitalar.

Dito isso, e considerando o desafio que o tema nos coloca, tenho como pergunta de pesquisa: ***De que forma o currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual e da Universidade Federal de Santa Catarina, abordam o tema da Pedagogia Hospitalar no percurso formativo das estudantes?*** Para isso, pretendo: - investigar com base no currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina (UDESC) e da Universidade Federal de Santa Catarina, como o tema da Pedagogia Hospitalar é abordado nos referidos cursos; - analisar os limites e possibilidades do trabalho pedagógico com crianças hospitalizadas, a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como a legislação que garante o direito da criança prosseguir com os estudos, mesmo em regime de internação para tratamentos de saúde; - discutir sobre a importância do estudo do referido tema no Curso de Licenciatura em Pedagogia, assim como elucidar nas grades curriculares

---

<sup>1</sup>“As práticas pedagógicas na classe hospitalar do Hospital Infantil Joana de Gusmão”. Daniela Eli e Luiza Turnes (2010).

<sup>2</sup> “A atuação do professor no âmbito da classe Hospitalar”. Bárbara Rafaela Brummer (2013)/“A prática pedagógica na classe hospitalar” Valquiria Silva do Lago (2013).

<sup>3</sup> A palavra, é utilizado no feminino entendendo que o corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFSC é um espaço majoritariamente composto por mulheres. Assim se confirma nos dados disponíveis no site <http://pedagogia.paginas.ufsc.br/files/2015/11/RELA%C3%87%C3%83O-PROFESSORES-EFETIVOS-2015-2.pdf> atualizados em 2015.2.

dos cursos de Pedagogia de Santa Catarina analisados, momentos/disciplinas mais propícias ao estudo da Pedagogia Hospitalar.

Sendo assim, um dos focos do trabalho é compreender a prática pedagógica nos hospitais, por meio dos estudos bibliográficos, seus desafios e suas possibilidades. É importante salientar que as crianças e adolescentes com alguma doença, sobretudo, as que necessitam de períodos de hospitalização prolongado – em consequência de seus diagnósticos –, devem dar continuidade aos estudos. Para isso encontra-se a necessidade de existir uma equipe de profissionais especializados e conscientes quanto ao seu papel. Sobre a importância da professora no AEH, Ceccim (1998) afirma que:

A função do professor no hospital não é a de apenas ‘ocupar criativamente’ o tempo da criança para que ela possa ‘expressar e elaborar’ os sentimentos trazidos pelo adoecimento e pela hospitalização, aprendendo novas condutas emocionais, como também não a de apenas abrir espaços lúdicos para que a criança ‘esqueça por alguns momentos’ que está doente ou em um hospital. O professor deve estar no hospital para operar com os processos afetivos de construção da aprendizagem cognitiva e permitir aquisições escolares às crianças (CECCIM, 1999, p. 43).

Ou seja, é um possível espaço de aprendizagem, mesmo que fora do ambiente formal de escolarização, rompendo a concepção de que a educação ocorre apenas dentro das escolas. Outrossim, o AEH também contribui no atendimento emocional, auxiliando na recuperação da autoestima da criança, e, posteriormente, na reintegração do estudante na escola de origem, diminuindo ao máximo uma ruptura do ensino, e em algumas vezes, evitando possível fracasso escolar (CECCIM, 1999).

Tal vertente pedagógica já está garantida por lei. O Brasil reconheceu através da Resolução nº. 41 de outubro de 1995, do Conselho Nacional dos direitos das crianças e do adolescente, que traz os Direitos das Criança e do Adolescente hospitalizados, no item 9: o “Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar”, uma legislação para a criança e adolescente hospitalizado (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 17/10/95 - Seção I, p.163/9-16320 - Brasília - Distrito Federal.)<sup>4</sup>. Contudo, por lei, é reconhecido o direito

---

<sup>4</sup> Disponível em:

[http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/Res\\_41\\_95\\_Conanda.pdf](http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/Res_41_95_Conanda.pdf) Acesso em: 09 de maio de 2019.

desde a década de 90, mas, ainda hoje, existem inúmeras fissuras quanto o AEH, refletindo, por exemplo, na escassez da implantação e autorização para esse atendimento.

Em Santa Catarina, segundo os dados da Secretaria de Estado da Educação, nesses 23 anos (entre 1995 a 2018), apenas oito hospitais oferecem esse serviço atualmente, sendo o primeiro registro formal datado em 2001 e o último em 2011. Esses dados foram atualizados em 2018 e é preocupante, visto que a última implementação oficial do AEH foi no ano de 2011. Outra fissura observada se refere à lacuna de formação específica para atuação na área. Fato que constatei ao realizar um levantamento a partir dos currículos atuais de Pedagogia na Universidade Federal (Anexo 1) e Estadual de SC (Anexo 2).

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo apresento um levantamento teórico a fim de trazer alguns elementos para compreensão da temática. Foram abordados os conceitos no que se refere à Pedagogia e o ser pedagoga na atualidade, a compreensão do que é o AEH, com um levantamento breve sobre o conhecimento referente ao espaço de estudo, além do debate sobre a utilização da nomenclatura “Classe Hospitalar”. Apresento também o contexto histórico da Pedagogia Hospitalar, o seu surgimento no mundo e no Brasil, com enfoque em Santa Catarina, situando os avanços e o quadro atual no que se refere ao AEH. Além de apresentar os parâmetros legais que norteiam a prática e a necessidade de uma formação específica dos profissionais para atuarem no ambiente hospitalar, tanto no que se refere à dimensão acadêmica/teórico, como também, ao preparo emocional para trabalhar num contexto diferente do âmbito escolar.

No segundo capítulo, apresento uma discussão acerca da prática da pedagoga<sup>5</sup> dentro do ambiente hospitalar, buscando, apoiado em Ceccim (1999), Matos e Mugiatti (2007), Fontes (2005; 2008) e Comin (2009), explicitar a interação que existe com a família e com toda a equipe de saúde, no que tange a recuperação integral do educando hospitalizado, auxiliando-o no autoconhecimento de sua patologia, elevando sua autoestima e posteriormente no possível regresso ao âmbito escolar.

No terceiro e último capítulo, analiso o levantamento dos currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual e Federal de Santa Catarina, com

---

<sup>5</sup> Ao longo do trabalho a palavra pedagoga será utilizada no substantivo feminino, entendendo que esse é um espaço majoritariamente composto por mulheres, desde os cursos de Licenciatura em Pedagogia, assim como na atuação da área.

destaque para o estudo e compreensão sobre a matriz curricular e a interface com o tema do AEH, e por último, apresento as considerações finais buscando o diálogo e sínteses acadêmicas possíveis entre os dados encontrados e os autores estudados ao longo deste estudo.

Quanto à metodologia, se trata de uma pesquisa documental e bibliográfica, que se caracteriza como análise de documentação indireta, com o intuito de realizar um levantamento prévio sobre a temática tratada. Segundo Marconi, “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. (2003, p.174). Nesse sentido, a presente pesquisa, analisou documentos oficiais, como, leis, documentos de orientações do MEC e da SED, Projeto Pedagógico de Cursos de Pedagogia, entre outros, com ênfase na análise curricular dos cursos de Licenciatura em Pedagogia das Universidades Federais e Estaduais de SC, disponíveis na plataforma online, site das próprias instituições. E é uma pesquisa bibliográfica, uma vez que

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma quer publicadas, quer gravadas (MARCONI, 2003, p. 183).

Ou seja, foi realizado levantamento de publicações já existentes, como, livros, dissertação de mestrado, artigos indexados, trabalhos de conclusão de curso que versassem sobre o conteúdo, e que para além de apresentar algumas das unidades conceituais, pudessem gerar novas reflexões e diálogo com os dados encontrados. Como autores pesquisados no que diz respeito a contextualização do que é Pedagogia e ser pedagoga, cito: Ghiraldelli (1987); Libâneo (2001); Saviani (2001); quanto a compreensão do que é o AEH, trago o amparo teórico de Matos e Mugiatti (2007); Fontes (2004; 2008); Santos e Souza (2009); Geremias (2010); Borges (2012); Brummer (2013). Sobre o contexto histórico, os autores que nortearam a pesquisa foram Fonseca (1999; 2013); Oliveira (2000; 2013); Mota (2000); Lima (2000);

Vasconcelos (2006); Esteves (2007); Barros (2007) Santos e Souza (2009); Paula (2010); Meinem (2012). No que tange os aspectos legais, foram analisados documentos do MEC (2002), a Constituição Federal (1988), LDB (1996), entre outras leis mais específicas no que se refere ao Atendimento Escolar Hospitalar. Quanto a prática pedagógica dentro do contexto hospitalar, Ceccim (1999;2000); Fontes (2005;2008); Matos e Mugiatti (2007); Comin (2009), foram os autores pesquisados. Quanto aos aspectos referentes ao HIJG, os dados foram retirados do próprio site do hospital (que se encontra disponível e atualizado).

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo objetiva apresentar elementos para situar o leitor acerca da temática da Pedagogia Hospitalar. Traz, primeiramente, uma descrição do que é a Pedagogia e o ser pedagoga, e possíveis áreas de atuação dessa profissional. Para isso, apresento o AEH, seu surgimento, contexto histórico e legislação que ampara o direito dos estudantes de prosseguirem os estudos, mesmo com alguma doença que acarretou em situação de hospitalização.

### 1.1 CONCEITUALIZAÇÃO: O QUE É A PEDAGOGIA E O SER PEDAGOGA

Segundo Ghiraldelli (1987), historicamente, em grego antigo, *paidós* significa “criança” e *agodé* indica condução; ambas as palavras ligadas e adaptadas ao português indicam a palavra Pedagogia. Historicamente o *paidagogo* era aquele que guiava a criança ao local do ensino das primeiras letras, da ginástica e exercícios físicos. Era apenas um condutor até o conhecimento. Algo que ao longo dos séculos foi se modificando, atualmente o senso comum entende a Pedagogia como um conjunto de técnicas, princípios, métodos e estratégias de educação e de ensino. Paulo Ghiraldelli, importante filósofo e autor do livro “O que é Pedagogia” (1987), através de uma análise histórica, descreve como o sentido da palavra foi se modificando, e afirma que,

Hoje, o sentido metafórico é aquele que usamos: o pedagogo não é mais quem serve de pajem da criança nem é o motorista que leva a criança à escola. Ele é o que lida com os meios intelectuais e técnicos que possibilitam o ensino e a aprendizagem de modo ótimo (GHIRALDELLI, 1987, p.12).

Em contrapartida, é importante salientar que o ser pedagoga vai além de uma profissional que executa técnicas de ensino. Segundo Libâneo (2001),

A ideia de senso comum, inclusive de muitos pedagogos, é a de que Pedagogia é ensino, ou melhor, o modo de ensinar. Uma pessoa estuda Pedagogia para ensinar crianças. O pedagógico seria o metodológico, o modo de fazer, modo de ensinar a matéria. Trabalho pedagógico seria o

trabalho de ensinar, de modo que o termo pedagogia estaria associado exclusivamente a ensino (LIBÂNEO, 2001, p. 5).

É possível constatar, portanto, que essa concepção está enraizada no contexto histórico da educação, desde o significado do termo, aliado a outra variável que se relaciona com uma questão de gênero. Isto é, os cursos de Pedagogia são majoritariamente compostos por mulheres, e é comum a Pedagogia culturalmente estar associada em algumas falas, inclusive dentro das universidades, como um curso para formar **professoras de crianças (grifo meu)**, e ser associado a um espaço de cuidado materno. Evidentemente, essa é uma ideia simplista e reduzida de um campo de estudo mais amplo. José Carlos Libâneo, importante professor brasileiro, pesquisador e autor de vários livros que contribuíram no meio educacional, afirma que a Pedagogia é:

[...] o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas. Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas. O campo do educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. De modo que não podemos reduzir a educação ao ensino e nem a Pedagogia aos métodos de ensino. Por consequência, se há uma diversidade de práticas educativas, há também várias pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação etc., além, é claro, da pedagogia escolar (LIBÂNEO, 2001, p. 6).

Nessa direção, mais uma vez, se reforça a compreensão de que a Pedagogia vai muito além de conjuntos e técnicas para a prática de ensino. E a pedagoga é uma profissional que pode atuar em diversas áreas da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à área escolar, tendo em vista objetivos de formação humana e intencionalidade definida no referido contexto de atuação. Partindo dessa perspectiva, o autor descreve três tipos de profissionais:

- 1) pedagogos *lato sensu*, já que todos os profissionais que se ocupam de domínios e problemas da prática educativa em suas várias manifestações

- e modalidades, são, genuinamente, pedagogos. São incluídos, aqui, os professores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- 2) pedagogos *stricto sensu*, como aqueles especialistas que, sempre com a contribuição das demais ciências da educação e sem restringir sua atividade profissional ao ensino, trabalham com atividades de pesquisa, documentação, formação profissional, educação especial, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresas, escolas e outras instituições;
  - 3) pedagogos ocasionais, que dedicam parte de seu tempo em atividades conexas à assimilação e reconstrução de uma diversidade de saberes (LIBÂNEO, 2001, p.11).

Ou seja, reduzir a Pedagogia apenas a um conjunto de técnicas de ensino e didática, e a pedagoga como professora de criança, são estereótipos que devem ser problematizados e desmistificados, uma vez que estamos em diversos espaços e campos de atuação.

Importante dizer que um dos desafios atuais no curso de Pedagogia tem sido garantir uma formação crítica, com densidade teórica aos acadêmicos e futuros licenciados, além de dialogar de forma estreita com as mudanças e demandas que chegam da sociedade; considerando o desenvolvimento de tecnologias, as mudanças históricas, políticas, e os projetos de leis que interferem diretamente na área de formação e atuação profissional. (GHIRALDELLI 1987; LIBÂNEO, 2001; SAVIANI, 2007). Atualmente os cursos comumente são destinados a formar a pedagoga-generalista, ou seja, aquela profissional qualificada para atuar em vários campos educativos. Que pode ir além da educação formal, devendo contemplar todos os espaços de formação, dentro e fora do ambiente escolar. No que diz respeito a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) do Conselho Pleno (CP)<sup>6</sup>, aprovada em 2006, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, está previsto:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p.1).

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf) Acesso em: 11 de maio de 2019.



Sendo assim, o curso de Pedagogia forma profissionais para atuarem em diversas áreas e modalidades de ensino, além do que normalmente se tem conhecimento, que estão capacitadas para atuar como docentes (dentro e fora das escolas, contemplando instituições educativas não-escolares), e também são pesquisadoras com pleno domínio para contribuir com avanços nos objetos de estudo. A partir dessa perspectiva, compreende-se, então, que a pedagoga está apta para atuar além do âmbito escolar, portanto, está presente em outras realidades que contemplam atividade de ensino, como por exemplo, no hospital.

## 1.2 O ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR: O QUE É?

A educação é reconhecida como um direito de todos e é de suma importância para o desenvolvimento cognitivo e formação crítica dos cidadãos. Deve ir além dos espaços de formação conhecidos tradicionalmente, as escolas. Expande-se para presídios, associações como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundações, Atendimento Pedagógico Domiciliar e em hospitais. Espaços com suas especificidades que também abrangem atividade de ensino. Dentro do contexto hospitalar, a proposta do AEH é de vir contribuir com as crianças e adolescentes, evitando dificuldades em seu retorno as escolas, bem como possível fracasso escolar. Sob essa ótica, SCHILKE (2010)

Salienta que a ação pedagógica pode auxiliar no enfrentamento dos efeitos traumáticos da internação e do impacto causado pelo distanciamento da criança da sua rotina, principalmente no que se refere ao afastamento escolar. O período de hospitalização é transformado, então, num tempo de construção de conhecimento e aquisição de novos significados, não sendo preenchido apenas pelo tratamento (SCHILKE, *apud* BORGES, 2012, p.11).

Ou seja, serve como uma mediação importante para a recuperação dos pacientes, auxiliando na elevação da autoestima que provoca um aumento dos neurotransmissores<sup>7</sup> relacionados (serotonina<sup>8</sup> e endorfinas) por envolvimento do sistema límbico<sup>9</sup>. Ademais, o trabalho pedagógico dentro dos hospitais, surge com o intuito de intermediar estes estudantes

---

<sup>7</sup> Neurotransmissores são definidos como mensageiros químicos que transportam, estimulam e equilibram os sinais entre os neurônios, ou células nervosas e outras células do corpo.

<sup>8</sup> A serotonina é considerada um hormônio da felicidade e do prazer tem como função a condução de impulsos nervosos de um neurônio a outro. Já a endorfina estimula a produção de adrenalina e cortisol. Além da substância também atuar no humor, amenizando o estresse, ansiedade e depressão.

<sup>9</sup> O sistema límbico é o responsável pelo comportamento humano, incluindo nossa personalidade, nossos pensamentos e forma de ser, nossas reações aos estímulos externos e nossa memória.

que também são pacientes, mas que necessitam dar continuidade aos estudos, entendendo que é de suma importância para a construção crítica do sujeito e a não evasão escolar dessas crianças e adolescentes. Desmistificando, assim, o estigma de que pessoas doentes não podem prosseguir os estudos, os incluindo nas ações educativas para que por intermédio da educação dentro do âmbito hospitalar, possam acompanhar de certa forma os grupos escolares, estimulando posteriormente para um possível retorno em sua escola de origem (FONTES, 2008, 2004; BORGES, 2012; SANTOS E SOUZA, 2009).

O AEH não é um atendimento recente na história da educação, entretanto, sua prática é ainda muito restrita, não contemplando de fato todas as crianças e adolescentes hospitalizados. De acordo com Santos e Souza (2009), a sua origem vem do início do século XX na França. No Brasil, essa prática educacional tem seu início no ano de 1950, no Hospital Jesus, localizado no Rio de Janeiro, porém há registros que em 1600, ainda no Brasil Colônia, havia atendimento escolar aos deficientes físicos na Santa Casa de Misericórdia em São Paulo. Entretanto, o AEH só foi reconhecido em 1994 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) através da Política da Educação Especial, e, posteriormente normalizado entre os anos de 2001 e 2002 com os documentos, também do MEC, intitulados de Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) e Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: Orientações e Estratégias (BRASIL, 2002), esse documento de 2002 assegura o atendimento escolar durante o período de internação. O documento dispõe que

Cumpra às classes hospitalares<sup>10</sup> e ao atendimento pedagógico domiciliar<sup>11</sup> elaborar estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impossibilitados de freqüentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada

---

<sup>10</sup> Por classe hospitalar se compreende o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental (BRASIL, 2002, p.13).

<sup>11</sup> Atendimento pedagógico domiciliar é o atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de freqüentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade (BRASIL, 2002, p.13).

integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral (BRASIL, 2002, p.13).

No que tange ao descrito acima, - é dever do Estado dispor de recursos necessários para o desenvolvimento dessa prática, contando com uma infraestrutura adequada com instalações sanitárias, devendo existir um espaço próprio para realização das atividades, assim como propiciar ambientes ao ar livre para o desenvolvimento de atividades com caráter lúdicos e que possam trabalhar a dimensão do corpo. No mais, o documento acima citado ainda faz referência no que abrange as crianças com limitações impeditivas para se deslocar até esses espaços, orientando para que as atividades possam ser desenvolvidas nos próprios leitos. Como explicitado:

Nas classes hospitalares, sempre que possível, devem estar disponibilizados recursos audiovisuais, como computador em rede, televisão, vídeo-cassete, máquina fotográfica, filmadora, videokê, antena parabólica digital e aparelho de som com CD e k7, bem como telefone, com chamada a ramal e linha externa. Tais recursos se fazem essenciais tanto ao planejamento, desenvolvimento e avaliação do trabalho pedagógico, quanto para o contato efetivo da classe hospitalar, seja com a escola de origem do educando, seja com o sistema de ensino responsável por prover e garantir seu acesso escolar. Da mesma forma, a disponibilidade desses recursos propiciará as condições mínimas para que o educando mantenha contato com colegas e professores de sua escola, quando for o caso (BRASIL, 2002, p.16).

Importante destacar que este é um trabalho extremamente desafiador, exige um planejamento flexível e por ocorrer dentro de um hospital, deveria desenvolver-se de forma interdisciplinar. Contudo, o que muitas vezes se vê é o atendimento multiprofissional, que consiste no conjunto de diferentes áreas realizando atendimentos aos pacientes, sem dialogarem entre si, como, fisioterapia, psicologia, pedagogia, terapia ocupacional, nutrição, etc.

Sobre isso, Geremias (2010), afirma que a pedagoga que atua no contexto hospitalar, trabalha não só com os estudantes, mas com os familiares ou responsáveis que acompanham as crianças e adolescente, e equipes do hospital. Nessa direção, é fundamental a troca de informações da situação sobre o paciente, o quadro no qual se encontra, a evolução de sua doença e os efeitos colaterais dos medicamentos utilizados. Tal profissional deve ter um olhar atento sobre as crianças, considerando as especificidades das mesmas para elaborar aulas a

partir de diferentes práticas. Nesta ótica, Matos e Mugiatti (2007) afirmam que “[...] a visão do educador, nesse contexto, deve abranger uma perspectiva integradora, uma concepção de prática pedagógica que visualize o conceito integral de educação que promova aperfeiçoamento humano” (MATOS E MUGIATTI, 2007, p. 117). Deve-se, portanto, respeitar a patologia das crianças, seu contexto histórico-familiar, assim como, buscar diferentes métodos que estimulem as mesmas a prosseguirem os estudos ao demonstrar a importância desses.

De volta ao conceito, segundo Brummer (2013), o termo AEH foi definido como o mais correto a partir do que foi discutido no encontro de Pedagogia Hospitalar (que ocorreu em Niterói, RJ, em 2009). No referido encontro, se defendeu como mais adequado utilizar o Atendimento Escolar Hospitalar ao invés de Classe Hospitalar, termo utilizado pelo MEC/SEESP – Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. Uma das justificativas pelo não uso da palavra “classe” se refere a possibilidade de estar associada à classe médica, a classe de empregados do hospital, não contemplando a dimensão pedagógica da atividade da pedagoga. Destaco que o termo Classe Hospitalar será utilizado aqui sempre que se tratar de citações dos documentos legais ou literaturas de anos anteriores a essa discussão, a saber, anterior ao ano de 2009.

Outro aspecto que discute a utilização do termo, são duas correntes de pensamentos. A primeira vertente e a mais difundida no Brasil, e com respaldo legal nos documentos do MEC, defende o ideal de uma educação escolar, intitulada de Classe Hospitalar. Fonseca (2001) e Ceccim (1997) são defensores dessa corrente e defendem:

[...] a presença de professores em hospital para a escolarização das crianças e jovens internados segundo os moldes da escola regular, contribuindo para a diminuição do fracasso escolar e dos elevados índices de evasão e repetência que os acometem. Ressalta-se que esse atendimento tem sido o modelo adotado desde 1950, pela primeira classe hospitalar do Brasil, a Classe Hospitalar Jesus vinculada ao Hospital Municipal Jesus, no Rio de Janeiro (FONTES, 2008, p.74).

Ou seja, essa perspectiva preconiza que a escola regular seja transportada para dentro dos hospitais. A segunda vertente de pensamento traz o ideal difundido por Taam (2000), professora da Universidade Estadual de Maringá que sugere:

[...] a construção de uma prática pedagógica com características próprias do contexto, tempos e espaços hospitalares e não simplesmente transplantada da escola para o hospital. Com forte embasamento na Teoria da Emoção do médico francês Henri Wallon (1879-1962), defende a ideia de que o conhecimento pode contribuir para o bem-estar físico, psíquico e emocional da criança enferma, mas não necessariamente o conhecimento curricular ensinado no espaço escolar (FONTES, 2008, p. 75).

Em síntese, compreendendo que dentro dos hospitais existem especificidades, é premente pensar formas de ensinar e aprender, métodos e avaliação que diferem do currículo proposto dentro das escolas, o que significa dizer que não basta transpor para o contexto hospitalar a sala de aula como referência para essa prática pedagógica.

### 1.3 A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR NO MUNDO

Mundialmente o histórico da Pedagogia Hospitalar não é recente no contexto da educação. Diversos estudos apontam que essa prática é datada desde o início do século XX na França, em que já existiam algumas atividades educativas que se assemelham ao AEH. Segundo Santos e Souza (2009), a educação em ambiente hospitalar, surgiu na cidade de Paris no ano de 1935, sob comando de Henri Sellier, importante político da França, que ganhou como senador de forma expressiva nas eleições de 1935, tornando-se ministro da saúde em 1937. Essa prática veio com a necessidade de a criança prosseguir seus estudos após os processos de adoecimentos acometidos, com as mutilações das guerras. A sua proposta se estendeu para a Alemanha, França, Europa e Estados Unidos, com o objetivo de suprir as dificuldades escolares de crianças com alguma limitação de saúde (SANTOS E SOUZA, 2009; VASCONCELOS, 2007).

A partir desse ponto inicial, o atendimento dentro do ambiente hospitalar passou por diversas revoluções, enfrentando barreiras burocráticas e estruturais. Segundo Esteves (2007), ainda no que se refere ao cenário francês, já em 1939, foi criado o *Centre National D'études et de Formation pour les Enfants Inadaptés* (Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptada) (CNEFEI), localizada na cidade de Suresnes na França, tendo como objetivo a formação de professores para o trabalho em institutos especiais e hospitais. No ano de 1939, é criado o cargo de professor hospitalar junto ao Ministério da Educação na França, e segundo estudos, o mesmo ainda está em funcionamento. O referido centro busca mostrar

que os espaços educativos vão além de escolas, promovendo estágios em regime de internato dirigido a professores e diretores de escolas, a médicos de saúde escolar e a assistentes sociais. Desde então os CNEFEI têm formado professores para atendimento escolar hospitalar com a duração de dois anos o curso (SANTOS E SOUZA, 2009; VASCONCELOS, 2006; ESTEVES, 2007; OLIVEIRA, 2013).

Já na década de 40, ainda na França, segundo Paula, (2010), foi criada a associação *Animation, Loisirs à L Hôpital* (Animação, Lazer no Hospital) e nos anos 80 foi fundada a *Association pour l'amélioration des conditions d'hospitalisation des enfants* (Associação para a melhoria das condições de hospitalização das crianças) (APACHE) vinculada à *European Association for Children in Hospital* (Associação Europeia para Crianças em Hospital) que reúne várias entidades no país em defesa dos direitos das crianças e adolescentes internados. Ainda hoje, professores aposentados, professores da Educação Nacional e voluntários fazem parte de diversas associações que tem como objetivo dar continuidade à escolarização da criança e adolescente hospitalizados, para que acompanhem as crianças nos hospitais e também na alta hospitalar, antes do retorno à escola regular.

Ainda segundo Paula (2010), na Espanha, o educar dentro do ambiente hospitalar, vem sendo cientificamente estudado desde a década de 80. Pesquisadores espanhóis fazem referência ao crescimento da Pedagogia Social no país através da pedagogia penitenciária, ambiental e a hospitalar, instâncias diferentes que vêm buscando o seu reconhecimento profissional. Nessa direção, a Pedagogia Hospitalar é considerada como um novo ramo, tanto de investigação, de ampliação da atividade profissional da pedagoga, quanto de educação permanente da pessoa. Como se observa nas palavras de Gonzáles- Simancas; Polaino-Lorente:

A Pedagogia Hospitalar se trata, de um trabalho de equipe, tanto no terreno prático como no teórico. No fundo se pretende atender as necessidades fundamentais da pessoa enferma, as necessidades humanas que perpassam a ação comum do pessoal sanitário, muitos centros hospitalares já têm uma pessoa especializada (assistente social, serviço pastoral...) para tais funções; mas estas devem ampliar-se, e já é chegado o momento de programar especificamente todo um serviço educativo no hospital. Com isto o campo educativo se amplia, a Pedagogia Social cresce e os pedagogos se tornam mais necessários. (GONZÁLES-SIMANCAS; POLAINO-LORENTE, 1990, p. 11, *apud*, PAULA 2010).

Em Portugal, a Carta da Criança Hospitalizada (2000), inspirada nos princípios da Carta Européia da Criança Hospitalizada, aprovada pelo Parlamento Europeu em 1986, também reflete as preocupações com projetos de humanização nos hospitais, com o bem-estar da criança hospitalizada assim como os aspectos educativos. O princípio sete da Carta de Portugal propõe que: “O Hospital deve oferecer às crianças um ambiente que corresponda às suas necessidades físicas, afectivas e educativas, quer no aspecto do equipamento, quer no de pessoal e da segurança” (MOTA, 2000, p. 58). Também existe a preocupação com a continuidade da escolarização dessas crianças e de um ambiente acolhedor no período de internação:

As necessidades educativas não se esgotam com o aspecto lúdico, mas quando se trata de uma hospitalização prolongada a criança deverá frequentar a escola e ter oportunidade de dar continuidade à sua aprendizagem. A escola deveria ser um local atraente e suficientemente apelativo tanto em material didático como na sua localização dentro do hospital – dever ter um fácil acesso, com luz natural proveniente de janelas amplas onde o “lá fora” fosse aprazível, ajardinado, onde os pássaros povoassem as árvores e a natureza fosse o prolongamento natural das salas de aulas (OLIVEIRA, 2000, P. 61).

É notória a preocupação desses países em propiciar o prosseguimento dos estudos, mesmo dentro do ambiente hospitalar, assim como o compromisso com a garantia de que seu retorno para a escola ocorra de forma menos interrompida possível. Essas experiências e estudos influenciaram fortemente o Brasil (OLIVEIRA, 2000; MOTA, 2000; PAULA, 2010).

#### 1.4 A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR NO BRASIL

Por meio de leituras sobre o tema, se constata que a Pedagogia Hospitalar no Brasil foi implementada por volta dos anos 50. No que se tem registrado, o primeiro Atendimento Educacional Hospitalar ocorreu no Hospital Municipal Jesus, localizado no estado do Rio de Janeiro, na capital (RJ), que se encontra em funcionamento até a presente data. (SILVA, 2013). Esse, no que se tem datado, iniciou suas atividades no dia 14 de agosto de 1950, por meio da portaria nº634, atendendo aos pedidos do diretor do hospital na época, David Pillar. O hospital inicialmente possuía em torno de 200 leitos e uma média de 80 crianças internadas e apesar de não existirem instalações apropriadas para a prática de ensino, essa acontecia nos

próprios leitos individualmente. Procurava-se saber o que criança estava aprendendo ou o que já sabia, para subsidiar, então, o planejamento das aulas, de modo a dar continuidade ao aprendizado da criança ou adolescente. Santos e Souza (2009) relatam que:

Foi no ano de 1950, no Hospital Municipal Bom Jesus [atualmente denominado por Hospital Municipal Jesus], no município do Rio de Janeiro, em que a Professora Lecy Rittmeyer, que cursava Assistência Social, criou a primeira classe hospitalar, visando com isso o atendimento às crianças internadas, para que em seu retorno para as escolas regulares pudessem continuar seus estudos normalmente. [...] Esta iniciativa é considerada em âmbito nacional como o marco inicial da pedagogia hospitalar, permitindo que, tempos depois, em 1958, fosse alocada mais uma professora, Ester Lemes Zaborrowiski, para o atendimento a alunos em ambiente hospitalar. [...] em 1960 o segundo hospital iniciou o mesmo serviço, o Hospital Barata Ribeiro (SANTOS; SOUZA, 2009, p. 110-111).

É importante perceber que mesmo não existindo um apoio do Estado, refletida na ausência de uma legislação na época que amparasse a prática, essa era desenvolvida a partir dos esforços dos profissionais da área. Assim, direção do hospital e professores, se debruçaram a desenvolverem e ampliarem o AEH na época. Segundo referidos autores, posteriormente, também no Rio de Janeiro, um segundo hospital (Hospital Barata Ribeiro), passou a desenvolver essa prática. Foi no ano de 1960 que as atividades proporcionadas pela prática da Pedagogia Hospitalar foram inseridas no cotidiano das crianças hospitalizadas. Mesmo ainda sem vínculo com o Estado e contando somente com o apoio da equipe do hospital, o trabalho seguiu sendo desenvolvido. Lima (2003), afirma que em 1970 teve início o desenvolvimento da prática pedagógica dentro do Hospital das Clínicas da Faculdade de Ribeirão Preto (HCFMRP), o qual passou por algumas mudanças até 1997. Mas é apenas em 1981 que se registra um aumento significativo do número de hospitais que ofertavam o AEH.

Sobre a referência histórica da Pedagogia Hospitalar no Brasil, os estudos da professora Eneida Simões da Fonseca, são de relevante contribuição para visibilizar o surgimento da Pedagogia Hospitalar no Brasil e a inserção da pedagogia dentro dos hospitais. Por meio de pesquisas quantitativas, realizou levantamentos referentes aos avanços e retrocessos do AEH. O primeiro levantamento iniciou no ano de 1997, com a coleta de dados entre julho de 1997 e fevereiro de 1998. Intitulada “A Situação Brasileira do Atendimento Pedagógico-Educacional Hospitalar”, a referida pesquisa foi publicada no ano 1999, e foi parte integrante do *Programa de Pesquisas para o Desenvolvimento de Estratégias Ligadas*



*aos Direitos e Necessidades Pedagógico-Educacionais de Crianças e Jovens Hospitalizados* (Fonseca, 1995b).

A pesquisa teve como objetivo detectar os elementos estruturais na organização da atenção integral à saúde da criança e do adolescente, e na organização de oferta educacional especial à criança e ao adolescente hospitalizado. E se dividiu em dois momentos: primeiramente foi enviada a todas as Secretarias dos 26 Estados do país e o Distrito Federal, uma carta apresentando os objetivos do estudo, e um questionário com dados referentes ao funcionamento das classes hospitalares; no segundo momento, as classes hospitalares participantes foram convidadas a responderem outro questionário com maior detalhamento, incorporando aspectos da realidade do funcionamento das respectivas classes.

O estudo ainda objetivou realizar um levantamento da existência das classes hospitalares, trazendo as informações de quais hospitais abrangiam as práticas; quantos professores atuavam em classe hospitalar e qual sua formação; quantos estudantes em média eram atendidos por mês, sua faixa etária, problemática de saúde e escolaridade; que políticas e diretrizes norteavam o trabalho. Das 27 correspondências enviadas, 23 foram respondidas e apontaram, sobretudo, que entre os Estados que responderam, apenas 10 e o Distrito Federal implementaram o AEH em sua região. Ou seja, de 1950, com o surgimento do trabalho pedagógico dentro dos hospitais no Brasil, até 1998, passaram-se 48 anos e apenas 11 Estados consolidaram essa prática. Sendo a região Nordeste e Sudeste até 1998, as Unidades Federadas com o maior número de classes implementadas, ambas com três, por outro lado, se evidencia a discrepância da realidade do Norte, com apenas uma classe hospitalar em funcionamento até 1999. Os motivos para a não implementação da ação pedagógica dentro dos hospitais foram variados. Desde a falta de infraestrutura e profissionais qualificados, assim como o desconhecimento do AEH, carência de recursos financeiros, ausência de demanda e conhecimento da própria comunidade e familiares dos seus direitos.

Das classes hospitalares que informaram o ano de início de suas atividades, se situavam na região Sudeste as duas com o mais longo tempo de atuação entre 1950 e 1999; a primeira, aberta em 1950; e a segunda, em 1953. O Município do Rio de Janeiro tem a mais antiga classe hospitalar em funcionamento no país até hoje. Segundo os dados apresentados na pesquisa, é perceptível que há um aumento significativo da implementação das classes nas regiões a partir de 1981, quando surgem as primeiras discussões mais árduas referentes à

educação, com a constituição de 1988 e ademais surgem leis específicas, no que diz respeito à defesa da implementação da Prática pedagógica dentro dos hospitais. Existindo uma mudança no Brasil que compreende que a educação se dá também em outras esferas, para além dos espaços formais, as escolas. A autora afirma que com seu estudo

Abre-se [...] a necessidade de formular propostas e aprofundar conhecimentos teóricos e metodológicos com vistas a efetivamente atingir o objetivo de dar continuidade ao processo de desenvolvimento psíquico e cognitivo das crianças e jovens hospitalizados e à elaboração de uma política voltada para as necessidades pedagógico-educacionais e os direitos à educação e à saúde desta clientela em particular etapa de vida, seja em relação ao crescimento e desenvolvimento, seja em relação à construção de estratégias socio interativas para o viver individual e em coletividade. (FONSECA, 1999, p.7).

Fonseca explicita no decorrer de sua pesquisa e análise, uma preocupação com a implantação da prática pedagógica dentro dos hospitais. Tanto no que diz respeito a sua oferta, como a qualidade da mesma. No ano de 2003, os dados de sua pesquisa são atualizados, e se constata um aumento pouco significativo na oferta do AEH, 85 Classes Hospitalares no Brasil, distribuídas por 14 Estados e o Distrito Federal. Em 2011 e 2013 novamente o quadro foi atualizado, agora sinalizando um crescimento na implementação do AEH no Brasil.

Com o objetivo de visualizar o referido crescimento, apresento o quadro desse cenário no país, entre os anos de 2003 a 2013, com base nos estudos de Fonseca (2003), da pesquisa de mestrado de Meinem (2012) e do TCC do curso de Licenciatura de Pedagogia da UFSC, de Brummer (2013). Por meio da leitura dos referidos trabalhos, construí um registro trazendo como informações principais o contexto do AEH no Brasil, sobretudo, no que diz respeito, as regiões contempladas, Estados, número de hospitais com os referidos serviços, bem como o ano de implantação e desenvolvimento de atividades.

Tabela 1 – Distribuição do AEH por Região/Estados do Brasil nos anos de 2003/2011 e 2013

<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Número de hospitais com AEH em 2003</b>	<b>Total de AEH por região em 2003</b>	<b>Número de hospitais com AEH em 2011</b>	<b>Total de AEH por região em 2011</b>	<b>Número de hospitais com AEH em 2013</b>	<b>Total de AEH por região em 2013</b>
<b>Norte</b>	Amazonas	1	<b>8</b>	0	<b>10</b>	0	<b>10</b>
	Acre	5		3		3	
	Pará	1		5		5	
	Tocantins	1		1		1	
	Roraima	0		1		1	

<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Número de hospitais com AEH em 2003</b>	<b>Total de AEH por região em 2003</b>	<b>Número de hospitais com AEH em 2011</b>	<b>Total de AEH por região em 2011</b>	<b>Número de hospitais com AEH em 2013</b>	<b>Total de AEH por região em 2013</b>
<b>Nordeste</b>	Bahia	10	<b>16</b>	14	<b>23</b>	14	<b>25</b>
	Ceará	3		3		3	
	Maranhão	1		1		1	
	Rio Grande do Norte	1		3		5	
	Sergipe	1		1		2	

Região	Estado	Número de hospitais com AEH em 2003	Total de AEH por região em 2003	Número de hospitais com AEH em 2011	Total de AEH por região em 2011	Número de hospitais com AEH em 2013	Total de AEH por região em 2013
<b>Centro-Oeste</b>	Distrito Federal	9	<b>18</b>	12	<b>24</b>	12	<b>24</b>
	Goiás	5		5		5	
	Mato Grosso	0		1		1	
	Mato Grosso do Sul	4		6		6	
Região	Estado	Número de hospitais com AEH em 2003	Total de AEH por região em 2003	Número de hospitais com AEH em 2011	Total de AEH por região em 2011	Número de hospitais com AEH em 2013	Total de AEH por região em 2013
<b>Sudeste</b>	Espírito Santo	1	<b>44</b>	1	<b>53</b>	1	<b>53</b>
	Minas Gerais	7		10		10	
	Rio de Janeiro	15		17		17	
	São Paulo	21		25		25	
Região	Estado	Número de hospitais com AEH em 2003	Total de AEH por região em 2003	Número de hospitais com AEH em 2011	Total de AEH por região em 2011	Número de hospitais com AEH em 2013	Total de AEH por região em 2013
<b>Sul</b>	Paraná	7	<b>19</b>	6	<b>19</b>	16	<b>29</b>
	Santa Catarina	8		9		9	
	Rio Grande do Sul	4		4		4	

Fonte: Fonseca (2003); Meinem (2012); Brummer (2013)

A partir dos dados apresentados, é possível observar que a implantação do AEH nos hospitais entre 2003 a 2011 não foi significativa, visto que apenas 24 hospitais ofereceram essa prática. Além do mais, existe uma discrepância quantitativa entre, por exemplo, a região Sudeste que acumulou um total de 53 classes hospitalares compreendendo os anos de 2003 e 2011, em comparação com a região Norte, que em igual período de tempo apresentou 10 hospitais com esse atendimento. Cabe mencionar ainda, que a região Sul foi a única que não ampliou o número de classes hospitalares. Entre os anos de 2011 a 2013, não existiram retrocessos nas regiões, e observa avanços, principalmente, na região Nordeste e Sul.

Importante dizer que não foram localizados estudos recentes – que versassem sobre a implantação de novos AEH nas regiões brasileiras –, entretanto, foi crescente, a partir da promulgação de leis, a ampliação do Atendimento Escolar Hospitalar no Brasil, no decorrer dos anos. Dito isso, é possível observar que o processo de implementação do AEH tem sido lento, e com abrangência gradativa nas regiões, exigindo do Estado, assim como dos profissionais da saúde e da educação mobilização e verbas específicas para objetivar sua realização. É imprescindível que os profissionais e o Estado compreendam os avanços que o atendimento educacional proporciona às crianças e adolescentes hospitalizados, pois “[...] o atendimento prestado em uma classe hospitalar é, também, fator que contribui para o enfrentamento do estresse da hospitalização” (BARROS, 2007, p. 261), além de garantir o direito da criança e adolescente a educação.

## 1.5 A HISTÓRIA DA PEDAGOGIA HOSPITALAR EM SANTA CATARINA

Quando voltamos o nosso foco para pensar sobre a institucionalização do AEH no Estado de Santa Catarina, constata-se de que se trata de um fato recente, tendo como parâmetro outros Estados (como o RJ). Segundo Darela (2007), a implementação oficial do AEH ocorre no ano de 1999, e tem como pioneiro o HIJG, a partir de um convênio com a Secretaria da Educação (SED). O quadro abaixo expressa o caminho de construção e surgimento do AEH em Santa Catarina entre os anos de 2005 a 2013, com base na leitura dos trabalhos de Brummer, (2013), Cardoso (2007) e Fonseca (2013).

Quadro 1 – Regiões e Municípios que ofereciam o AEH entre os anos de 2005 a 2013 em SC

<b>Região</b>	<b>Municípios que ofereciam o AEH em 2005</b>	<b>Municípios que ofereciam o AEH em 2008</b>	<b>Municípios que ofereciam o AEH em 2012</b>	<b>Municípios que ofereciam o AEH em 2013</b>
<b>Alto Vale</b>	Rio do Sul Ibirama Ituporanga	Rio do Sul	Rio do Sul	Ituporanga
<b>Oeste</b>	Chapecó Xanxerê Concórdia	Chapecó	Chapecó Xanxerê Concórdia	Chapecó Xanxerê Concórdia
<b>Meio-oeste</b>	Joaçaba Curitibanos	Curitibanos	Joaçaba Curitibanos	Joaçaba Curitibanos
<b>Serrana</b>	Lages	Lages	Lages São Lourenço do oeste	-
<b>Sul</b>	Tubarão	Tubarão	Tubarão	Tubarão
<b>Grande Florianópolis</b>	Florianópolis	Florianópolis Florianópolis	Florianópolis	Florianópolis

Fonte: Cardoso (2007); Brummer (2013); Fonseca (2013)

Por meio da leitura e análise dos dados, é possível observar os avanços e retrocessos relacionados à existência do AEH nas regiões, sua ampliação e extinção. Como por exemplo, em 2005 os municípios da região do Alto Vale, Ibirama e Ituporanga ofereciam o referido serviço, e no ano de 2008 deixaram de oferecer, sendo somente em 2013 que o AEH volta a ser oferecido no município de Ituporanga. Já no ano de 2008, o retrocesso é ainda maior. Além de Ibirama e Ituporanga, os municípios de Xanxerê e Concórdia também deixam de ofertar. Em 2005 e 2012 se obtém o maior número de municípios com oferta de AEH, totalizando 11 hospitais. Alguns motivos da extinção do serviço ou a não implantação de

novos, são levantados, como, a falta de professores e de familiares que procuram o atendimento (CARDOSO, 2007).

No ano de 2008 funcionava no Hospital Universitário (HU) o AEH, entretanto, a partir de 2012 não se ofereceu mais o serviço. Atualmente o hospital conta com um espaço destinado a ludicidade, denominado de brinquedoteca. Esse vem com uma proposta diferente do AEH, mas que também contribui com a humanização do atendimento dentro dos hospitais, e como fator de recuperação dos pacientes. O projeto<sup>12</sup> que leva o nome “Brinquedoteca Hospitalar – Projeto de recreação em Enfermaria Pediátrica”, é coordenado pelo departamento de Psicologia da UFSC, desenvolvido desde 2006, e tem como objetivo desenvolver atividades recreativas entre as crianças internadas e seus acompanhantes. Sua implementação está em consonância com a obrigatoriedade da brinquedoteca dentro dos hospitais, conforme a lei nº. 11.104<sup>13</sup>, de 21 de março de 2005 que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Segundo o Art. 1 “Os hospitais que ofereçam atendimento pediátrico contarão, obrigatoriamente, com brinquedotecas nas suas dependências”, (BRASIL, 2005).

Atualmente o quadro dos municípios que oferecem o Atendimento Escolar Hospitalar em SC é preocupante. Há o registro de apenas oito hospitais que desenvolvem o AEH dentro de suas instalações, sendo que é importante ressaltar que o atendimento deve estar vinculado a uma escola pública estadual.

---

<sup>12</sup> Dados disponíveis em: <https://noticias.ufsc.br/2006/11/brinquedoteca-hospitalar-colabora-com-tratamento-de-criancas-no-hu/> Acesso em 10 de maio de 2019.

<sup>13</sup> Dados disponíveis em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm) Acesso em: 10 de maio de 2019.

<sup>14</sup>Quadro 2 – Municípios que oferecem o AEH em Santa Catarina - Dados atualizados em 2018

<b>IMPLANTAÇÃO E PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO D ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR EM SANTA CATARINA</b>				
<b>DATA</b>	<b>PORTARIA</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ESCOLA VINCULADA</b>	<b>NOME DO HOSPITAL</b>
05/03/2001	Portaria nº 30	Florianópolis	EEB Padre Anchieta	Hospital Infantil Joana de Gusmão
05/03/2001	Portaria nº 30	Lages	EEB Rubens de Arruda Ramos	Hospital Seara do Bem
16/10/2001	Portaria nº 06	Curitibanos	EEB Santa Terezinha	Hospital Hélio Anjos Ortiz
10/06/2002	Portaria nº 07	Xanxerê	EEB Neuza Lemos Marques	Hospital Regional São Paulo
22/07/2002	Portaria nº 10	Concórdia	EEB Deodoro	Hospital São Francisco
09/09/2002	Portaria nº 15	Tubarão	EEB Hercílio Luz	Hospital N S da Conceição
07/10/2002	Portaria nº 11	Chapecó	EEB Marechal Bormann	Hospital Lenoir Vargas Ferreira
08/04/2011	Portaria nº 09	São Lourenço do Oeste	EEB Sórora Angélica	Hospital da Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural

Fonte: Secretaria do Estado de Santa Catarina (2018)

<sup>14</sup> Dados disponíveis em: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/28825-atendimento-escolar-hospitalar-ah> Acesso em 11 de maio de 2019.



As informações acima são preocupantes, visto que o Estado de Santa Catarina possui 295 municípios. Os dados foram atualizados em 2018, entretanto a última implementação do AEH foi em 2011. Diante disso, é importante nos perguntarmos sobre os desafios colocados e que refletem na carência de ofertas do AEH.

Os dados produzem estranhamento, especialmente, quando temos conhecimento de que o Estado ainda dispõe de orientações referentes ao atendimento para o ano de 2018, segundo documento elaborado pela Secretaria de Estado da Educação (Anexo 3), que compreende o que é o AEH, assim como as normas que regulamentam seu funcionamento, quais os compromissos assumidos por parte da SED, professores, escola vinculada e a escola básica de origem do aluno, da Gerência Regional de Educação (GERED), equipe das unidades de saúde.

## 1.6 DIRETRIZES LEGAIS DA PEDAGOGIA HOSPITALAR

De modo geral, a sociedade conta na sua organização com normativas, e é regida há séculos por preceitos que a regulam, as leis. São elas que definem nossos direitos e deveres como cidadão. Prezando pela moral e ética, procurando garantir a convivência entre a nação. No Brasil, nossa Lei máxima foi criada pela Assembleia Constituinte e promulgada oficialmente em 5 de outubro de 1998, a Constituição Federal, conhecida popularmente como “Constituição Cidadã”, marcada pela conquista da democracia entre todos os cidadãos, após anos sob um regime de ditadura militar no Brasil. Essa dispõe de um Capítulo que traz os preceitos a respeito da educação, o Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto. Na seção I é apresentado os deveres do Estado quanto a Educação. Segundo o Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Ou seja, desde a Constituição Federal, se tem “garantido” por lei e entendimento que a educação pública e de qualidade, é um direito de todos e para todos, mesmo aqueles que não estão inseridos no âmbito escolar devem ser contemplados. Entretanto, na prática isso não se confirma, e ainda demanda um trabalho árduo do Estado e sociedade civil para se viabilizar. Compreende-se que a educação é um direito formal, mas que não necessariamente é real.

Criada a partir dos preceitos da Constituição Federal, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), é a mais importante Lei brasileira referente à educação, aprovada em 1996, foi citada pela primeira vez na Constituição em 1934, criada efetivamente em 1961, seguida de duas promulgações, uma em 1971 e a última em 1996 que vigora até os dias atuais. É constituída por 92 artigos que mesclam sobre as mais variadas temáticas da educação brasileira desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Em consulta a Lei 9.394/96<sup>1</sup>, se constata que a LDB reforça o que é garantido no art.205 da Constituição. Afirmando que

#### TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; (BRASIL, 1996).

Considerando o que é assegurado pela Constituição e a LDB, e entendendo que algumas condições de saúde são impeditivas para garantir a frequência e permanência dos estudantes dentro do ambiente escolar, desde 1969 indicadores garantem que essas crianças, adolescentes e adultos possam prosseguir no seu processo de escolarização. A partir do Decreto Lei n.1044, de 21 de outubro de 1969, é definido que

Art. 1º São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por: a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes é b) ocorrência isolada ou esporádica; c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cardite, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.

Art. 2º Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercício domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que

compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Art. 3º Dependerá o regime de exceção neste Decreto-lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

Art. 4º Será da competência do Diretor do estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção (BRASIL, 1969).

Apesar de não se referir às classes hospitalares, é a primeira lei que trata sobre o direito de pessoas que mesmo doentes teriam o direito de prosseguirem os estudos. Chamando a atenção de que pessoas mesmo diante de algum comprometimento de saúde ou hospitalizadas, perderiam a possibilidade de continuar com os estudos. Ainda sobre as primeiras leis que versaram sobre essa questão, é encontrada a lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Essa dispõe sobre estudantes em estado de gestação, e o direito de prosseguirem os estudos em exercício domiciliar.

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (BRASIL, 1975).

É apenas no final da década de 80 e início de 1990 que surgem as primeiras leis específicas no que diz respeito às classes hospitalares, até então o que talvez pudesse pautar essa dimensão do ensino, era a Constituição e a LDB a partir de um entendimento de que a educação deve ser um direito de todos. Dentro da perspectiva da educação inclusiva, o Decreto Presidencial nº 3.298/99 regulamenta a Lei 7.853/89 que dispõe sobre a “Política Nacional para Integração da Pessoa [Portadora de Deficiência]”. Este Decreto compreende um conjunto de orientações normativas, que objetiva assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas deficientes, inclusive daqueles referentes à educação e à saúde. Apesar de tratar especificamente da oferta de ensino em ambiente hospitalar para educandos com alguma deficiência, é a primeira lei que garante o ensino em hospitais. Em

24.10.1989, artigo 2º, inciso I, alínea “d”, defini “O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um ano, educandos portadores de deficiência” (BRASIL, 1989).

Contudo, foi no ano seguinte que se deu um marco para a justiça e para a educação, posto que foi instituído no ordenamento jurídico através da lei nº8.069, em 13 de julho de 1990, com base nas diretrizes previstas na Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA surge como um mecanismo de proteção das crianças e adolescentes, visto que seu texto determina direitos e deveres. À vista disso, o ECA no art. 3º, menciona que

[...] a criança e o adolescente gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Sem especificamente tratar da Pedagogia Hospitalar, mas ressaltando, a partir da interpretação da lei, que todas as crianças e adolescentes possuem o direito do acesso a saúde, assim como o ingresso na educação. Ainda com base no ECA, esse traz respaldos para se pensar em maneiras de garantir os estudos mesmo para aqueles sem condições de estarem inseridos no ambiente escolar de forma regular. No art. 57º reafirma que “O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório” (BRASIL, 1990).

Nos anos seguintes à implementação do ECA, vários outros instituições foram criados e se engajaram em uma luta com vista a garantir o acesso e permanência na educação. Entre eles, sobressai a lei nº8. 242, que cria em 12 de outubro de 1991 o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), promulgado em 1993 como formas de substituir o projeto do presidente Fernando Collor de Melo intitulado de “Projeto Minha Gente”. Preceitos referentes à educação estavam sendo debatidos arduamente, um processo positivo, pois a partir dessas discussões foram abordados os espaços de formação que fogem da classe

regular. Sendo na Vigésima Sétima Assembleia Ordinária do CONANDA, a primeira vez no histórico da legislação brasileira, referências que garantem que crianças hospitalizadas gozem do direito de prosseguir os estudos mesmo em regime de internação. Oriundo do texto da Sociedade Brasileira de Pediatria, que desenvolveu a legislação acerca dos direitos das crianças hospitalizadas, a Resolução nº 41. de 13.10.1995 entra em vigor afirmando que,

1. Direito à proteção, à vida e à saúde, com absoluta prioridade e sem qualquer forma de discriminação.
2. Direito a ser hospitalizada, quando for necessário ao seu tratamento, sem distinção de classe social, condição econômica, raça crença religiosa.
3. Direito a não ser ou permanecer hospitalizado desnecessariamente por qualquer razão não alheia ao melhor tratamento da sua enfermidade.
4. Direito a ser acompanhado por sua mãe, pai ou responsável, durante a todo o período de sua hospitalização, bem como receber visitas.
5. Direito de não ser separado de sua mãe ao nascer.
6. Direito de receber aleitamento materno sem restrições.
7. Direito de não sentir dor, quando existam meios para evitá-la.
8. Direito de ter conhecimento adequado de sua enfermidade, dos cuidados terapêuticos e diagnósticos a serem utilizados e do prognóstico, respeitando sua fase cognitiva, além de receber amparo psicológico quando se fizer necessário.
9. Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar.
10. Direito a que seus pais ou responsáveis participem ativamente de seu diagnóstico, tratamento e prognóstico, recebendo informações sobre os procedimentos a que será submetida.
11. Direito a receber apoio espiritual/religioso, conforme a prática de sua família.
12. Direito de não ser objeto de ensaio clínico, provas diagnósticas e terapêuticas, sem o consentimento informado de seus pais ou responsáveis e o seu próprio, quando tiver discernimento para tal.
13. Direito a receber todos os tratamentos terapêuticos disponíveis para a sua cura, reabilitação e/ou prevenção secundária e terciária.
14. Direito a proteção contra qualquer forma de discriminação, negligência ou maus tratos.
15. Direito ao respeito a sua integridade física, psíquica e moral.
16. Direito à preservação de sua imagem, identidade, autonomia de valores, dos espaços e objetos pessoais.
17. Direito a não ser utilizado pelos meios de comunicação de massa, sem a expressa vontade de seus pais ou responsáveis ou a sua própria vontade, resguardando-se a ética.
18. Direito à confidência de seus dados clínicos, bem como o direito a tomar conhecimento dos mesmos, arquivados na instituição, pelo prazo estipulado em lei.

19. Direito a ter seus direitos constitucionais e os contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente respeitados pelos hospitais integralmente.
20. Direito a ter uma morte digna, junto a seus familiares, quando esgotados todos os recursos terapêuticos disponíveis (BRASIL, 1995).

Dentro dessa resolução, é de suma importância ressaltar o art. 9 que garante o exercício de educar dentro do ambiente hospitalar, reforçando que essas crianças e adolescentes possam de alguma forma prosseguir acompanhando o currículo escolar, evitando a posterior evasão ou fracasso ao seu retorno em sua escola de origem.

Já em 20 de dezembro de 1999, é promulgado o Decreto n. 3.298, que regulamenta a lei nº 7.853<sup>15</sup>, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no qual consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Precisamente na Seção II, do Acesso à Educação, artigo 24, inciso V, garante que V – “o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano;” (BRASIL, 1999). Ou seja, mesmo que contemple apenas as crianças e adolescentes com alguma deficiência, é garantido o direito dos educandos de prosseguirem os estudos em regime hospitalar. Com isso, a Pedagogia Hospitalar vai ganhando espaço.

Em 11 de setembro de 2001, é dado um importante passo. Sendo promulgado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pela Câmara de Educação Básica (CEB), a resolução que promove a garantia de que todos os estudantes possam dar continuidade aos estudos, mesmo com alguma enfermidade. O CNE é um importante órgão colegiado integrado a estrutura do Ministério da Educação do Brasil, atuando na formulação e avaliação política nacional da educação. Tendo como responsabilidade,

As atribuições do Conselho são normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.

Compete ao Conselho e às Câmaras exercerem as atribuições conferidas pela Lei 9.131/95, emitindo pareceres e decidindo privativa e autonomamente

---

<sup>15</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)> Acesso em 09 de abril de 2019.

sobre os assuntos que lhe são pertinentes, cabendo, no caso de decisões das Câmaras, recurso ao Conselho Pleno. (BRASIL).

Ou seja, com base no que é garantido a partir do artigo 13, parágrafos 1º e 2º, é perceptível que o processo de ensino e aprendizagem fora do ambiente escolar comum, foi ganhando espaço. Sendo de suma importância a compreensão de que crianças e adolescentes, mesmo com alguma limitação de saúde, têm capacidade cognitiva de estarem prosseguindo os estudos, e como alguns autores defendem, a continuidade dessa atividade no contexto hospitalar, opera como coadjuvante no processo de hospitalização. Sendo uma conquista para o AEH. O artigo reafirma que,

“Art. 13. Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio”.

§1º As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

§2º Nos casos de que trata este artigo, a certificação de frequência deve ser realizada com base no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno (BRASIL, 2001).

Portanto, é uma importante conquista no âmbito educacional, além do mais, é observado no inciso 2 que um relatório é realizado por parte dos professores, compreendendo que existe dentro do AEH uma forma também de avaliação dos estudantes. Já que mesmo hospitalizados ou em tratamento de saúde, não perdem sua capacidade de aprendizagem. Suas condutas cognitivas, afetivas, algumas vezes, mais do que as psicomotoras, precisam de um cuidado qualitativo. Não se concebe a avaliação apenas como um processo de aferição do rendimento escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) determina que a avaliação seja contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação deve objetivar, principalmente, o alcance de uma aprendizagem significativa capaz de promover o desenvolvimento integral do estudante. O ato de avaliar deve tomar como base, aspectos essenciais que ultrapassem os conceitos científicos. A construção do conhecimento da criança deve ir além de uma abordagem apenas classificatória

das diversas categorias conceituais, logo deve, também, buscar a qualidade da formação desse cidadão.

O ambiente hospitalar estava sendo, ao que sugere o caminho constitutivo das leis, conquistado e encarado como um espaço de formação. Entretanto, a forma como o AEH deveria se viabilizar ainda era e é uma dificuldade. Por conta disso, foi criado o documento intitulado “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: Estratégias e Orientações”, editados pelo MEC, em 2002. Estabelecendo que:

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria da Educação Especial, tendo em vista a necessidade de estruturar ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional em ambientes e instituições outros que não a escola, resolveu elaborar um documento de estratégias e orientações que viessem promover a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e domiciliares de forma a assegurar o acesso à educação básica e à atenção às necessidades educacionais especiais, de modo a promover o desenvolvimento e contribuir para a construção do conhecimento desses educandos (BRASIL, 2002, p. 07).

Esse documento vem como forma de contribuir nas condições das práticas pedagógicas dentro do ambiente hospitalar. Sendo um eixo norteador na hora de se pensar no planejamento, entendendo que esse deve ser flexível e que respeite as especificidades dos estudantes.

Já no ano de 2004, é apresentado no dia 05 de outubro o projeto de lei N°. 4191-B, com autoria do deputado Wladimir Costa que

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar; tendo pareceres da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 4610/2004, apensado (relatora: DEP. SOLANGE ALMEIDA) e da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação deste, com emendas e pela rejeição do de n° 4.610/04, apensado (relator: DEP. PROFESSOR SETIMO) (BRASIL, 2004).

Entretanto, este documento transitou no congresso desde 2004 quando o projeto foi apresentado, até 31 de janeiro deste ano (2019), quando novamente foi arquivado. Sendo a mais importante conquista e recente em 2018, com a lei n° 13.716 promulgada em 24 de setembro de 2018, que altera a LDB para assegurar o atendimento educacional ao estudante da educação básica internado para o tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.



Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2018).

Foi a mais recente e importante conquista para o AEH, já que pela primeira vez aparece explicitamente na LDB (Lei de base para a educação em todas as esferas), que dentro do ambiente hospitalar os estudos também sejam garantidos. Entendendo que, como Regina Fontes afirma, “[...] a educação não é um elemento exclusivo da escola, como a saúde não é um elemento exclusivo do hospital”. (FONTES, 2017, p.74). Ambos estão interligados e é parte importante para a formação integral do cidadão, esse que precisa de saúde e educação.

Entretanto, muitos documentos e leis foram criados, mas pouco se vê em termos de transformação da condição da criança hospitalizada. Leis e Decretos são necessários, mas não suficientes para reverter o quadro existente. É imprescindível verbas, especialização do profissional da área da educação e da saúde, divulgação desta área. A efetivação destas leis depende também do engajamento das organizações, dos professores e do corpo clínico para garantir os direitos a todos os estudantes que se encontram hospitalizados. Mesmo com leis desde 1995 garantindo que o espaço hospitalar seja também um ambiente de educação, nada se tem referido acerca da formação para atuação nessa área. A questão da formação dos professores é uma preocupação geral no Brasil, exaustivamente está presente nas discussões teóricas e acadêmicas e no próprio governo. Comumente, são levantadas questões da prática de ensino, didáticas adotadas. Entretanto, a especificidade da área de atuação da pedagoga dentro dos hospitais é tratada de forma reduzida. Não existindo leis que assegurem uma formação específica para atuação na área, apenas existindo resquícios no documento do MEC de 2002, “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: Estratégias e Orientações”, que preferencialmente estes profissionais devem ter especialização em Educação Especial. O que não contempla a prática de ensino, sendo que as especificidades dentro dos hospitais são outras. Desde o saber lidar com enfermidades, flexibilização do

planejamento, até mesmo roupas específicas devem ser utilizadas. Essa qualificação profissional não é, ou é de forma aligeirada, abordada nos cursos de graduação. Sendo que a qualificação do profissional que atua nestes espaços se dá, na maioria das vezes, nos cursos de formação continuada, com cursos de pós-graduação.

## 2. O TRABALHO DA PEDAGOGA NO AMBIENTE HOSPITALAR

Neste capítulo apresento aspectos referentes à formação para atuar como pedagoga dentro dos hospitais, bem como a contribuição possível da licenciada junto à família ou responsáveis e a equipe de saúde. E apresento como modelo, ancorado em bibliografia da área, o hospital que tem sido uma referência para todo o Brasil, localizado em Florianópolis, o HIJG.

No primeiro capítulo, foi apresentada uma breve discussão teórica de Libâneo (2007) sobre o que é ser pedagoga. É sabido, portanto, que o exercício da atividade docente vai muito além de ser “professora de criança”, estigma que há séculos recai sobre a profissão. A licenciada em Pedagogia está qualificada para atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ocupar espaços escolares e não escolares, instituições informais que ganham espaço no âmbito educacional. Partindo dessa perspectiva, os hospitais são aqui contemplados.

Por muitos anos, o Atendimento Escolar Hospitalar esteve amparado por leis mais gerais no que diz respeito à educação, que desde a Constituição Federal, advoga que é um direito de todos. Sendo apenas em setembro de 2018, por meio da lei nº 13.716, que a educação como um direito dentro dos hospitais é especificada. Entretanto, não existem leis, decretos, recomendações, acerca da formação necessária para atuar na área, mas respaldos no documento do MEC de 2002, denominado “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar”, que indica: “O professor deverá ter a formação pedagógica **preferencialmente (grifo meu)** em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia ou licenciaturas”. (BRASIL, 2002).

Avaliamos que esse indicativo, em alguma medida, não dá conta da complexidade do AEH e pode fragilizar a atuação da professora dentro do contexto hospitalar, uma vez que a formação específica em Educação Especial não contempla as especificidades que o caracteriza. Há um espaço-tempo diferenciado, condições de aprendizagem que escapa a rotina comum escolar, algumas variáveis como, a situação de diagnóstico, prognóstico, dinâmica de tratamento, rede de apoio familiar, e a própria rotina do hospital interferem diretamente no como se opera dentro desse cenário de tratamento de saúde e que também é cenário de aprendizagem.

Nesse sentido, a ação pedagógica em ambientes diferenciados, como em hospitais, deve ser estruturada de forma diversa do habitual contexto escolar. Entendendo que o AEH não é a transferência da escola para dentro do hospital, mas, sim, um encontro entre a criança/adolescente hospitalizados, com a atividade de ensino/educação, no qual a ação pedagógica e o planejamento se sustentam a partir das peculiaridades de cada criança e dinâmica hospitalar. Ou seja, segundo Matos e Mugiatti (2007)

O pedagogo hospitalar deve desenvolver habilidades para exercer suas atividades em sistemas integrados, em que as relações multi/inter/transdisciplinares devem ser estreitas. Tal condição requer um fazer e um agir que não devem estar vinculados a processos estanques, deixando o educador livre para desenvolver e criticar a sua ação pedagógica, a fim de fazê-la reflexiva e transformadora da realidade que envolve o escolar atendido em contexto hospitalar (MATOS, MUGIATTI, 2007, p.87).

Em suma, a profissional de Pedagogia deve ter uma formação específica para atuar na dentro do contexto hospitalar. Que contemple propostas criativas e esteja apta para lidar com um planejamento flexível, visto que dependendo do estado de saúde no qual a criança se encontra, irá demandar, necessariamente, uma redefinição no planejamento de suas ações. Espera-se que a pedagoga realize uma mediação no processo de ensino e aprendizagem que vá além da transmissão de conhecimentos, primando por um diálogo estreito entre ambos, criança/adolescente e professora. Ademais, é um trabalho que ocorre junto com outras ações realizadas pelo quadro de trabalhadores no hospital, médicos, enfermeiros, psicólogos, etc, bem como familiares que acompanham a criança/adolescente hospitalizado, ou seja, um trabalho que indica a necessidade de uma ação interdisciplinar (MATOS, MUGIATTI, 2007; FONTES, 2005, 2008; COMIN, 2009).

Sobre essa discussão, o professor Ricardo Burg Ceccim é um dos nomes de maior destaque quando o tema é a prática pedagógica dentro dos hospitais. Com diversas publicações que abordam essa temática, destaco o artigo "*Classe hospitalar: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar*", de 1999, publicado na revista "Integração". No referido estudo, Ceccim registra a importância da educação dentro dos hospitais, como forma de atender a necessidade do desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança e adolescente hospitalizado, não apenas atendendo as necessidades acometidas por suas enfermidades. Segundo CECCIM (1999),

O acompanhamento pedagógico e escolar da criança hospitalizada favorece a construção subjetiva de uma estabilidade de vida e não apenas como elaboração psíquica da enfermidade e da hospitalização, mas, principalmente, como continuidade e segurança diante dos laços sociais da aprendizagem (relação com colegas e relações de aprendizagens mediadas por professor), o que nos permitiria falar de uma “escola no hospital” ou de uma “classe hospitalar” em ambiente hospitalar (p.42).

Ou seja, a educação dentro dos hospitais seria uma forma de contribuir com o desenvolvimento integral da criança/adolescente hospitalizado, uma vez que se trata de um ambiente que impõe limites de socialização – a criança deixa de ter contato com os colegas, escola –, interrompendo algumas experiências importantes do seu desenvolvimento, e algumas vezes tornando o seu contexto mais solitário. O AEH e a pedagoga vêm como possibilidade de aliviar o distanciamento advindo do convívio social, propiciando a troca entre professora e estudante, permitindo a socialização, desenvolvimento cognitivo e uma possível reintegração em sua escola de origem. Como prática pedagógica necessária no AEH, Ceccim afirma que essa deve visar um prosseguimento dos conteúdos programáticos da escola de origem da criança/adolescente hospitalizado, ou conteúdos próprios para a faixa-etária de cada estudante hospitalizado, sanando dúvidas e dificuldades de aprendizagem que surgirem ao longo desse percurso formativo. Ou seja,

O contato com o professor e com uma “escola no hospital”, funciona, de modo importante, como uma oportunidade de ligação com os padrões da vida cotidiana do comum das crianças, como ligação com a vida em casa e na escola. A educação no hospital integraliza o atendimento pediátrico pelo reconhecimento e pelo respeito as necessidades intelectuais e sócio interativas que tornam peculiar o desenvolvimento da criança (CECCIM, 1999. p. 43).

Partindo dessa óptica, a professora tem uma responsabilidade importante na organização do planejamento, e deve estar em constante contato com a escola de origem de cada estudante. Além do mais, deve ter um olhar atento sobre a criança, de forma a propiciar uma escuta pedagógica, que contribui de forma significativa com o resgate da subjetividade da criança, assim como sua autoestima. Esse termo é bastante utilizado nos estudos acerca da temática. Ceccim, define a escuta pedagógica como:

A palavra escuta diferencia-se da palavra audição. Enquanto a última se refere a um dos órgãos do sentido, a captação dos sons ou a sensibilidade do ouvir, a primeira se refere à captação das sensações do outro, realizando a integração ouvir-ver-sentir. A associação com a palavra pedagógica sugere que este ouvir-ver-sentir decorre de uma sensibilidade aos processos psíquicos e cognitivos experimentados pelo outro (CECCIM, 2000, p.15).

Nesse sentido, o termo sugere que a prática das professoras que atuam em classes hospitalares se sustentarem em uma atenção integral a vida das crianças e adolescentes, operando com processos que envolvem genuinamente uma escuta a criança/adolescente, diálogo, um olhar atento e afetivo sobre os mesmos, produzindo atividades sem a rigidez que caracteriza o universo escolar ou apenas lúdicas.

Outra discussão importante é apresentada por Comim (2009). Na sua pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, a autora traz a experiência no HIJG, e busca, sobretudo, compreender quais os saberes docentes necessários para a atuação no AEH. Na direção de uma pequena síntese, afirma que:

Essa modalidade busca uma ação diferenciada do professor no hospital. Apesar de trazer uma perspectiva transformadora intrínseca à sua atuação, é uma postura nova e de difícil realização, pois pode ser banalizada. É facilmente confundida com uma ação recreativa e/ou psicologizante da educação, tanto pelo professor quanto pelos demais profissionais do hospital (COMMIM, 2009, p.28).

Ou seja, a atuação pedagógica dentro dos hospitais vive uma lacuna formada pela ausência de uma formação específica das profissionais que irão atuar dentro desse espaço, assim como a falta de políticas públicas específicas referentes ao AEH; já que, afinal, algumas características do currículo escolar formal são aplicadas, como: conteúdos, avaliação, relatórios dos estudantes. Em contrapartida outros aspectos específicos necessitam ser considerados no contexto hospitalar, como a compreensão do tempo, espaço e a forma de realização das aulas – que se distanciam da referência da escola formal. As aulas são ministradas em espaços que dependem da estrutura do hospital, bem como da predisposição dos estudantes e suas condições físicas, compreendendo que há condições singulares que necessitam ser respeitadas.

De modo geral, os alunos das classes hospitalares formam um quadro heterogêneo, com tempo de permanência diversificado e com características específicas, variando de acordo com idade, sexo, série e ou fase escolar, interesses, nível sócioeconômico e cultural, bem como as patologias apresentadas. Além de todos esses aspectos ainda existe o trabalho multiprofissional a convivência entre os familiares das crianças, as ansiedades, os medos, o ambiente hospitalar e todo seu aparato médico (COMMIM, 2009, p.30).

Considerando as questões apresentadas, quando a Pedagogia entra no hospital, traz junto um conjunto de elementos que desafiam sobremaneira a professora no exercício da profissão. Sobre isso, Fontes (2005; 2008) ao discutir a formação das profissionais que irão atuar dentro dos hospitais, afirma que a formação necessária para atuar dentro dos hospitais ainda é sentida como um sonho distante. Para a autora a profissional da educação que atua dentro dos hospitais se relaciona com interfaces como, política, pedagógica, psicológica, social, ideológica, mas, a principal delas é a escuta pedagógica na direção do que Ceccim conceitua. Ou seja, ao escutar de forma qualificada e sensível o educando internado, a professora também contribui para que o percurso de hospitalização seja menos traumático, é possível criar um espaço de compartilhamento da dor por meio do diálogo que só uma escuta atenciosa constrói. Para Fontes (2005),

O papel da educação no hospital e, com ela, o do professor, é propiciar à criança o conhecimento e a compreensão daquele espaço, ressignificando não somente a ele, como a própria criança, sua doença e suas relações nessa nova situação de vida. A escuta pedagógica surge, assim, como uma metodologia educativa própria do que chamamos de pedagogia hospitalar. Seu objetivo é acolher a ansiedade e as dúvidas da criança hospitalizada, criar situações coletivas de reflexão sobre elas, construindo novos conhecimentos que contribuam para uma nova compreensão de sua existência, possibilitando a melhora de seu quadro clínico (p. 135).

Em suma, a professora assume diversos papéis dentro do âmbito hospitalar. Seja como ouvinte, trabalhando as emoções e a linguagem, buscando resgatar a autoestima da criança por meio da escuta pedagógica e dialogada. Através desse diálogo o trabalho pedagógico também é facilitado, permitindo a reflexão necessária para a construção do planejamento respeitando as especificidades de cada estudante.

Ainda para a mesma autora, o perfil do quadro de professores que compõem o AEH é bastante diversificado. Todos possuem habilitação pelo menos em magistério e a maioria em

nível superior, com licenciatura em Pedagogia. Em comum, não possuem formação específica na área. Ademais, o que deve exigir da profissional é o planejamento flexível, compreendendo que existem três grupos de crianças internadas no hospital (FONTES, 2008). O primeiro grupo de crianças e adolescentes com graves comprometimentos físicos, cognitivos e emocionais. São crianças e adolescentes que passam uma maior parte do tempo em regime de internação. Esses pacientes com estado de saúde mais grave, por passarem muito tempo hospitalizados, acabam tendo um contato maior com os professores e as atividades escolares desenvolvidas dentro do AEH. Geralmente é o grupo com uma maior regularidade, assemelhando-se as práticas educacionais que iriam desenvolver dentro da escola, muito embora exista indisposição devido às enfermidades. Um segundo grupo de crianças tem como especificidades comprometimentos de saúde moderados, comumente internados por procedimentos cirúrgicos breves, desidratação, pneumonia, acidentes não tão graves. Muitos outros motivos podem fazer parte desse grupo de crianças ou adolescentes que não demandam uma internação prolongada. Nesse caso, o trabalho pedagógico deve se dar de forma a contribuir com a não ruptura das experiências escolares. Segundo Fontes (2008) “Geralmente esses pacientes possuem mais possibilidade de locomoção no espaço hospitalar e a atuação do professor deve propiciar situações de conhecimento sobre aquele espaço” (p. 81). Já o terceiro grupo, se caracteriza por crianças que passam de um a dois dias nos hospitais, são aqueles com comprometimentos mais leves ou que fazem tratamentos de quimioterapia e hemodiálise, ou que fazem uso de medicamentos diários. Para esses, as atividades indicadas são mais lúdicas e com viés recreativo, entretanto, não menos importante.

É necessário alertar que um dia vivido por esta criança no hospital como uma experiência menos dolorosa, vai ser marcado positivamente pelo resto de sua vida. Assim como, um dia vivenciado por uma criança no hospital de forma negativa, pode ficar gravado em sua memória como uma experiência ruim e determinar interações desastrosas com a própria equipe médica em outras internações futuras, se necessárias (PAULA, 2002, p. 14, *apud* FONTES 2008, p. 82).

Ou seja, a experiência dentro do hospital, seja de forma prolongada ou curta duração, deve se dar de forma menos traumática possível. E dependendo de como a professora realizar sua ação no AEH, poderá contribuir de forma significativa com essa experiência.



No livro “Pedagogia hospitalar: A humanização integrando educação e saúde”, de autoria de Elizete Lúcia Moreira Matos e Margarida Maria Teixeira de Freitas Mugiatti, se evidencia questões fundamentais que deveriam nortear e constituir a prática da educadora no hospital. As autoras advogam que essa prática não pode estar baseada nas fronteiras tradicionais da educação, e afirmam:

Para uma pedagogia hospitalar há que se vislumbrar um novo perfil do educador, pois ela demanda necessidades de profissionais que tenham uma abordagem progressista, com uma visão sistêmica da realidade hospitalar e da realidade do escolar hospitalizado. Seu papel principal não será de resgatar a escolaridade, mas de transformar essas duas realidades, fazendo fluir sistemas que as aproximem e as integrem (MATOS; MUGIATTI, 2007, p.130).

Para finalizar, em linhas gerais, o ensino no ambiente hospitalar requer inúmeras exigências. E, todos os autores trazidos aqui, e que são referências na área, afirmam de forma contundente que a profissional da educação deve praticar uma escuta pedagógica, manter um olhar atento sob a criança e propiciar uma atividade de ensino flexível. Igualmente, a professora contribui, também, com o aumento da autoestima da criança/adolescente hospitalizado, e pode exercer propostas pedagógicas criativas no cotidiano hospitalar.

## 2.1 LIMITES E POSSIBILIDADES DENTRO DO HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO, DE FLORIANÓPOLIS – SC

O HIJG é uma unidade de saúde de alta complexidade localizado no bairro Agronômica, na cidade de Florianópolis – SC, um pólo de referência pediátrica no estado de Santa Catarina, atendendo crianças oriundas do interior e de várias regiões. A sede do hospital teve o início de sua construção em abril de 1977, e foi inaugurado em 1979 no dia 13 de março<sup>16</sup>. Importante feito, já que nesse mesmo ano se comemorava o Ano Internacional da Criança, o HIJG veio substituir o Hospital Edith Gama Ramos (HIEGR). Esse foi o primeiro hospital infantil de SC, inaugurado em Florianópolis, em 26 de fevereiro de 1964, pelo Governador Celso Ramos, o HIEGR.

---

<sup>16</sup> Dados disponíveis em: <http://www.hijg.saude.sc.gov.br/index.php/institucional> Acesso em 02 de maio de 2019.

O nome do Hospital Infantil Joana de Gusmão, é uma homenagem a beata Joana de Gusmão. Nascida em Santos, São Paulo, em 1688, a beata viveu um período de sua vida em Santa Catarina, nas proximidades da Lagoa da Conceição. Dedicou seu tempo na construção de capelas e atendimentos a crianças. Como eixos norteadores do hospital, suas missões oferecem direção: “Prestar, de acordo com princípios éticos e humanizados, atendimento preventivo, curativo e social a crianças e adolescentes, bem como formar e capacitar recursos humanos e incentivar a pesquisa clínica”.

Possui uma área de 22.000 m<sup>2</sup>, 126 leitos de internação, constituído de: ambulatórios especializados, geral, hospital dia, oncologia, hospital dia cirúrgico. Atualmente conta com aproximadamente 840 funcionários. Segundo o próprio site do HIJG, esse está organizado estruturalmente em Unidades, Categorias e Cirúrgicas, apresentado no quadro 3.

Quadro 3 – Estrutura Organizacional do Hospital Infantil Joana de Gusmão

<b>UNIDADES</b>	<b>CATEGORIAS</b>	<b>CIRÚRGICAS</b>
Unidade B	Cardiologia	Cirurgia Pediátrica Geral
Unidade C	Endocrinologia	Bucomaxilofacial
Unidade D	Gastroenterologia	Cabeça e Pescoço
Unidade E	Cabeça e Pescoço	Neurocirurgia
Hospital Dia Cirúrgico HDC	Hebiatria, Infectologia	Plástica
Unidade Berçário	Nefrologia	Oftalmologia
Unidade Isolamento	Neonatologia	Ortopedia
Unidade Oncologia	Neurologia	Otorrinolaringologia
Unidade Queimados	Nutrologia	Urologia
Unidade de Terapia Intensiva Geral	Oncohematologia	
Unidade de Terapia Intensiva Neonatal	Queimadura	
	Pediatria Geral	
	Pneumologia	
	Psiquiatria e Terapia Intensiva	

Fonte: Secretaria do Estado de Saúde – Hospital Infantil Joana de Gusmão

O Hospital Infantil Joana de Gusmão desde a década de 70 atua com práticas comprometidas a garantir prosseguimento dos estudos no âmbito hospitalar, sobretudo, por meio da implantação do Programa de Recuperação Neuropsicomotora de Crianças Severamente Desnutridas, onde a equipe multiprofissional auxiliava a criança em suas especificidades afetivas, cognitivas e sociais. Atualmente é uma referência na prática, e isso pode ser observado no site do HIJG. Em que existe uma área de navegação exclusiva sobre a temática da Pedagogia Hospitalar<sup>17</sup>–, onde se evidencia a importância da referida instituição,

<sup>17</sup>Dados disponíveis em <http://www.hijg.saude.sc.gov.br/index.php/pedagogia> Acesso em 03 de maio de 2019.

A visão humanística que muitos dos hospitais do Brasil procuram enfatizar na sua prática vem demonstrando que não é só o corpo que deve ser "olhado", mas o ser integral, suas necessidades físicas, psíquicas e sociais. Nesse contexto se insere o profissional da Pedagogia que ao promover vivências de ensino aprendizagem mediante propostas reflexivas, visa buscar estratégias de atendimento e atuação. Com ênfase em uma prática construtiva, os profissionais do Setor de Pedagogia do Hospital Infantil Joana de Gusmão, possibilitam a criança e ao adolescente internados ações que promovam o pensar, o criar, o brincar e o compartilhar em espaços diferenciados e interativos. Referencia-se que as propostas contidas nas ações são elaboradas partindo da premissa de que a hospitalização não interrompe o processo de interação social e aprendizado da criança e do adolescente (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO).

No ano de 2019, segundo dados disponíveis no site do HIJG, o setor pedagógico conta com uma equipe de profissionais formada por uma pedagoga, que é a coordenadora da área da Pedagogia Hospitalar, uma recreadora e três professoras. E define que a pedagoga analisa criticamente a aplicação das atividades planejadas para atender os estudantes que se encontram hospitalizados. Do que fora lido na literatura que versa sobre o tema, sem dúvida, é indispensável que a pedagoga hospitalar planeje suas atividades a partir de um olhar atento sobre as crianças e adolescentes, visando melhoria na qualidade de ensino e formando sujeitos mais preparados para a sua realidade humana; outro aspecto não menos importante, diz respeito às questões específicas do motivo da internação, que marcará algumas limitações ou possibilidades que deverão nortear a construção do planejamento da professora. Importante destacar também que as ações lúdicas se tornam um auxiliar no processo da hospitalização, funcionando como um novo espaço de socialização e interação, permitindo a criação de uma nova rede social e afetiva.

Com base no site do HIJG, o processo de funcionamento da AEH se organiza a partir de atividades como: jogos, brinquedos, brincadeiras, artes, leituras, música e cinema, entre outros. Portanto, é importante o espaço da brinquedoteca do Hospital Infantil Joana de Gusmão, entendendo o brincar como uma atividade de suma importância para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Ainda na brinquedoteca hospitalar, há a possibilidade de se remediar um pouco a dor das crianças internadas, proporcionando momentos de alegria,

descontração, prazer e conhecimento, socialização com outras crianças que estão em uma situação semelhante à sua.

O trabalho realizado no Hospital Infantil está dividido em três programas:

- 1 - Atendimento Pedagógico Ambulatorial em Equipe Multidisciplinar – que consiste na interação entre equipe multidisciplinar do hospital e o processo escolar por meio de diagnóstico, orientação e acompanhamento para escolares com dificuldades na aprendizagem;
- 2 - Atendimento Escolar Hospitalar (AEH) – caracterizado pelo acompanhamento e orientação dos processos escolares, mantendo a sistematização da aprendizagem, promovendo o desenvolvimento e contribuindo para a reintegração à escola após alta hospitalar;
- 3 – Recreação – uma proposta lúdica terapêutica que consiste no desenvolvimento e vivência de ações que oportuniza o brincar como mediador no processo de promoção da saúde, reelaborando as manifestações de alegria e bem-estar da criança e adolescente internado.

Em síntese, o AEH no HIJG tem como objetivo principal proporcionar experiências e vivências de aprendizagem e fortalecer a manutenção dos vínculos escolares, mantendo o elo entre o estudante e sua escola de origem, e, posteriormente, favorecer a reinserção escolar após a hospitalização, prevenindo a evasão escolar.

Como parte desse processo, para que este atendimento seja legitimado, após alta hospitalar é enviado à escola de origem do estudante um relatório descritivo, validado pela Escola de Educação Básica Padre Anchieta, escola da Rede Estadual em que o Atendimento Escolar Hospitalar do HIJG está vinculado, contendo as atividades realizadas, bem como o desempenho, posturas adotadas e possíveis dificuldades apresentadas.

Atualmente o espaço educativo conta com duas salas para o atendimento. Esses contemplam o atendimento do 1º ao 9º ano. O atendimento é disponibilizado para todas as crianças dos níveis acima citados, independentemente do tempo de internação e clínica médica, desde que estejam liberadas pela equipe médica e/ou de enfermagem. Para as crianças que não podem se deslocar, o atendimento é realizado no leito das unidades de internação.

As salas estão estruturadas com mobiliário específico para o atendimento, e com materiais permanentes e de consumo. Como instrumento de apoio, possui TV, DVD, computador, aparelhos de som, jogos, almofadas, suporte para soro, cadeira de rodas, brinquedos, livros didáticos, livros infantis e juvenis, entre outros. A rotina de atendimento funciona no turno matutino no leito, e no turno vespertino de 13h30min às 15h30min, o

atendimento é nas salas, após este horário, é realizado no leito novamente. Além do site, na rede social “Facebook”, há uma página exclusiva do setor pedagógico do HIJG. Lá estão disponibilizadas imagens das inúmeras atividades realizadas dentro do hospital, além de vídeos, e comentários – que expressam certa aproximação entre o setor pedagógico, familiares ou responsáveis e amigos do paciente. Alguns dos registros observados, seja de fotos ou comentários, se constata que apesar de se tratar de uma situação tão adversa, como é o processo de adoecimento e hospitalização, há indicadores de um cotidiano que também vai se humanizando dentro de suas possibilidades. Alguns registros fotográficos do AEH no hospital infantil:

Figura 1 – Imagens do cotidiano do Atendimento Escolar Hospitalar no HIJG



Fonte:<sup>18</sup> Página do Facebook do setor pedagógico do HIJG

<sup>18</sup> Dados disponíveis em: <https://www.facebook.com/Setor-de-Pedagogia-Hospitalar-do-Hospital-Infantil-Joana-de-Gusm%C3%A3o-648746501833757/> Acesso em 08 de junho de 2019.

### **3. UMA ANÁLISE CURRICULAR DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL E UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Nesse capítulo, apresento análise dos currículos dos cursos de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual e Federal de Santa Catarina, tendo como subsídio para o estudo, o conjunto de disciplinas ofertadas, suas respectivas ementas e bibliografias e a observância da presença ou ausência do tema do AEH e/ou aproximações possíveis.

Com o objetivo de compreender como o currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual e da Universidade Federal de Santa Catarina abordam o tema da Pedagogia Hospitalar no percurso formativo das estudantes, busquei por meio de leitura e análise do currículo e do Projeto Pedagógico (PP) da UFSC, e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da UDESC, localizar na matriz curricular de ambos os cursos, disciplinas, seja obrigatória ou optativa, ou ofertado no Núcleo de Aperfeiçoamento e Diversificação de Estudos (NADE), o tema da Pedagogia Hospitalar ou discussões afins.

O trabalho consistiu na investigação e leitura do PP e PPP, da matriz curricular, dos planos de aula disponíveis na página do Curso de Pedagogia da UFSC, com data de atualização do ano de 2016, e da UDESC com data de última atualização em 2018.2. Dentro de cada Programa de Ensino, se realizou leitura minuciosa das ementas e bibliografias. A necessidade desse detalhamento se deu como forma de verificar a existência ou não de referências que acenassem para temas próximos a discussão do AEH.

Algumas especificidades dos cursos e respectivas universidades: o curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina ocorre no período vespertino, e teve o currículo atualizado em 2009.1. É constituído por 49 disciplinas obrigatórias, totalizando 3870 Hora/Aula, com a exigência de que seja totalizada 216 Hora/Aula de disciplinas optativas e os NADEs, com 108 Hora/Aula. A integralização do curso se dá com o período mínimo de seis semestres e no máximo 14. Mas, comumente, conclui-se após nove fases, que correspondem quatro anos e meio de formação.

Segundo o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFSC, do ano de 2008, o curso nasceu vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Foi criado em 1960, e integrou o conjunto de seis faculdades que deram origem à Universidade Federal

de Santa Catarina, juntamente com os cursos de Direito, Farmácia, Odontologia, Medicina, Engenharia, Serviço Social e Filosofia. O curso teve no início do seu funcionamento, com data de 17 de março de 1960, apenas oito estudantes (AGUIAR, 2006). Seu reconhecimento se deu no ano de 1975, por meio do Parecer do CFE nº445, de 5 de fevereiro de 1975<sup>19</sup>, e pelo Decreto da Presidência da República nº75.590, de 10 de abril de 1975,<sup>20</sup> que concedeu o reconhecimento aos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Matemática, Química e Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

A seguir, apresento um quadro indicando alguns dos aspectos mais relevantes na história do curso de Pedagogia da UFSC, a fim de contextualizar o seu surgimento e mudanças no currículo atual, que vigora desde 2009.

---

<sup>19</sup> Dados disponíveis em: <http://pedagogia.paginas.ufsc.br/files/2013/06/PPP-Pedagogia-2008-vers%C3%A3o-final-2.pdf> Acesso em 06 de maio de 2019.

<sup>20</sup> Dados disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75590-10-abril-1975-424128-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 06 de maio de 2019.



Quadro 4 – Contextualização histórica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina

<b>DATA/ANO</b>	<b>ACONTECIMENTO</b>
1960	Criação, integrando o conjunto de seis faculdades (Direito, Farmácia e Odontologia, Medicina, Engenharia, Serviço Social e Filosofia)
17 de março de 1960	Início de seu funcionamento, com apenas oito alunos
1962	A estrutura do curso era dividida em dois blocos: a) um composto pelas disciplinas de “fundamentos da educação” e b) e outro pelas disciplinas “técnicas” e/ou propriamente pedagógicas. Conciliar teoria e prática. Esquema 3+1”: três anos de conhecimentos específicos e um de disciplinas afeitas à licença para o magistério, então a cargo do Curso de Didática
1966	Implantação das disciplinas de Teoria e Prática da Escola Primária e Teoria e Prática da Escola Média, respectivamente ofertadas na 3ª e 4ª série do curso (dados retirados do PP)
1969	Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 02/69 - fixa os conteúdos mínimos a serem observados por todos os cursos de Pedagogia, definindo como seu objetivo primeiro a formação de “técnicos” para a educação
1970	Extingue as Faculdades e cria-se os Centros e Departamentos
1972	Passou a formar os primeiros profissionais para as funções especializadas na educação. Ofertando as habilitações, sendo elas: Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar
1973	Adota-se o regime semestral. Caracteriza-se como curso de Licenciatura, organizado em dois ciclos: Ciclo de estudos básicos e ciclo de estudos profissionalizantes. Tendo duração de oito semestres. Segundo a Portaria do Gabinete do Reitor nº 258, de 30 de junho de 1971

DATA/ANO	ACONTECIMENTO
1975	O curso é reconhecido pelo Parecer do CFE nº445, de 5 de fevereiro de 1975 e pelo Decreto da Presidência da República nº75.590, de 10 de abril de 1975
1977	Criação do Colegiado do Curso de Pedagogia. Desmembramento do Departamento de Métodos de Ensino em três departamentos: Departamento de Estudos Especializados – EED, Departamento de Metodologia de Ensino – MEN e Departamento de Fundamentos da Educação – DFE
1978	Criação das “Jornadas Pedagógicas”. Ocorreram as primeiras eleições diretas para as chefias de departamento, greves dos departamentos e instâncias de organização de alunos
1980	Implantação da Habilitação Pré-Escolar
1981	Implantação da Habilitação em Educação Especial
1993	Semana “Pedagogia mostra tua cara”, como forma de voltar a discutir o currículo do Curso
1994	1994 - “Seminário Avaliação/Reformulação do Curso de Pedagogia da UFSC”. Que propôs mudanças na matriz curricular do Curso, e tinha como objetivo no curso de Pedagogia da UFSC, sob forma de licenciatura plena formar pedagogas para atuar no Magistério de 1º. Grau – séries iniciais, Magistério de 2º. Grau, Educação Pré-Escolar, Educação Especial, Orientação Educacional e Supervisão escolar
1995	Implantação da matriz curricular que ficou em vigor até o ano de 2006. Essa matriz é constituída até a 6ª fase por disciplinas básicas do ensino regular, com habilitações a partir da 7ª fase. Era composta por quatro habilitações: Habilitação pré-escolar; Habilitação Educação Especial; Habilitação Supervisão Escolar; Habilitação Orientação Educacional

DATA/ANO	ACONTECIMENTO
2006 – 2008	Intensos debates no que diz respeito ao currículo e as habilitações. Nesse período foram realizadas cinco assembleias gerais: 23/11/2006; 14/12/2006; 29/05/2007; 22/08/2007; 05/09/2007. Na última foi aprovada a matriz curricular que acompanha o PP do curso disponível no site. O qual se aproxima da matriz curricular atual (atualizada em 2009.1). Extinguindo as habilitações, que são transformadas em conteúdos de ensino integrados à formação para a docência. Sendo a articulação do currículo a partir de Núcleos, sendo: O Núcleo básico; Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores

Fonte: Aguiar (2006); Projeto Pedagógico Curso de Licenciatura em Pedagogia UFSC (2008)

A partir da leitura e análise do referido processo histórico do curso até 2008, é perceptível a consonância com as mudanças históricas na Educação pautadas no contexto brasileiro. Inicialmente, o objetivo era formar profissionais qualificadas para atuar apenas em âmbito formal de educação.

A Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental foram o foco de formação do curso por anos seguidos. De 1972 até 2008, algumas mudanças ocorreram, como, por exemplo, a implantação das habilitações e as discussões de outros espaços educativos e possíveis áreas de atuação que ganharam visibilidade, compreendendo, ainda que a licenciada em pedagogia estaria presente para além do ensino regular, atuando como coordenadora pedagógica, orientadora, na educação especial. Entretanto, a dimensão da Pedagogia Hospitalar não se encontra em nenhum momento.

Os componentes curriculares em 2008 estão distribuídos nos eixos *Educação e Infância, Organização dos Processos Educativos e Pesquisa*. O eixo *Educação e Infância* preconiza a discussão sobre a formação docente para atuar em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Segundo o PP do curso, “Embora a docência nos anos iniciais não se reduza ao universo infantil, mas também abranja jovens e adultos, este eixo articulador tem como foco a educação das crianças em instituições educativas, sejam estas

creches, pré-escolas ou escolas de Ensino Fundamental”. (UFSC, 2008, p, 21.). Ou seja, mesmo com os diversos avanços no que tange à Pedagogia Hospitalar, como aponta a literatura, até 2008 no currículo do curso de Pedagogia da UFSC, não se localiza uma disciplina ofertada ou na ementa de outras, bem como nas bibliografias indicadas, algo que contemplasse esse estudo como uma dimensão não formal da educação .

No *eixo Organização dos Processos Educativos* se aprofunda os estudos acerca da organização escolar dentro das escolas. “Tem como ponto de partida o direito à educação e seus fundamentos, os estudos sobre a organização dos sistemas de ensino em nível nacional, estaduais e municipais, as diferentes modalidades de ensino e as formas de organização do trabalho escolar”. (UFSC, 2008, p, 22). Cita as diferentes modalidades de ensino, todavia a experiência formativa que vivi no curso aponta para uma ênfase no que se refere à organização no âmbito escolar, e o estudo sobre as modalidades de ensino são abordados de maneira mais periférica.

Já no *eixo Pesquisa*, há uma preocupação com a produção de novos conhecimentos. “Seu objetivo é aproximar e possibilitar o aprofundamento de estudos no campo da pesquisa educacional – produção teórica na área, elementos da pesquisa em educação – processos de investigação e seus fundamentos epistemológicos e metodológicos” (PP, 2008, p, 23.)<sup>21</sup>, com objetivo, também, de formar profissionais que contribuam com novos progressos na educação.

O currículo atual sofre mudanças no que diz respeito às habilitações e atende às DCNP (2006). Essas são excluídas a fim de oferecer uma formação com base na docência integral, e perspectivando disciplinas, desde a primeira fase, que abordassem teoricamente todos os espaços educacionais, seja formal ou não formal. Destaco aqui um elemento que considero importante, qual seja, de explicitar a ausência do conteúdo do contexto hospitalar, nas ementas das disciplinas<sup>22</sup> (atualizado em 2013), assim como nos Programas de disciplinas<sup>23</sup> (atualizado em 2016), uma vez que poderia ter sido contemplado em uma das disciplinas ou quem sabe, ainda, com a oferta de um NADE.

---

<sup>21</sup> O Projeto Pedagógico (PP) analisado é do ano de 2008, sendo que a implantação da matriz curricular ocorreu em 2009.

<sup>22</sup> Dados disponíveis em: <http://pedagogia.paginas.ufsc.br/files/2013/07/Ementas-disciplinas.pdf> Acesso em: 02 de junho de 2019.

<sup>23</sup> Dados disponíveis em: <http://pedagogia.ufsc.br/files/2016/10/Primeira-Fase.pdf> Acesso em 02 de junho de 2019.

A primeira fase do curso de Licenciatura em Pedagogia é formada por sete disciplinas obrigatórias, sendo elas: Introdução à Pedagogia (54h); Estado e Políticas Educacionais (72h); Diferença, Estigma e Educação (54h); Educação e Sociedade I (54h); Filosofia da Educação I (72h); Educação e Infância I (54h); Psicologia, Educação e Infância (72h). Essas disciplinas são mais introdutórias no curso.

Após a leitura de todas as ementas, se constata que algumas das disciplinas, considerando a natureza do seu ementário, não teriam possibilidades de abordar o tema da Pedagogia Hospitalar, como, por exemplo, Diferença, Estigma e Educação, Educação e Sociedade I, Filosofia da Educação I e Educação e Infância. Contudo, na disciplina, *Estado e Políticas Educacionais*, se verifica que a mesma busca discutir a política educacional brasileira no âmbito nacional e internacional, trazendo as reformas educacionais a partir dos anos 80 do século XX e suas configurações ao longo dos anos 90 e início do século XXI. Nesse momento se estuda a LDB, importante lei que norteia a educação. Ao que parece, aqui, o contexto da Pedagogia Hospitalar (com referências na LDB em 2016), poderia ser contemplado, ainda que por meio de uma discussão mais periférica, entretanto, não é abordado, assim como não há bibliografia proposta que pudesse sugerir em algum momento a sua discussão.

No que diz respeito à disciplina *Psicologia da Educação*; se tem como objetivo introduzir a Psicologia como ciência, seu histórico assim como objetos de estudo e métodos, apresentar os preceitos de desenvolvimento e aprendizagem, as contribuições da Psicologia no âmbito educacional, no que se refere à prática escolar e os processos escolares. No Programa de disciplinas de 2016, da referida disciplina, na Unidade III, se indica que irá trazer as “Contribuições da psicologia na prática escolar cotidiana e na compreensão do fracasso escolar”. Segundo Ceccim, (1999) e Borges, (2000), autores estudados aqui, a Pedagogia Hospitalar é também uma forma de evitar o fracasso na trajetória escolar de estudantes com alguma doença, e que estão em tratamento prolongado, uma forma de cuidar e garantir o seu retorno à escola. Também não foi localizada bibliografia que se aproxime do tema sobre educação não formal, e que talvez, fosse possível sua abordagem e/ou aproximação com o estudo.

*Introdução à Pedagogia* prioriza contextualizar a formação da pedagoga e seus diferentes papéis, trazendo o histórico e as concepções do Curso de Pedagogia no Brasil, bem

como os diferentes espaços de atuação dessa profissional. Segundo proposição do Programa de Ensino, a Unidade II versaria sobre as relações pedagógicas formais e não formais, o papel do pedagogo, as relações pedagógicas com os saberes escolares, o papel do pedagogo nas relações com os saberes escolares e não escolares, a cientificidade da pedagogia e a contemporaneidade do discurso sobre o papel do pedagogo na sociedade contemporânea, o papel do grupo na organização do trabalho coletivo, a formação do professor e do educador no Brasil. Importante salientar que nessa disciplina, com base na leitura da ementa e proposições descritas nas unidades de ensino, parece ser possível abordar o conteúdo da Pedagogia Hospitalar, afirmação que se sustenta por localizar na literatura a discussão de espaços escolares e não escolares, e o âmbito do AEH parece estar em consonância com uma discussão possível no que diz respeito à atuação da Pedagogia em espaços não escolares. Analisando também as bibliografias indicadas na disciplina, não há autores que se destacam na área da Pedagogia Hospitalar.

Constituem como disciplinas da segunda fase: Educação e Sociedade II (54h); Filosofia da Educação II (72h); História da Educação I (72h); Arte, Imaginação e Educação (72h); Educação e Trabalho (54h); Educação e Infância II (54h) e Organização dos Processos Educativos I (54h). Dessas disciplinas, talvez, *Organização dos Processos Educativos I*, que nesse momento procura compreender as origens dos estudos da criança e sua infância nas diferentes áreas científicas, assim como identificar as bases epistemológicas determinantes da constituição do conhecimento sobre criança, infância e educação, trazendo como conteúdo as contribuições da Sociologia e Antropologia para a concepção de infância, as crianças e seus direitos e deveres, poderia fazer referência ao tema do AEH. Nessa disciplina se estuda o ECA, assim como os direitos das crianças, entretanto, o direito das crianças de acessar os estudos fora do contexto da escola regular, é explorado de forma tímida. Organização dos Processos Educativos I (54h); estudar as principais teorias que baseiam a relação entre educação e socialização. Realiza uma análise dos fundamentos das políticas públicas educacionais e seus impactos na legislação do ensino e na organização dos processos educativos. Contextualizando o processo histórico que influenciaram a essa forma de organização. Apresentando os aspectos legais da educação brasileira. A unidade II “As políticas públicas e o sistema nacional da educação”, traz a organização educacional no Brasil. Quais as estruturas administrativas e colegiadas, níveis de ensino, modalidades de

ensino, programas assistenciais de educação e a legislação do ensino. Nesse momento entra a discussão se a Pedagogia Hospitalar é uma modalidade de ensino. No Programa de Ensino da disciplina, compreende-se por modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Especial, Educação à distância, Educação Indígena e Ensino Noturno). Entretanto, no ano que cursei a disciplina (no segundo semestre de 2015), ministrada pela docente Dra. Jocemara Triches, esse foi o único momento do curso no qual a Pedagogia Hospitalar nos foi apresentada de forma breve, sendo entendida como uma modalidade de ensino ainda não regularizada. Podendo nesse momento termos entrado em uma discussão mais assídua, com embasamento de teóricos da área.

A terceira fase também é composta por sete disciplinas: Teorias da Educação (54h); Linguagem Escrita e Criança (54h); História da Educação II (72h); Iniciação à Pesquisa (54h); Aprendizagem e Desenvolvimento (72h); Didática I: fundamentos da teoria pedagógica para o ensino (72h); Educação e Infância III (36h).

A disciplina *Educação e Infância III* que aponta para uma possibilidade de abordar o tema, e tem por objetivo conhecer as crianças em diferentes contextos socioculturais e formativos. Ao ser analisado a bibliografia de base, o que se observa são textos que trazem o espaço formal da educação, sem olhar para outras infâncias, vividas por crianças que estão inseridas em outro contexto, como os hospitais, por exemplo.

Na quarta fase há seis disciplinas obrigatórias e um NADE, todavia, segundo o que está divulgado na matriz curricular, até o semestre de 2019.1 não foi ofertado nenhum NADE com foco no contexto da Pedagogia Hospitalar ou em outros temas centrais que pudessem abordar a discussão. Quanto às disciplinas, são oferecidas, Alfabetização (54h); Ciências, Infância e Ensino (90h); Educação Matemática e Infância (72h); Pesquisa em Educação I (54h); Educação e Infância IV: fundamentos da Educação Infantil (72h) e Organização dos Processos Educativos II (54h). Sobre *Educação e Infância IV: fundamentos da Educação Infantil*, segundo o que consta no Programa de Disciplinas de 2016, no capítulo III há uma discussão sobre a legislação brasileira no que se refere à Educação Infantil como um direito de todos, trazendo a Constituição Federal (1988) e a LDB (1996) para a discussão, entretanto, não traz outros contextos para além da educação formal. Já *Organização dos Processos Educativos II* (54h), propõe como discussão os níveis e modalidades de ensino existentes no país, assim como a construção do currículo em diferentes espaços fora do ambiente escolar

regular, ao que parece aqui o AEH poderia ser contemplado como uma dimensão do estudo. Buscando olhar para disciplinas que pudessem versar, em alguma medida, sobre o estudo do AEH, inferimos que ainda que de forma tangencial, *Educação e Infância IV: fundamentos da Educação Infantil e Organização dos Processos Educativos II* poderiam ser um espaço de estudo da temática na quarta fase do curso.

Organização dos Processos Educativos na Educação Infantil I (72h); Literatura e Infância (54h); Geografia, Infância e Ensino (90h); História, Infância e Ensino (90h); Fundamentos e Metodologia da matemática (72h) e Educação e Infância V: conhecimento, jogo, interação e linguagens (72h), são as disciplinas da quinta fase do curso. Nesse conjunto de disciplinas se aborda temas mais relacionados à formação da pedagoga para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, totalizando seis disciplinas obrigatórias.

No caminho de leitura até aqui, se percebe que algumas das disciplinas e/ou ementas que poderiam de alguma forma, abordar o estudo sobre a Prática pedagógica dentro dos hospitais, não o faz. Questões relacionadas aos elementos históricos, diferentes modalidades de atuação, e respaldos legais que asseguram o direito à educação são apresentados de forma importante.

A partir da quinta fase é perceptível uma ênfase maior aos estágios obrigatórios - em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental -, que ocorrem, respectivamente, na sétima e oitava fase do curso; as disciplinas passam a abordar questões que ampliam o conhecimento para a atuação docente, sobretudo, no âmbito escolar formal.

Sete disciplinas constituem também o quadro de oferta na sexta fase: Educação e Infância VI: conhecimento, jogo, interação e linguagens II (54h); Organização dos Processos Educativos na Educação Infantil II (72h); Políticas e Práticas Pedagógicas relacionadas à Educação Especial (54); Língua Portuguesa e Ensino (54h); Infância e Educação do Corpo (72h); Educação de Jovens e Adultos (72h) e Pesquisa em Educação II (54h). Nesse período do curso são abordadas outras modalidades de ensino, e se estuda, pontualmente, com maior centralidade as políticas relacionadas à Educação Especial e o exercício da docência na Educação de Jovens e Adultos. Parece que aqui haveria outro momento possível para trazer a temática da Pedagogia Hospitalar, uma vez que é dedicado um tempo para se estudar outras modalidades de ensino.



Na sétima fase é realizado o estágio obrigatório em Educação Infantil, totalizando 216 Hora/Aula semestrais. As disciplinas ofertadas são: Comunicação e Educação (72h), e desde o ano de 2016 até a presente data, a disciplina de Educação Especial: conceitos, concepções e sujeitos (72h) também é ministrada nesse período do curso. Registra-se que desde 2016, a disciplina de Libras (54h) que era ofertada na sétima fase, passou a ser ministrada na nona fase, alteração que se deu entre as disciplinas Educação Especial: conceitos, concepções e sujeitos e Libras.

A oitava fase evidencia uma organização a partir do estágio obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que totaliza 216 Hora/Aula semestral. Didática II: processos de ensino nos anos iniciais da escolarização (72h); Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar (72h), disciplinas que se comunicam diretamente entre si, dando suporte para pensar o exercício da docência nos anos iniciais. No planejamento das disciplinas é proposto um cronograma articulado entre as disciplinas/professoras. É também ofertada Pesquisa em Educação III: orientação ao TCC (36h), que subsidia a construção do projeto para o TCC. A última fase do curso se volta para a realização do TCC (12h) e sua apresentação, e a disciplina de Libras (54h).

Em síntese, é possível observar a partir da proposta do Projeto Pedagógico do curso, assim como na matriz curricular e Programas de Ensino, que apesar dos avanços no âmbito educacional, que incide na compreensão de que existem outros espaços educacionais para além dos espaços escolares, se faz necessário contemplar o estudo do AEH na proposta curricular vigente, o que sugere que outros contextos de ensino, como o hospital, não são abordados ou são estudados de forma mais periférica.

Por meio do mesmo percurso metodológico descrito, apresento a análise do PPP, a matriz curricular, planos de aula disponíveis na página do curso de Pedagogia da UDESC (que ocorre no período matutino e noturno), observando dentro de cada plano de aula, por meio de leitura minuciosa das ementas e bibliografias, se o AEH é contemplado na formação.

O curso de Licenciatura em Pedagogia da UDESC tem por objetivo<sup>24</sup>,

[...] formar docentes para atuar prioritariamente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com uma sólida fundamentação

---

<sup>24</sup> Dados disponíveis em: <http://www.faed.udesc.br/?id=111> Acesso em 08 de junho de 2019.

teórica e metodológica com base na relação teoria e prática para uma atuação crítica e comprometida com a Educação Básica. (UDESC).

Ou seja, pode-se inferir, de maneira geral, que o curso tem como ênfase a atuação no ensino regular. Atualmente está em funcionamento com o currículo atualizado em 2012.1, constituído de oito fases, com uma carga horária total de 3150 Hora/Aula. Objetivando contextualizar o curso e seu desenvolvimento, e compreensão da matriz curricular atual, trago os principais fatos históricos, dispostos em um quadro síntese com datas e acontecimentos a partir do que é referido no PPP do curso.

Quadro 5 – Contextualização histórica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Catarina

DATA/ANO	ACONTECIMENTO
1º de março de 1964	Início da primeira turma do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação do Instituto de Educação Dias Velho. Entretanto, 11 meses após, o Conselho Federal de Educação, num parecer de autoria de Valnir Chagas, manifesta-se contrário ao funcionamento da Faculdade como parte do Instituto
1965	Decreto nº 2.802, de 20/05/1965: definida e estruturada a Fundação Educacional de Santa Catarina - FESC e outorgado poderes para esta constituir a UDESC, à qual a Faculdade de Educação ficou vinculada
Anos 60	A Faculdade de Educação tinha o objetivo de formar professores para as cadeiras específicas do Curso Normal, regional e colegial, supervisores e orientadores para o ensino primário, inspetores e administradores escolares e formar também pesquisadores educacionais. Passou a congregar dois órgãos: o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais - CEPE (implantado sob o patrocínio do 1º PLAMEG) e o Curso de Pedagogia, com 40 vagas, regime seriado anual e duração de 4 anos e seguia os postulados do Decreto-Lei nº1.190/39 –

DATA/ANO	ACONTECIMENTO
1970-	Primeira reestruturação do currículo, dividido em dois grandes blocos: base comum de estudos e parte diversificada, sendo o primeiro composto pelas disciplinas dos chamados Fundamentos da Educação e o segundo pelas disciplinas das habilitações específicas: Magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Administração Escolar - "Especialistas em Educação"
1985	Uma nova mudança curricular contra o regime militar e o ensino tecnicista. O novo traçado curricular passou então a ser organizado a partir três blocos, chamados de núcleos: núcleo comum, desenvolvido nos dois primeiros semestres do curso, composto por disciplinas de formação geral; Núcleo Educacional Geral, com quatro semestres, composto por disciplinas também de formação geral, porém relacionadas com a educação e Núcleo Profissionalizante, constituído por disciplinas específicas das habilitações, distribuídas nas duas fases finais do curso, aonde acontecia o Estágio Curricular Supervisionado
1989	Ampliação de novas habilitações
1993	Inclusão de disciplinas obrigatórias (como: Alfabetização e Educação Sexual)

DATA/ANO	ACONTECIMENTO
1994	Constituição do Grupo de Sistematização do Projeto Pedagógico (GSPP). Para a discussão da reestruturação do curso
1994 a 1996	Grupo GSPP realiza um levantamento visando identificar o perfil da pedagoga
1997	GSPP traz a discussão uma nova proposta curricular
2004	Novo currículo que propõe a necessidade da formação do professor para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental em nível superior no Curso de Pedagogia. Apostando em uma formação profissional que fosse pedagogo e docente ao mesmo tempo
2006	É implementada a Resolução CNE/CP nº1, que institui Diretrizes Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Extinguindo as habilitações. E iniciando a discussão sobre o currículo atual do curso. (Que entrou em vigor em 2012)

Fonte: Faculdade de Educação (FAED) – PPP do Curso de Licenciatura em Pedagogia UDESC (2011)

Segundo o PPP em vigência do Curso, a matriz curricular segue a mesma direção proposta no currículo de 2004, mantendo dois eixos básicos: *Educação, Cultura e Sociedade e Teoria e Prática pedagógica*, que foram alterados para atender às DCNP 2006. Dessa forma, teve a inserção do eixo *Diversificação e Aprofundamento de Estudos*. O eixo *Educação, Cultura e Sociedade* é caracterizado “[...] por disciplinas obrigatórias que tem como objetivo precípua subsidiar a prática docente a partir das diferentes bases epistemológicas que compõem o campo de estudos da Pedagogia”. (UDESC, 2011, p, 23). Nesse sentido, o eixo parece sinalizar como preocupação, auxiliar a futura pedagoga no que se

refere ao novo contexto mundial de educação. O eixo *Teoria e Prática pedagógica* tem “[...] um papel integrador no currículo, além de também contemplar conhecimentos dos Estudos Básicos. Nele estão inseridas disciplinas de caráter obrigatório, além do Estágio Curricular Supervisionado, voltadas aos saberes teórico-práticos relacionados à profissão”. (PPP, UDESC, 2011, p, 24). Visualiza-se, aqui, uma aproximação das questões teóricas e práticas, consolidando a formação da pedagoga. O eixo *Diversificação e Aprofundamento de Estudos* é composto pelas disciplinas optativas do currículo, que se relacionam com as áreas de pesquisa do Curso.

A seguir, passo a apresentar os dados localizados na matriz curricular do Curso, nos ementários das disciplinas e bibliografias disponíveis nos planos de aula, observando se o contexto hospitalar se inseriu no percurso formativo das futuras pedagogas.

A primeira fase é composta por seis disciplinas: Antropologia e Educação (72h); Pesquisa em Educação (72h); História da Educação: da constituição da escola moderna à primeira república (72h); Filosofia e Educação: conceitos fundamentais (72h); Psicologia e Educação: relações históricas e epistemológicas e Educação e Infância (72h). Das seis disciplinas, *Educação e Infância*, que tem por objetivo geral analisar a legislação e as políticas educacionais para a infância no Brasil, discutindo importantes documentos, como a Constituição Federal (1988), a LDB (1996) e o ECA, haveria aí uma possibilidade de contemplar a discussão do AEH. Ou seja, compreendo que nesse momento, outros contextos de infância poderiam ser problematizados a partir de respaldos legais. Ao se verificar na bibliografia utilizada (disponível no Programa de Ensino atualizado em 2018.2), não se encontra autores que discutem para além do ensino regular.

Sete disciplinas totalizam a segunda fase do curso. Filosofia e Educação: correntes de pensamento (72h); História e Educação: da escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira; (72h); Sociologia e Educação: fundamentos do pensamento sociológico (72h); Educação e Juventude (72h); Mídia e Educação (54h); Produção Textual (54h) e Psicologia e Educação: teorias de aprendizagem (72h). Dentre elas, *Psicologia e Educação: teorias de aprendizagem*, cujo ementário propõe problematizar ações psico-educativas nos espaços escolares e não escolares, e que poderia fazer, talvez, alguma referência ao AEH, ao consultar o conjunto de bibliografias, se confirma que o foco principal da discussão se volta para os centros de educação infantil e escolas.

Na terceira fase são propostas oito disciplinas obrigatórias, Sociologia e Educação: a constituição do campo (72h); Educação Especial e Educação Inclusiva (72h); Educação das Relações Etnicorraciais (72h); Artes Visuais e Ensino (54h); Educação, gênero e sexualidade (72h); Leitura e Literatura Infanto-juvenil (54h); Libras – Língua Brasileira de Sinais (36h) e Fundamentos da Didática (72h). Em nenhum dos ementários das referidas disciplinas é abordado o contexto do AEH, bem como se percebe uma impossibilidade maior de articular o tema nas disciplinas.

Na quarta fase há sete disciplinas: Alfabetização e Letramento: linguagens e textualidades (90h); História e Ensino (72h); Políticas e Planejamento da Educação no Brasil (72h); Didática: organização do trabalho docente (72); Currículo: questões conceituais (72h); Estágio Curricular Supervisionado I (36h) e Organização e Gestão da Educação Infantil, Anos Iniciais, e EJA (72h). Segundo a leitura dos ementários e as bibliografias utilizadas, a ênfase na fase parece ir à direção de oferecer sustentação teórica para a atuação da pedagoga na Educação Infantil.

A quinta fase é constituída por seis disciplinas: Estágio Curricular Supervisionado II (162h); Alfabetização e Letramento: métodos de alfabetização (90h); Música e Ensino (36h); Planejamento e Avaliação na Educação Infantil (90h); Língua Portuguesa e Ensino (72h) e Teatro e Ensino (36h). Nesse momento do curso é ofertado, *Música e Ensino*, e *Teatro e Ensino*, disciplinas que poderiam abordar em algum nível o AEH, por se compreender que tanto a música quanto o teatro são importantes aliados a formação do sujeito, sobretudo, quando o mesmo encontra-se hospitalizado, visto que a ludicidade, conforme apontado por autores da área, auxilia no processo de recuperação da criança (DANTAS et al. 2015).

Na sexta fase se observa um destaque para atuação dessas profissionais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir das disciplinas: Estágio Curricular Supervisionado III (126h); Diversificação e Aprofundamento de Estudos: Seminário I – Pesquisas Contemporâneas (54h); Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino fundamental (90h); Ciências e Ensino (72h); Geografia e Ensino (72h); Matemática e Ensino (72h). Mais uma vez, não se localiza bibliografias ou ementas que abordem as discussões acerca do ensino fora do ambiente escolar comum.

As disciplinas, Trabalho de Conclusão de Curso: projeto (162h); Diversificação e Aprofundamento de Estudos: Seminário II – Aprofundamento Temático (144h); Currículo e

Contemporaneidade (90h) e Trabalho, Conhecimento e Tecnologia (72h), são ofertadas na sétima fase do curso. Nesse momento haveria uma possibilidade de trazer o contexto hospitalar nos seminários. E na oitava e última fase estão as disciplinas: Produção e Revisão Textual (72h); Trabalho de Conclusão de Curso (180h); Diversificação e Aprofundamento de Estudos: Seminário III – Práticas Pedagógicas (108h). Em síntese, oito fases totalizam o Curso de Pedagogia da UDESC, e não se constata discussão, seja na ementa, bibliografia, ou PPP que abordasse o exercício docente dentro dos hospitais. Nem mesmo nas disciplinas optativas ou nos Seminários de Aprofundamento de Estudos.

A partir de análise minuciosa no que ambos os cursos propõem, e com base na leitura de autores que pudessem trazer elementos na compreensão da formação necessária para a pedagoga atuar dentro do contexto hospitalar, em síntese, se constata que em ambos os cursos, há ausência de conhecimentos específicos na formação para atuar no AEH.

Se por um lado, é observado um crescente na implantação do AEH pelo país, assim como a existência de leis mais específicas no que diz respeito ao atendimento, por outro, parece que os cursos de formação - é importante lembrar que foram analisados dois cursos de duas universidades de referência no estado -, não estudam ou pouco estudam sobre a atuação da Pedagogia no hospital. Isto é, os cursos de Licenciatura em Pedagogia, não abordam a teoria/prática dessa área. Segundo Matos e Mugiatti (2007), a pedagoga tem uma grande responsabilidade ao assumir o espaço hospitalar, o que exige um amparo científico-pedagógico, de forma a desenvolver repertórios para atuar na respectiva área.

Todos têm direito à escolaridade; mas, para isso, é necessário criar as necessárias condições nos grandes hospitais pediátricos ou outros hospitais que tenham crianças/adolescentes em idade de escolarização hospitalizados. Portanto, é importante buscar, para essas atividades, educadores especializados e competentes no plano pedagógico (MATOS E MUGIATTI, 2007).

Ao profissional da educação, portanto, cabe se apropriar de estudos que contemplem a dimensão do desenvolvimento, da aprendizagem e do ensino dentro do contexto hospitalar, e a singularidade que o marca, bem como a dimensão do caráter interdisciplinar da atuação.



## **POR HORA... A SÍNTESE POSSÍVEL**

Na tentativa de compor sínteses finais, porém, não conclusivas a partir do estudo realizado, e entendendo a complexidade que envolve o tema da Pedagogia Hospitalar, assim como o meu profundo interesse na área, compreendo que esse momento marca a necessidade de ampliação e aprofundamento para os próximos estudos.

Partindo da questão norteadora da pesquisa: compreender de que forma o AEH é abordado nos currículos dos dois principais cursos de Licenciatura em Pedagogia do estado, com base nas reflexões e inferências acerca das informações obtidas, compreendo que apesar das mudanças ocorridas no âmbito educacional, com implementação de leis, debates e discussões que tangem a educação como um direito de todos para além dos espaços formais de ensino, ainda é sentido uma ausência na discussão e amparo teórico/metodológico, na formação acadêmica para se atuar em outros contextos educacionais.

Destaco que embora sejam necessários conteúdos e ações específicas para atuar na área, se confirma nos dados apresentados ao longo da presente pesquisa, que não há uma habilitação específica para atuar nesse contexto. Fazendo-nos refletir que muito é exigido da pedagoga que atua dentro do hospital, entretanto, pouco é ofertado efetivamente na sua formação, seja inicial ou continuada. Os estudos de Ceccim (1999) e Matos e Mugiatti (2007), quando resgatados, oferecem uma compreensão sobre a profissional que atua no contexto hospitalar e a necessidade de apropriar-se de estudos bem específicos, como, a patologia dos educandos/pacientes, o contato direto com os familiares e de forma mais recorrente, com os médicos e enfermeiros, e demais trabalhadores da saúde, rotina hospitalar. E ainda, estar atenta ao que a criança já sabe e em contato direto com a escola de origem de cada estudante.

No que diz respeito aos objetivos delineados, compreendo que foram importantes e organizadores para análise dos dados, impulsionando a leitura para uma compreensão maior do que fora proposto. Considerando ser esse um importante tema, mas que ainda é pouco discutido, e por isso, me deparei com algumas limitações, como, localizar artigos científicos recentes de autores que discutem o contexto hospitalar. Os trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações, encontrados e lidos, em sua maioria trazem as mesmas referências.

Outro dado relevante, como estudante do curso desta universidade, é que localizo no decorrer da minha formação, a ausência de estudos sobre o AEH. Ademais, o que é

perceptível em ambos os currículos analisados (UFSC e UDESC), é que a discussão da Pedagogia na relação com a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, se destaca. Talvez, um indicativo para a lacuna percebida, seria poder pensar a abordagem do AEH, articulando com o estudo da educação em outros espaços para além das escolas: dentro dos hospitais, em Associações, presídios, a EJA, atendendo a dimensão que preconiza a educação como um direito de todos, sobretudo, aos que se encontra impedido de estar dentro da escola.

Por fim, vale destacar a importância deste trabalho e o seu significado no momento de conclusão do curso. Além da análise curricular, ao estudar e procurar oferecer visibilidade a prática pedagógica dentro dos hospitais, interesse explicitado no início do estudo, um tanto da ausência sentida em relação à temática não discutida, é preenchida, e outro tanto segue como vontade de aprofundar e talvez experimentar na prática como é ser professora dentro do hospital, afirmação acompanhada de frio na barriga, mas também sentida como um desafio que me traz coragem de seguir...

## REFERÊNCIAS

- Assembleia Geral da ONU. (1948). **"Declaração Universal dos Direitos Humanos"** (217 [III] A). Paris. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/> Acesso em 25 de março de 2019.
- BARROS. Alessandra Santana. **Contribuições da Educação Profissional em Saúde à Formação para o Trabalho em Classes Hospitalares**. Caderno CEDES. Campinas, vol. 27, n. 73, p. 249-368, set./dez.2007
- BORGES, Priscila da Rosa. BORGES Gustavo da Rosa. **"A contribuição da pedagogia no tratamento da criança hospitalizada"**. Caderno pedagógico, Lajeado, v. 9, n. 2, p. 185-196, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/andri/Downloads/866-872-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/andri/Downloads/866-872-1-PB%20(2).pdf) Acesso em 02 de maio de 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/superior/legisla\\_superior\\_const.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf) Acesso em 26 de março de 2019.
- BRASIL. Decreto-lei nº1.044, de 21 de outubro de 1969. **Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica**. Brasília, 1969; 148º da Independência e 81º da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del1044.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del1044.htm) Acesso em: 26 de março de 2019.
- BRASIL. Congresso Nacional. Decreto-lei nº6.202, de 17 de abril de 1975. Brasília. **Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências**. 1975; 154º da Independência e 87º da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1970-1979/L6202.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6202.htm) Acesso em: 27 de março de 2019.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm) Acesso em 20 de março de 2019.
- BRASIL. Congresso Nacional. Decreto-lei nº3298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)> Acesso em: 09 de abril de 2019.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº13.716 de 24 de setembro de 2018. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**,

**para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm) Acesso em 20 de março de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 4.191-B. 2004. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar; tendo pareceres da Comissão de Seguridade Social e Família [...]** Disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=5AC62ACC89E90206C2B2443827AA63C8.node2?codteor=536763&filename=Avulso+-PL+4191/2004](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5AC62ACC89E90206C2B2443827AA63C8.node2?codteor=536763&filename=Avulso+-PL+4191/2004) Acesso em 15 de março de 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº. 11.184 de 21 de março de 2005. **Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação.** Brasília, 21 de março de 2005; 184º da Independência e 117º da República Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm) . Acesso em: 7 maio de 2019.

BRASIL. RESOLUÇÃO 41, DE 13 DE OUTUBRO DE 1995. **Direitos da criança e do adolescente hospitalizado.** Disponível em: [http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/Res\\_41\\_95\\_Conanda.pdf](http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/Res_41_95_Conanda.pdf) Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.(\*). **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso 02 de abril de 2019.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf) Acesso em 20 de maio de 2019.

BRUMMER, Bárbara Rafaela. **A atuação do professor no âmbito da classe hospitalar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Curso de Pedagogia. Florianópolis, 2013.

CARDOSO. Terezinha Maria; MELO. Marilândes Mól Ribeiro. **Classe hospitalar e a escola regular: estreitando laços.** PONTO DE VISTA, Florianópolis, n.9 p. 113-130, 2007.

COMIM, Juliana de Oliveira. **Os saberes docentes na classe hospitalar.** Tese (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 123. 2009. Disponível em: [http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06\\_12\\_2011\\_11.10.49.6700c6a398863e1c1eb03a43b687f2fe.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06_12_2011_11.10.49.6700c6a398863e1c1eb03a43b687f2fe.pdf) Acesso em: 10 de abril de 2019.

CECCIM, Ricardo B. **Classe hospitalar: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar**. Revista Integração, Brasília, ano 9, nº 21, 1999, p. 31-39. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000125&pid=S1517-9702200400020000500008&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000125&pid=S1517-9702200400020000500008&lng=pt) Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

DARELA, Maristela Silva. **Classe hospitalar e escola regular: tecendo encontros**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Florianópolis, 2007.

**Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069 de julho de 1990. 5 ed. São Paulo, 1990. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em 27 de março de 2019.

ESTEVEVES, Cláudia R. **Pedagogia Hospitalar: um breve histórico**.

FONTES, Rejane de S. **A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital**. In \_\_\_\_\_ Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, \_\_\_\_\_ 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/andri/Desktop/TCC/Pedagogia%20hospitalar%202.pdf>> Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

FONTES, Rejane de S. **Da classe à Pedagogia Hospitalar: A educação para além da escolarização**. LINHAS, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 72 - 92, jan. / jun. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1395/1192> Acesso em 24 de janeiro de 2019.

FONSECA, Eneida Simões. **A Situação Brasileira do Atendimento Pedagógico-Educacional Hospitalar**. Educ. Pesqui. vol.25 no.1 São Paulo Jan./June 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97021999000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000100009) Acesso em 15 de abril de 2019.

GEREMIAS, T. M. F. **A educação no contexto hospitalar na perspectiva das crianças**. 2010. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GOLÇALVES, Sheila Maria Mazer. **Construção de uma proposta de formação continuada para professores de classe hospitalar**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Centro de Ciências da Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 178 p. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2919/5566.pdf?sequence=1> Acesso em 15 de abril de 2019.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O que é Pedagogia**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)> Acesso em 26 de Março de 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietação e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf> Acesso em 18 de abril de 2019.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira & MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; TORRES, Patrícia Lupion (orgs.). **Teoria e prática na pedagogia hospitalar: novos cenários, novos desafios**. Curitiba: Champagnat, 2010

MEINEM, Carina Vizzotto. Conteúdos Subjetivos da Docência e a Classe Hospitalar. Tese – (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 233 p. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>. Acesso em: 11 de dezembro de 2011.

MOTA, C.H. **Carta da Criança Hospitalizada**. Lisboa. Instituto de apoio à Criança. Caderno 1, p 59-63. novembro. 2000.

OLIVEIRA, M. E. Princípio 7. In: Santos, L. Jorge. A. **Carta da Criança Hospitalizada: Comentários**. Lisboa: Instituto de Apoio à Criança. Caderno 1. Nov, 2000, p. 61-63.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. A Pedagogia de Projetos nas Escolas dos Hospitais: Estratégia coletiva de construção de conhecimentos. In. SCHILKE, Ana Lúcia, NUNES, Lauane Baroncelli, AROSA, Armando C.(Orgs). **Atendimento Escolar Hospitalar: saberes e fazeres**. Niterói Ed Intertexto, 2011.p.57-65.

SANTOS, C. B.; SOUZA, M. R. **Ambiente hospitalar e escolar**. In: MATOS, E. L. M. (Org.) **Escolarização Hospitalar: Educação e saúde de mãos dadas para humanizar**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SANTOS, Divina Ferreira de Queiroz. **Formação do professor para a pedagogia hospitalar na perspectiva da educação inclusiva na rede municipal de Goiânia**. Tese (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, p. 115. 2011. Disponível em:

<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1052/1/DIVINA%20FERREIRA%20DE%20QUEIROZ%20SANTOS.pdf> Acesso em 10 de abril de 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia: o espaço da Educação na Universidade**. Cadernos de Pesquisa, v. 37. N. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000100006&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em 30 de fevereiro de 2019.

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO**. Disponível em < <http://www.hijg.saude.sc.gov.br/index.php> > Acesso em: 29 de março de 2019.

TAAM, Regina. **Assistência Pedagógica à criança hospitalizada**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2000, 216 pg.

VASCONCELOS, Sandra. **Classe Hospitalar no mundo: um desafio à infância em sofrimento**. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57, Fortaleza, 2005. Anais... Reunião anual da SBPC, 57, Fortaleza. 2005. Disponível em: Acesso em: 12 maio 2019.

XXI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES, COMPLEXIDADE E TRABALHO DOCENTE. **IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar** – ENAEH, 2015.

**ANEXOS**



**ANEXO 1 – CURRÍCULO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

**Habilitação: Licenciatura em Pedagogia**

**Documentação:** Curso reconhecido pelo Decreto Federal 336 de 04/08/1983, publicado no Diário Oficial da União de 08/08/1983  
Parecer Criação = 47672 - 19/01/1960  
Documento Criação = 445 - 05/02/1975  
Renovação de Reconhecimento - Portaria nº 921 de 27/12/2018 e Publicado no D.O.U em 28/12/2018.  
Curso Reconhecido pela Portaria nº 29/01/2018 e Publicado no DOU de 10/01/2018.

**Objetivo:**

**Titulação:** Licenciado em Pedagogia

**Diplomado em:** Pedagogia

**Período de Conclusão do Curso:** Mínimo: 6 semestres Máximo: 14 semestres

**Carga Horária Obrigatória:** UFSC: 3870 H/A CNE: 3225 H  
Optativas Profissionais: 216 H/A

**Número de aulas semanais:** Mínimo: 13 Máximo: 30

**Coordenador do Curso:** Profa. Dra. Jocemara Triches  
**Telefone:** 37219414



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

Habilitação: **Licenciatura em Pedagogia**

**Fase 01**

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
EED7100	Introdução à Pedagogia	Ob	54	3	(AEC5102 ou EED5100 ou EED5102)	
EED7101	Estado e Políticas Educacionais	Ob	72	4	(EED1121 ou EED5113 ou EED5121)	
EED7102	Diferença, Estigma e Educação	Ob	54	3		
EED7111	Educação e Sociedade I	Ob	54	3	(CSO1128 ou CSO5126 ou CSO5128 ou SPO5126)	
EED7121	Filosofia da Educação I	Ob	72	4	(EED5302 ou EED5308 ou FIL1101 ou FIL5301 ou FIL5680)	
- Criança e Infância: conceitos e delimitação de campos de estudos. Construção social da infância e determinações sócio-histórico. Função social das instituições educativas voltadas para a infância: creche; pré-escola e ensino fundamental.						
MEN7101	Educação e Infância	Ob	54	3		
PSI7012	Psicologia, Educação e Infância	Ob	72	4	PSI7001	



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**  
Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

## CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

Habilitação: **Licenciatura em Pedagogia**

### Fase 02

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
EED7103 Educação e Trabalho	Ob	54	3	(EED5305 ou PSI5120)		
EED7112 Educação e Sociedade II	Ob	54	3	(CSO1134 ou CSO5134 ou EED5303)	EED7111	
EED7122 Filosofia da Educação II	Ob	72	4	(EED5304 ou EED5309 ou FIL1102 ou FIL5302 ou FIL5307)	EED7121	
EED7131 Organização dos processos Educativos I	Ob	54	3	(EED1180 ou EED1191 ou EED5180 ou EED5181 ou EED5187)		
Aspectos epistemológicos da relação infância, sociedade, educação e escola. A infância e a criança como objetos de investigação nas diferentes áreas científicas e suas consequências para compreensão das relações nas instituições educativas. A educação da criança na pesquisa educacional.						
MEN7102 Educação e Infância II	Ob	54	3		MEN7101	
Arte como experiência e conhecimento. Imaginação, educação e cultura visual. Leitura e produção de imagens. Linguagens da arte, suas mídias e interações: teatro, dança, música, cinema, artes visuais. Arte em contextos educativos.						
MEN7110 Arte, Imaginação e Educação	Ob	72	4	MEN5116		
-História, História da Educação: conceitos e abordagens. A História e a sociedade contemporânea. Historiografia da educação: fontes históricas e os campos de investigação. Educação histórica e a formação de professores.						
MEN7111 História da Educação I	Ob	72	4	(HST1180 ou HST5180)		



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

Habilitação: **Licenciatura em Pedagogia**

**Fase 03**

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
EED7104 Teorias da educação	Ob	54	3	EED5331	(EED7121 eh EED7122)	
EED7105 História da Educação II	Ob	72	4	(EED5103 ou EED5104)	MEN7111	
EED7140 Iniciação à Pesquisa	Ob	54	3	(EED1312 ou EED5311 ou EED5312)		
MEN7103 Educação e Infância III	Ob	36	2		(MEN7101 eh MEN7102)	
MEN7112 Aprendizagem e Desenvolvimento	Ob	72	4	(DPT1320 ou DPT1321 ou DPT5108 ou MEN5101)	PSI7001	
MEN7121 Didática I: Fundamentos da Teoria Pedagógica para o Ensino	Ob	72	4	(MEN1131 ou MEN5121 ou MEN5131)		
- Aquisição da linguagem. A criança na sociedade letrada. Concepções, representações e hipóteses de escrita formuladas pela criança. Relações entre escrita, oralidade, linguagens verbal e não verbal. Processos não planejados e não sistematizados de aquisição/aprendizagem da escrita. Da leitura/escrita icônica à leitura /escrita arbitrária e convencional. Introdução à letramento e alfabetização.						
MEN7130 Linguagem Escrita e Criança	Ob	54	3			



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

Curso: 308 - PEDAGOGIA

Currículo: 20091

Habilitação: Licenciatura em Pedagogia

**Fase 04**

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
EED7132	Organização dos processos Educativos II	Ob	54	3	(EED1192 ou EED5182 ou EED5192)	EED7131
EED7141	Pesquisa em educação I	Ob	54	3	(EED1313 ou EED5313 ou EED5315)	EED7140
MEN7104	Educação e Infância IV: Fundamentos da Educação Infantil	Ob	72	4	MEN5159	(MEN7101 eh MEN7102 eh MEN7103)
MEN7131	Alfabetização	Ob	54	3		MEN7130
MEN7134	Ciências, Infância e Ensino	Ob	90	5	MEN5113	MEN7121
MEN7135	Educação Matemática e Infância	Ob	72	4	MEN5111	MEN7121
-	NADE	Ob	54			

Fundamentos históricos, políticos e pedagógicos da educação infantil. Políticas para a educação infantil no Brasil: condicionantes nacionais e internacionais. Legislação e orientações governamentais para a educação infantil. Modelos curriculares em educação infantil: bases teóricas e metodológicas.



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

**Habilitação: Licenciatura em Pedagogia**

**Fase 05**

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
Bases conceituais: jogos, brinquedo e brincadeiras; pensamento e linguagem; interações sociais. Processos de formação do pensamento: conceitos espontâneos e conceitos científicos. Contribuição da brincadeira, das interações e da linguagem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.						
<b>MEN7105</b> Educação e Infância V: Conhecimento, Jogo, Interação e Linguagens I	Ob	54	3	(EED5606 ou MEN5160 ou MEN5161)	(MEN7101 eh MEN7102 eh MEN7103 eh MEN7104)	
<b>MEN7132</b> Literatura e Infância	Ob	54	3	LLV5344		
<b>MEN7136</b> Fundamentos e Metodologia da Matemática	Ob	72	4		(MEN7121 eh MEN7135)	
As tendências do pensamento geográfico e os problemas do ensino da geografia descritiva e informativa. Princípios teórico-metodológicos do ensino de geografia nas séries iniciais. A construção da noção de espaço na criança e as relações sociais. A interação com o meio-ambiente e o espaço de vivência. Prática como Componente Curricular: exercícios de planejamento de ensino para os anos iniciais.						
<b>MEN7137</b> Geografia, Infância e Ensino	Ob	90	5	MEN5114	MEN7121	
<b>MEN7138</b> História, Infância e Ensino	Ob	90	5	MEN5112	MEN7121	
<b>MEN7151</b> Organização dos processos Educativos na educação Infantil I	Ob	72	4	(MEN1145 ou MEN5145 ou MEN5148 ou MEN5150 ou MEN5158)	(MEN7101 eh MEN7102 eh MEN7103 eh MEN7104)	



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

Habilitação: **Licenciatura em Pedagogia**

**Fase 06**

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<b>EED7142</b> Pesquisa em Educação II	Ob	54	3	(EED5315 ou EED5316)	(EED7140 eh EED7141)	
<b>EED7150</b> Políticas e Práticas Pedagógicas Relacionadas a Educação Especial	Ob	54	3	EED5501	EED7101	
Implicações educacionais do jogo, da interação e das linguagens como base para a construção do conhecimento na infância. Estratégias metodológicas e indicadores para a ação pedagógica nos diferentes contextos educativos. As linguagens: não-verbal, verbal, gestual, corporal, plástica, pictórica e musical das crianças. A produção cultural das e para as crianças.						
<b>MEN7106</b> Educação e Infância VI: Conhecimento, Jogo, Interação e LinguagensII	Ob	54	3		(MEN7101 eh MEN7102 eh MEN7103 eh MEN7104 eh MEN7105)	
<b>MEN7133</b> Língua Portuguesa e Ensino	Ob	54	3	MEN5110	(MEN7112 eh MEN7121 eh MEN7130 eh MEN7131)	
<b>MEN7139</b> Infância e Educação do Corpo	Ob	72	4	MEN5115		
<b>MEN7140</b> Educação de Jovens e Adultos	Ob	72	4			
<b>MEN7152</b> Organização dos processos Educativos na Educação Infantil II	Ob	72	4		(MEN7104 eh MEN7105 eh MEN7151)	





## CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

**Habilitação: Licenciatura em Pedagogia**

### Fase 07

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<b>EED7151 Educação Especial: Conceitos, Concepções e Sujeitos</b>	Ob	72	4			
Diretrizes educativas e definição de núcleos da ação pedagógica da atuação no estágio em educação infantil. Conhecimento dos campos de estágios e definição compartilhada dos projetos de estágio. Observação, registro, documentação e análise dos contextos e das relações educativas. Atuação docente. Elaboração de memorial descritivo - análise crítica das intervenções realizadas junto às unidades de educação infantil do sistema público de educação.						
<b>MEN7107 Educação e Infância VII: Estágio em Educação Infantil</b>	Ob	216	12	(MEN1393 ou MEN1394 ou MEN5392 ou MEN5394)	(MEN7104 eh MEN7105 eh MEN7106 eh MEN7151 eh MEN7152)	
Educação, comunicação e cultura das mídias. As mídias e suas linguagens. Recepção: crítica, estética e mediações culturais. Crianças, jovens e as interações com as mídias e as tecnologias na escola, na família e na cultura. Conceitos, objetivos e perspectivas da mídia-educação. Tecnologia, produção de conhecimento e formação de professores. Formas de apropriação da cultura das mídias: apreciação, crítica e produção em contextos educativos.						
<b>MEN7113 Comunicação e Educação</b>	Ob	72	4		MEN7110	
<b>- NADE</b>	Ob	54				



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

Habilitação: **Licenciatura em Pedagogia**

**Fase 08**

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<b>EED7133</b> Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar	Ob	72	4	(EED5183 ou MEN1147 ou MEN5147)	(EED7131 eh EED7132)	
<b>EED7143</b> Pesquisa em educação III: Orientação ao TCC	Ob	36	2	EED5317	(EED7140 eh EED7141 eh EED7142)	
<b>MEN7108</b> Educação e Infância VIII: Exercício da Docência nos anos Iniciais	Ob	216	12	MEN5325	(MEN7101 eh MEN7121 eh MEN7130 eh MEN7131 eh MEN7133 eh MEN7134 eh MEN7135 eh MEN7136 eh MEN7137 eh MEN7138)	
<b>MEN7122</b> Didática: Processos de Ensino nos Anos Iniciais da Escolarização	Ob	72	4	MEN5122	MEN7121	



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**  
Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

### CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

**Habilitação: Licenciatura em Pedagogia**

#### Fase 09

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<b>EED7144 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)</b>	Ob	216	12		(EED7140 eh EED7141 eh EED7142 eh EED7143)	
<b>LSB7904 Língua Brasileira de Sinais I (PCC 18horas-aula)</b>	Ob	72	4			
- <b>Disciplina Optativa</b>	Op	72	4			

Desmistificação de idéias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais enquanto língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à língua brasileira de sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais (nome, endereço, telefone). Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.

#### Disciplinas Optativas

CARGA MÍNIMA OBRIGATÓRIA 72 HORAS-AULA

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<b>ANT5309 Antropologia Cultural B</b>	Op	72	4			
<b>FFD5110 Capitalismo e Educação</b>	On	72	4			
<b>EED5115 Financiamento da Educação</b>	Op	72	4			
<b>EED5116 Economia da Educação</b>	Op	54	3			
<b>EED5220 Educação Popular</b>	Op	72	4			
<b>EED5221 Estudos da Juventude Contemporânea</b>	Op	54	3			
<b>EED5222 Educação Biocêntrica</b>	Op	72	4			
<b>EED5224 Percepção, Corpo e Cegueira</b>	Op	72	4			
<b>EED5225 Dança no Espaço Escolar</b>	Op	72	4			



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**  
Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

## CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

**Habilitação: Licenciatura em Pedagogia**

História da educação de surdos. As organizações política, lingüística e social dos surdos brasileiros. Os movimentos surdos locais, nacionais e internacionais e seu impacto na educação. Políticas públicas e a educação de surdos.

**EED5226 Educação de Surdos** Op 72 4

**EED5228 Educação e Movimentos Sociais** Op 36 2

**EED5229 Educação, Pobreza e Desigualdade** Op 72 4

História dos surdos no Brasil. História da língua de sinais. Organizações de surdos. As culturas surdas. Arte surda. Tradutor e intérprete. Escrita de sinais. Morfologia. Conversação em sinais. Gramática.

**EED5306 Fundamentos de Língua de Sinais Brasileira II** Op 72 4

Estudo sobre o desenvolvimento e aquisição da linguagem, objetivando uma abordagem dos distúrbios da comunicação relacionados ou não com problemas do Sistema Nervoso Central, salientando-se as consequências psicopedagógicas que acarretam, com análises de casos que devem conduzir à avaliação educacional para efeito de tratamento específico.

**EED5603 Patologia da Linguagem** Op 54 3

**EED7145 Educação do Campo** Op 72 4

**EED7146 Infância e Violência** Op 72 4

**EED7147 Educação e Movimentos Sociais** Op 72 4

**EED7148 Leituras histórico-filosóficas da educação no Brasil Colonial** Op 72 4

-Introdução à educação especial: história, abordagens teóricas e terminologia. A política de educação especial. O trabalho pedagógico com os estudantes da educação especial na Educação Básica.

**EED7149 Educação Especial na Educação Básica** Op 72 4

Estágios de desenvolvimento lingüístico-infantil dentro da fonologia, sintaxe, sêmanica e discurso. Cognição e linguagem: relações e interdependências. Desenvolvimento lingüístico e meio ambiente: implicações pedagógicas. Desenvolvimento lingüístico e a aquisição da leitura e escrita.

**LLV5622 Aquisição e Desenvolvimento da Língua Infantil** Op 72 4

A Literatura Infantil nas Séries Iniciais; A Literatura Infantil e suas fontes: contos feéricos e (re) leituras; Monteiro Lobato e a renovação do gênero; tendências contemporâneas: estética e indústria cultural; o imaginário e o real; o humor e o poético nos textos para crianças.

**MEN5102 Ensino de Literatura Infantil nas Séries Iniciais** Op 36 2

Discussão e aprofundamento acerca do gênero como constitutivo das relações sociais. Estabelecer articulações entre os aspectos que norteiam o debate atual sobre gênero e a educação da infância em instituições educativas.

**MEN5103 Gênero, Infância e Educação** Op 36 2

Princípios filosóficos. Pressupostos teórico - metodológicos. História e experiências de ações pedagógicas libertárias.

**MEN5104 Pedagogia Libertaria** Op 36 2

Cibercultura e a Pedagogia. Tecnologia de Comunicação Digital e o saber transversal. Multimídia e transposição didática. Mediação pedagógica em ambiente atual e virtual. Construindo um observatório pedagógico: leitura e produção de texto e de hipertexto.

**MEN5105 Tecnologia de Comunicação Digital e Transposições Didáticas** Op 72 4

Fundamentos teórico-práticos da implementação de exercícios de yoga, em sala de aula, como estímulo ao processo de Ensino-Aprendizagem. Fundamentos do Yoga na sua dimensão filosófica e Prática.

**MEN5106 Yoga na Aprendizagem** Op 72 4

Educação, relações sociais e os negros no Brasil. Cultura e processos identitários. Escola, currículo e projetos pedagógicos para igualdade de oportunidades educacionais.

**MEN5107 Estudos-Educação dos Negros-Brasil** Op 72 4

Danças circulares sagradas: história, princípios, fundamentos. Danças circulares de diferentes povos e tradições: vivências. Danças circulares sagradas e educação: da singularidade à construção do grupo. A circularidade na dança e na educação: dimensões simbólicas. A dança e os arquétipos: relações e reflexos na formação de professores.

**MEN5108 Danças Circulares Sagradas e Formação de Professores** Op 72 4



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**  
Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

### CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

Habilitação: **Licenciatura em Pedagogia**

	Evolução histórica e tendências da Tecnologia Educacional. Pressupostos teóricos. A Tecnologia Educacional na educação brasileira e suas perspectivas tecnológica de ensino. Interação entre estímulos tecnológicos.			
<b>MEN5141</b>	<b>Tecnologia Educacional</b>	Op	72	4
	-A evolução da Educação à Distância. Tecnologias da informação e comunicação para Educação à Distância. Metodologias educacionais em ambientes virtuais de aprendizagem. As funções/papéis do professor na Educação à Distância. Software/Plataformas para Educação à Distância. Recursos e critérios de avaliação para Educação à Distância			
<b>MEN5910</b>	<b>Educação à Distância</b>	Op	72	4
-	<b>Disciplinas Optativas: Carga Mínima obrigatória 72h/aula</b>	Op	72	
<b>EED5227</b>	<b>Corpo, Gênero e Sexualidade: Implicações p/Práticas Pedagógicas</b>	Op	72	4

### NADE (Núcleo de Aprofundamento de Estudos)

CARGA MÍNIMA OBRIGATÓRIA 108 HORAS-AULA

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<b>EED7155</b>	<b>NADE-Políticas Intern p/a Educ, Formação de Professores e Form. de Gestores</b>	Ob	54	3		
<b>EED7156</b>	<b>NADE - Educação Popular, Arte e Cidadania</b>	Ob	54	3		
<b>EED7157</b>	<b>NADE- Os Clássicos e a Educação</b>	Ob	54	3		
<b>EED7158</b>	<b>NADE- Alfabetização na Perspectiva do Letramento</b>	Ob	54	3		
<b>EED7159</b>	<b>NADE - Pesquisa em Educação Especial no Brasil</b>	Ob	54	3		
<b>EED7170</b>	<b>NADE -História da educação catarinense e sua relação com a formação de professores</b>	Op	72	4		
<b>EED7171</b>	<b>NADE-Modalidade Pesquisa</b>	Ob	54	3		
<b>EED7172</b>	<b>NADE - Modalidade Extensão</b>	Ob	54	3		
<b>EED7173</b>	<b>NADE -Práticas Educativas e Relações Étnico-Raciais</b>	Ob	54	3		
<b>EED7174</b>	<b>NADE - Educação Integral</b>	Ob	54	3		
<b>MEN7155</b>	<b>Nade-Educação de Jovens e Adultos</b>	Ob	54	3		
<b>MEN7156</b>	<b>Nade-Práticas Educativas e Relações Étnico-Raciais</b>	Ob	54	3		
<b>MEN7157</b>	<b>Nade-Yoga na Aprendizagem</b>	Ob	54	3		
<b>MEN7158</b>	<b>Nade-Educação Patrimonial, Memória, Linguagens</b>	Ob	54	3		
<b>MEN7159</b>	<b>Nade-Avaliação dos processos Educativos</b>	Ob	54	3		





**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**  
Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

**Habilitação: Licenciatura em Pedagogia**

MEN7170	NADE-Narração de Histórias e Educação	Op	54	3
MEN7171	NADE - Produção de Linguagem Audiovisual, Digital e Hipermediática na Educação	Op	54	3
MEN7172	NADE - Cinema, Infância e Educação	Op	54	3
MEN7173	NADE - Alfabetização Cartográfica	Ob	54	3
MEN7174	NADE-Modalidade Pesquisa	Ob	54	3
MEN7175	NADE-Modalidade Extensão	Ob		
MEN7176	Arte e Criação de Materiais Pedagógicos na Educação Infantil	Ob	54	3
MEN7177	NADE - Brinquedoteca e Espaços Lúdicos na Prática Pedagógica	Ob	54	3
MEN7178	NADE - Infância, Educação, Escola e Direitos da Criança	Ob	54	3

**ATIVIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS OU CULTURAIS**

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<p><i>(*) As ativ. tec.-científicas ou culturais são obrig. p/ a integral. curr., conf. consta no Proj. Pedagógico do curso. Total: 108hs, que devem ser cumpridas, obrigatoriamente, até a 8ª fase do Curso. Os estudantes devem cumprir ativ. em p/menos 3 mod. distinta</i></p>						
EED7160	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Monitoria	Ob	36	2		
EED7161	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Iniciação Científica	Ob	36	2		
EED7162	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Extensão	Ob	36	2		
EED7163	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Cursos	Ob	36	2		
EED7164	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Eventos	Ob	36	2		
EED7165	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Atividades Artísticas	Ob	36	2		
EED7166	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Centro Acadêmico de Pedagogia	Op	36	2		
EED7167	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Pesquisa	Op	36	2		
EED7168	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Estágio	Op	36	2		
MEN7160	Atividades Técnicas - Científicas ou Culturais: Monitoria	Ob	36	2		
MEN7161	Atividades Técnicas - Científicas ou Culturais: Iniciação Científica	Ob	36	2		



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

Pró-Reitoria de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

Curso: **308 - PEDAGOGIA**

Currículo: **20091**

**Habilitação: Licenciatura em Pedagogia**

<b>MEN7162</b>	Atividades Técnicas - Científicas ou Culturais: Extensão	Ob	36	2
<b>MEN7163</b>	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Curso	Ob	36	2
<b>MEN7164</b>	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Eventos	Ob	36	2
<b>MEN7165</b>	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Atividades Artísticas	Ob	36	2
<b>MEN7166</b>	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Centro Acadêmico de Pedagogia	Ob	36	2
<b>MEN7167</b>	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Pesquisa	Op	36	2
<b>MEN7168</b>	Atividades Técnico-Científicas ou Culturais: Estágio	Op	36	2

**Observações**

null

**Legenda:** Tipo: Ob=Disciplina Obrigatória; Op=Disciplina Optativa; Es=Estágio; Ex=Extracurso; H/A=Hora Aula Equivalente; Disciplina equivalente; Conjunto: Disciplinas que devem ser cursadas em conjunto



**ANEXO 2 – CURRÍCULO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**CURSO DE PEDAGOGIA****AUTORIZAÇÃO:** Decreto Federal nº 563/63 e Resolução CONSUNI nº 19/89**RECONHECIMENTO:** Portaria Ministerial (MEC) nº 1301/1991 renovado pelo Decreto Estadual nº 795/2016**PERÍODO DE CONCLUSÃO:** Mínimo: 4 anos / Máximo: 7 anos**NÚMERO DE VAGAS:** 40 vagas para ingresso no primeiro semestre e 40 vagas para ingresso no segundo semestre**TURNO:** matutino ou noturno**NÚMERO DE FASES:** 8**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 3.852 h/a**ÚLTIMA ALTERAÇÃO CURRICULAR:** Resolução nº 004/2018 CONSEPE**LOCAL DE FUNCIONAMENTO:** Florianópolis**MATRIZ CURRICULAR E EMENTÁRIOS DAS DISCIPLINAS:**

DISCIPLINA	CRED	CH	PRÉ-REQUISITO
<b>1ª FASE</b>			
<b>Antropologia e Educação</b> Conceito de cultura. Etnocentrismo e relativismo. Diversidade. Cultura e educação. O olhar antropológico sobre a educação. Escola, cotidiano e educação. Classe, raça/etnia, gênero e geração na escola e em espaços não escolares. Métodos da pesquisa etnográfica e educação.	4	72	-
<b>Pesquisa em Educação</b> Iniciação à produção científica. As formas de conhecimento. Pesquisa educacional: abordagens, métodos e instrumentos de pesquisa. Perspectivas da pesquisa na e sobre a prática docente.	4	72	-
<b>História da Educação: da constituição da escola moderna à primeira república</b> História da Educação: objetos, abordagens e fontes. O nascimento da escolarização moderna. Colonização e educação na América Portuguesa. As reformas pombalinas em Portugal e na América Portuguesa. O surgimento dos sistemas escolares estatais no mundo ocidental. A educação brasileira e catarinense durante o período imperial. A educação brasileira e catarinense durante a Primeira República e as suas ligações com as experiências educativas européias e americanas.	4	72	-
<b>Educação e Infância</b> Reflexões teóricas sobre o processo de produção das infâncias. Caracterização de diferentes infâncias. História e políticas da educação à infância no Brasil. Pedagogia da Infância.	4	72	-
<b>Filosofia e Educação: conceitos fundamentais</b> Natureza da filosofia, origens e evolução histórica. A reflexão filosófica e seus principais temas: Ética, Epistemologia, Política, Estética. O papel da reflexão filosófica frente aos problemas teóricos e práticos. O desenvolvimento das concepções pedagógicas na história do pensamento.	4	72	-
<b>Psicologia e Educação: relações históricas e epistemológica</b>	4	72	-

Relações históricas e epistemológicas. Matrizes do pensamento psicológico e implicações para o campo educacional. Teorias de desenvolvimento humano e seus desdobramentos pedagógicos. Infância e adolescência como categorias psicológicas e pedagógicas.			
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>432</b>	
<b>2ª FASE</b>			
<b>Filosofia e Educação: correntes de pensamento</b> Filosofia e as questões da educação. Concepções de infância. A educação e as instituições, o indivíduo e o ambiente social, produção e transmissão do conhecimento, educação e poder. Correntes do pensamento filosófico educacional moderno e contemporâneo.	4	72	-
<b>Historia e Educação: da Escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira</b> O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o debate educacional. Estado Novo, nacionalização da educação. As leis orgânicas do ensino: os debates em torno das LDBEN. Movimentos Populares em Educação e a pedagogia freireana. A educação brasileira e catarinense sob a Ditadura Militar. O florescimento das pedagogias não-diretivas e seus desdobramentos.	4	72	-
<b>Psicologia e Educação: teorias de aprendizagem</b> Aspectos cognitivos, afetivos e sociais do processo de ensino e de aprendizagem: enfoques contemporâneos. Problematizações psico-educativas nos espaços escolares e não-escolares. Contribuição da Psicologia para o estudo da infância, adolescência, juventude e família.	4	72	-
<b>Sociologia e Educação: fundamentos do pensamento sociológico</b> A natureza da sociedade. O contexto histórico de surgimento da sociologia. O pensamento sociológico clássico: Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Conceitos sociológicos fundamentais e educação.	4	72	-
<b>Educação e Juventude</b> As diferentes concepções de juventude. Jovens, escolarização e trabalho. Jovens, participação política e movimentos sociais. Culturas e sociabilidades juvenis na sociedade contemporânea. Juventudes e políticas públicas no Brasil. Processos educativos na Educação de Jovens e Adultos: âmbito escolar e não escolar.	4	72	-
<b>Mídia e Educação</b> Relações entre ciência, técnica e cultura. Pedagogias dos meios de comunicação e informação. Estudo das linguagens dos diferentes produtos da mídia e dos artefatos digitais no âmbito das práticas escolares.	3	54	-
<b>Produção Textual</b> Fatores de textualidade: coerência, situacionalidade, coesão, informatividade, intertextualidade. A construção de sentidos no texto. Leitura, análise e produção de textos acadêmicos: resumo, resenha, artigo, relatório, projeto. Normas da ABNT. Elaboração de produções teóricas: organização textual de acordo com as normas da ABNT.	3	54	-
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>468</b>	
<b>3ª FASE</b>			
<b>Sociologia e Educação: a constituição do campo</b> Educação como objeto da Sociologia. Principais abordagens sociológicas do fenômeno educacional. Trabalho e educação. Temas contemporâneos da Sociologia da Educação. Movimentos sociais e educação. Escola, família e educação. Sociologia da infância e educação.	4	72	-

<b>Educação Especial e Educação Inclusiva</b> Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Sujeitos com história de deficiência na educação básica: questões de currículo e gestão escolar. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal.	4	72	-
<b>Educação das Relações Etnicorraciais</b> Fundamentos das relações raciais na sociedade brasileira. A questão da identidade nacional. Identidades culturais. Desigualdades de classe, gênero e etnicorraciais no Brasil contemporâneo. Políticas públicas e ações afirmativas. Orientações pedagógicas, políticas e ações para a educação das relações Etnicorraciais.	4	72	-
<b>Artes Visuais e Ensino</b> Pressupostos teóricos e metodológicos das artes visuais na educação em espaços e tempos escolares. Especificidades da produção de conhecimento em artes visuais em diferentes idades e contextos. Linguagens visuais: criação, materiais, técnicas, análise e contextualização.	3	54	-
<b>Educação, gênero e sexualidade</b> A sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Abordagens contemporâneas para Educação Sexual. Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos. Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero. Recursos didático-metodológicos ao trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnicorracial. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.	4	72	-
<b>Leitura e Literatura Infanto-juvenil</b> Leitura: natureza e funções. Formação do leitor. Estratégias de ensino da leitura. Professor contador de histórias. Seleção, abordagem e ensino do texto literário. Produção editorial contemporânea. Práticas sociais de leitura para crianças e jovens. Literatura, pesquisa e prática educacional. A relação com as demais áreas do conhecimento.	3	54	-
<b>Libras - Língua Brasileira de Sinais</b> Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura, história e legislação. Identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa e implicações para a prática pedagógica.	2	36	-
<b>Fundamentos da Didática</b> Aspectos históricos, sociais e pedagógicos da constituição da área da Didática. Saberes da formação e ação docente. Dimensões da ação docente: relação teoria e prática; ensino e aprendizagem; processos e práticas de planejamento e avaliação. Campos escolares e não escolares de atuação docente. Desafios contemporâneos para a docência.	4	72	-
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>504</b>	
<b>4ª FASE</b>			
<b>Alfabetização e Letramento: linguagens e textualidades</b>	5	90	-

Letramento e alfabetização. Aquisição e desenvolvimento da linguagem. Interface entre oralidade e escrita. O letramento na ontogênese. Alfabetização como processo de apropriação de diferentes linguagens. Concepção de escrita como textualidade.			
<b>História e Ensino</b> Saber histórico escolar: o tempo histórico e o tempo cronológico. O desenvolvimento do pensamento histórico. Noções sobre o individual e o coletivo, permanências e mudanças. Planejamento, avaliação e materiais didáticos: livro didático, literatura, filme, música, museu, fotografia e documentos. História local e oral. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de História (Anos Iniciais do Ensino Fundamental). Relação com as demais áreas do conhecimento.	4	72	-
<b>Políticas e Planejamento da Educação no Brasil</b> Concepções de política, poder, estado e democracia e suas relações com a educação. Reformas educacionais no Brasil e na América Latina. Planejamento e gestão da educação: Planos de educação, regime de colaboração, municipalização, descentralização. Políticas para a Educação Básica. Financiamento da educação: fundos públicos, vinculação orçamentária, descentralização financeira, manutenção e desenvolvimento do ensino.	4	72	-
<b>Didática: organização do trabalho docente</b> Princípios teóricos e metodológicos da organização do trabalho docente. Mediação pedagógica. Mobilização de saberes na ação docente para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Instrumentos de trabalho docente: planejamento, documentação e avaliação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Procedimentos didáticos, materiais didáticos e novas tecnologias. Conteúdos escolares: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Propostas Curriculares Estadual e Municipais, Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RECNEI).	4	72	-
<b>Currículo: questões conceituais</b> Origem e desenvolvimento do campo do currículo. Teorias de currículo: Tradicionais Críticas e Pós-Críticas. Relações entre currículo, conhecimento e cultura. A questão do conhecimento e da "verdade". A questão do sujeito e da subjetividade. A questão do poder. A questão dos valores.	4	72	-
<b>Estágio Curricular Supervisionado I</b> Conhecimento de instituições e contextos da Educação Básica. Identificação e reconhecimento da organização escolar e do trabalho de docente. Articulação entre docência e gestão escolar. Registro das observações, elaboração de relatório e socialização interna do estágio.	2	36	-
<b>Organização e Gestão da Educação Infantil, Anos Iniciais e EJA</b> Análise dos fundamentos políticos, econômicos e sociais na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e na EJA. Políticas de atendimento à infância e aos jovens e adultos. Projeto Político-Pedagógico para a Educação Infantil, Anos Iniciais e EJA: planejamento, avaliação institucional e Propostas Curriculares. Metodologias de trabalho.	4	72	-
<b>TOTAL</b>	27	486	
<b>5ª FASE</b>			
<b>Estágio Curricular Supervisionado II</b>	9	162	Estágio Curricular Supervisionado I

Observação, acompanhamento e participação da dinâmica institucional em creches e pré-escolas e em atividades docentes. Elaboração do projeto e o exercício docente na Educação Infantil. Elaboração e socialização do relatório: documentação pedagógica do estágio.			
<b>Alfabetização e Letramento: métodos de alfabetização</b> Abordagem histórica dos conceitos de alfabetização e letramento. Análise dos métodos de Alfabetização. Projeto didático para o trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA. Programas e projetos de alfabetização atuais. A persistência de dilemas: prontidão para a alfabetização e cartilhas de alfabetização.	5	90	-
<b>Música e Ensino</b> Educação musical em espaços e tempos escolares. Experiências práticas e fundamentação teórico-metodológica para a ação docente. Vivências Musicais. Relação com as demais áreas do conhecimento.	2	36	-
<b>Planejamento e Avaliação na Educação Infantil</b> A especificidade do planejamento e da avaliação na Educação Infantil. Elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico para e com crianças de 0 a 5 anos. Estruturação da rotina diária em creches e pré-escolas. Tempo, espaço e culturas infantis como elementos curriculares na prática pedagógica da Educação Infantil. Indicadores de qualidade para avaliação do trabalho pedagógico na Educação Infantil.	5	90	-
<b>Língua Portuguesa e Ensino</b> Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral. Linguagem, língua e fala. Texto e ensino da língua e da gramática. Gêneros textuais. Conteúdos e metodologias para o ensino da Língua Portuguesa. Leitura, produção de texto e análise linguística. Planejamento e avaliação. Materiais didáticos: livro didático, literatura, multimídia. Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (Anos Iniciais do Ensino Fundamental). Usos e formas da língua oral e da língua escrita. Estrutura da língua: aspectos notacionais (letra e som, ortografia, pontuação) e aspectos discursivos (gêneros e tipos de texto). Habilidades linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever. Relação com as demais áreas do conhecimento.	4	72	-
<b>Teatro e Ensino</b> Princípios dramáticos e a linguagem teatral em espaços e tempos da educação infantil, anos iniciais e EJA, com enfoque nas particularidades dos processos de improvisação teatral e diferentes modalidades. Cultura teatral e integração entre fazer, compreender e apreciar teatro. Contexto real e contexto ficcional. Pré-texto, jogo dramático e jogo teatral. O professor-personagem: papel, função e mediação no processo de criação. A relação com as demais áreas do conhecimento.	2	36	-
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>486</b>	
<b>6ª FASE</b>			
<b>Estágio Curricular Supervisionado III</b> Observação, acompanhamento e participação nas atividades pedagógicas, no planejamento e práticas docentes. Observação direta na sala de aula, registro e reflexões sobre dinâmica da prática escolar dos anos iniciais (6 a 10 anos). Elaboração e execução do projeto de docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração do Relatório Final e socialização do Estágio.	7	126	Estágio Curricular Supervisionado II
<b>Diversificação e Aprofundamento de Estudos: Seminário I – Pesquisas Contemporâneas</b>	3	54	-

<b>Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental</b>	5	90	-
Planejamento do ensino, avaliação e desenvolvimento da prática pedagógica nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Docência e componentes curriculares nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – perspectivas contemporâneas. Propostas e diretrizes em âmbito nacional, estadual e municipal e ação docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Concepções de avaliação e o uso de instrumentos e procedimentos avaliativos nos Anos Iniciais. Registros avaliativos. Conselho e classe e projeto político-pedagógico – implicações no planejamento e avaliação.			
<b>Ciências e Ensino</b>	4	72	-
Caracterização do conhecimento científico. As diferentes concepções de ciências naturais e suas implicações para o ensino. Abordagem de conceitos básicos de física, química e biologia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Educação ambiental e qualidade de vida. Proposta Curricular de Santa Catarina e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Ciências. Planejamento e avaliação. Produção de materiais didáticos para o ensino de ciências nos Anos Iniciais do EF. Relação com as demais áreas do conhecimento.			
<b>Geografia e Ensino</b>	4	72	-
A Geografia escolar: histórico e concepções do ensino de geografia. Conceito de espaço, território, lugar, região e paisagem. A representação do espaço: noções espaciais e o processo de alfabetização cartográfica. As várias escalas de discussão espacial: regional, nacional, internacional. O lugar como possibilidade de análise espacial. Meio ambiente, degradação ambiental e preservação. O livro didático e as geografias possíveis: mapas, músicas, obras de arte, literatura e estudo do meio. Propostas e diretrizes curriculares. Produção de materiais didáticos. Relação com as demais áreas do conhecimento.			
<b>Matemática e Ensino</b>	4	72	-
Teorias e pedagogias em Educação Matemática, relativas à Topologia, à Geometria, ao Sistema de Numeração Decimal, focalizando as operações fundamentais, seus sentidos e procedimentos de cálculo nos campos numéricos dos Naturais e dos Inteiros. Ênfase na educação de crianças, jovens e adultos. Propostas e Diretrizes curriculares. Produção de materiais didáticos. Relação com as demais áreas do conhecimento.			
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>522</b>	
<b>7ª FASE</b>			
<b>Trabalho de Conclusão de Curso: projeto</b>	9	162	Conclusão das disciplinas de 1ª a 6ª fase
Aprofundamento teórico-metodológico da pesquisa, com ênfase na pesquisa educacional. Definição da temática de pesquisa. Elaboração de projeto e construção dos instrumentos de pesquisa.			
<b>Diversificação e Aprofundamento de Estudos: Seminário II - Aprofundamento Temático</b>	8	144	-
<b>Currículo e Contemporaneidade</b>	5	90	-
Relação entre currículo e cultura. Os desafios do ensinar e do aprender em um tempo de pluralidade cultural. Propostas curriculares atuais e a produção de subjetividades e identificações. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Proposta Curricular do Estado de			

Santa Catarina. Proposta Curricular do Município de Florianópolis. Propostas curriculares alternativas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.			
<b>Trabalho, Conhecimento e Tecnologia</b> Reflexão crítica sobre a relação entre conhecimento, trabalho e tecnologia. Educação, novas tecnologias e a ordem social. Conceituação de trabalho. O trabalho como categoria de produção do conhecimento. Conceitos de ciência e de tecnologia. Trabalho e educação na sociedade contemporânea.	4	72	-
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>468</b>	
<b>8ª FASE</b>			
<b>Produção e Revisão Textual</b> Fatores de textualidade: coerência, situacionalidade, coesão, informatividade, intertextualidade. A construção de sentidos no texto. Leitura, análise e produção de textos acadêmicos: resumo, resenha, artigo, relatório, projeto. Normas da ABNT. Elaboração de produções teóricas: organização textual de acordo com as normas da ABNT.	4	72	-
<b>Trabalho de Conclusão de Curso</b> Orientação e acompanhamento do processo de pesquisa e de produção do Trabalho de Conclusão de Curso. Desenvolvimento do projeto de pesquisa. Redação e organização técnica do TCC. Produção e socialização dos conhecimentos. Defesa pública do TCC.	10	180	Trabalho de Conclusão de Curso: projeto
<b>Diversificação e Aprofundamento de Estudos: Seminário III – Práticas Pedagógicas</b>	6	108	-
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>360</b>	

**Observações:**

- Os (as) acadêmicos (as) deverão obrigatoriamente estar matriculados de forma concomitante nas seguintes disciplinas por fase:  
5ª fase – Estágio Curricular Supervisionado II e Planejamento e Avaliação na Educação Infantil  
6ª fase - Estágio Curricular Supervisionado III e Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais e Ensino Fundamental  
8ª fase – Produção e Revisão Textual e TCC
- As disciplinas de Aprofundamento, denominadas de Diversificação e Aprofundamento de Estudos I, II e III, respectivamente, serão constituídas de três disciplinas:  
Seminário I – Pesquisas Contemporâneas – sempre na 6ª fase – 03 créditos  
Seminário II – Aprofundamento Temático – sempre na 7ª fase – 08 créditos  
Seminário III – Práticas Pedagógicas – sempre na 8ª fase – 06 créditos  
Na 6ª fase, os acadêmicos fazem a opção por um dos Núcleos de Aprofundamento e não pelos Seminários isoladamente. Desse modo, ao optar por um dos Núcleos, o aluno ficará obrigado a cursar as três disciplinas oferecidas neste Núcleo. Os Núcleos e as disciplinas (seminários) previstos nesta proposta são:

**a) DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL****Seminário I – Pesquisas Contemporâneas**

A produção científica na Educação Especial: panorama nacional e internacional. As pesquisas sobre escolarização e Educação Especial na produção científica brasileira.

**Seminário II – Aprofundamento Temático**



Processos de escolarização em foco: a compreensão do conceito de deficiência e suas implicações para a prática pedagógica. Educação inclusiva na educação especial: das políticas às práticas.

**Seminário III – Práticas Pedagógicas**

Observação, análise e aprofundamento de experiências educativas na Educação Especial em espaços inclusivos. Constituição de recursos e adaptações curriculares.

**b) DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO EM AMBIENTES VIRTUAIS**

**Seminário I – Pesquisas Contemporâneas**

Os ambientes virtuais na educação como objeto de estudo: panorama das pesquisas contemporâneas no Brasil e no exterior.

**Seminário II – Aprofundamento Temático**

Concepção de virtual, virtualidade e aprendizagem virtual. Comunidades e ambientes virtuais de aprendizagem: características, ferramentas, comunicação, interatividade, educação em ambientes virtuais nas modalidades presenciais e a distância.

**Seminário III – Práticas Pedagógicas**

Experiências Educacionais em Ambientes virtuais no Brasil e no Exterior, nas diferentes modalidades de ensino.

**c) DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS EM FAMÍLIAS, GÊNERO E VIOLÊNCIAS**

**Seminário I - Pesquisas Contemporâneas**

História social da família. Famílias brasileiras, famílias populares, mudanças nas famílias, novos arranjos familiares. Gênero e violências. Pesquisas recentes sobre família, gênero e violências.

**Seminário II - Aprofundamento temático**

Família e sexualidade. Relações de gênero e geração. Família, geração e cultura. Estatuto da Criança e do Adolescente. Violências contra crianças e adolescentes. Violências domésticas.

**Seminário III - Práticas Pedagógicas**

Pesquisa em escolas e outras instituições sociais. Orientação em projetos de pesquisa e/ou intervenção. Elaboração e avaliação de projetos sociais e educacionais. Planejamento e execução de projetos. Estudo de caso, pesquisa etnográfica em educação de crianças e adolescentes.

**d) DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS EM LINGUAGEM**

**Seminário I – Pesquisas Contemporâneas**

Texto como veículo de ensino da língua e da gramática.

**Seminário II - Aprofundamento Temático**

Capacidades metalinguísticas envolvidas no ensino da língua: relações fonológicas, lexicais, sintáticas e semânticas. Relações lógico-discursivas presentes na construção de narrativas. Condições didáticas para a produção do texto infantil.

**Seminário III - Práticas Pedagógicas**

Recursos lingüísticos aplicados ao ensino da língua. O dia a dia da linguagem na sala de aula.

**e) DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO E INFÂNCIA**

**Seminário I – Pesquisas Contemporâneas**

Pesquisas e abordagens contemporâneas nas interfaces Infâncias, famílias, educadores (as) e suas historicidades. Políticas de atendimento a infância. Relações entre educação infantil e ensino fundamental.

**Seminário II – Aprofundamento Temático**

O papel do jogo, das interações da linguagem na infância. Brinquedos, brincadeiras, literatura infantil, música desenho e arte. O jogo as interações a linguagem e a ação docente.

**Seminário III – Práticas Pedagógicas**

Formação de professores e práticas educativas nas dimensões: Diversidade, alteridade e inclusão na infância. O papel das interações sociais. Linguagem, consciência, conhecimento, imaginação e a afetividade. A produção cultural das e para as crianças.

**f) DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS****Seminário I – Pesquisas Contemporâneas**

As pesquisas atuais na área da educação das relações etnicorraciais.

**Seminário II – Aprofundamento Temático**

Relações raciais na escola: currículo e responsabilidades. Fiscalizando a TV, o livro didático a escola: a mensagem oculta do racismo.

**Seminário III - Práticas Pedagógicas**

Cultura escolar, a relação entre a EREER, educação multicultural e educação transcultural. Investigação de diferentes espaços sociais que se configuram como espaços educativos.

**g) DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO E RELIGIÃO****Seminário I - Pesquisas contemporâneas**

Pesquisas contemporâneas sobre a relação entre o fenômeno religioso e a educação em suas múltiplas formas e interfaces, compreendendo a análise das políticas, processos e práticas educativas, num enfoque interdisciplinar.

**Seminário II – Aprofundamento Temático**

Religiões, crenças, seitas, instituições e movimentos religiosos, numa abordagem histórica e antropológica. Interligações entre as diversas religiões e diferentes culturas com ênfase na realidade brasileira e catarinense. Relações de dominação, inclusão, exclusão, conflitos e compromissos, dos grupos sociais, instituições e movimentos religiosos, em suas relações e distribuição de poder. Religiões e relações interculturais. Religiões e alteridade.

**Seminário III - Práticas Pedagógicas**

A práxis educativa na Educação Básica nas interfaces do fenômeno religioso, como identidade cultural e expressão humana e seus conflitos e consensos no cotidiano educativo, contribuindo na busca de uma escola inclusiva e solidária contra a qualquer forma de discriminação.

**h) DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS EM CULTURAS, LÍNGUAS E LITERATURAS MODERNAS**

Com o objetivo principal de ampliar a competência comunicativa (linguística, sociolinguística e pragmática) e o acervo cultural dos acadêmicos, o Núcleo Diversificado e Aprofundamento de Estudos "Culturas, Línguas e Literaturas Modernas" é composto por um conjunto de três disciplinas optativas relativas às línguas e literaturas modernas, a saber: português, inglês e espanhol". Ao optarem por este núcleo, os acadêmicos escolhem, de igual modo ao anterior, cursar o conjunto de disciplinas previstas e não a realização de uma disciplina isolada. Isto posto, o acadêmico, ao se vincular a este núcleo, deverá cursar as seguintes disciplinas:

**Seminário I - Língua Portuguesa Instrumental**

Leitura e produção de textos voltados para o desenvolvimento da competência comunicativa (linguística, sociolinguística e pragmática) do estudante e a ampliação do seu acervo cultural e literário da língua portuguesa.

**Seminário II - Língua Inglesa Instrumental**

Leitura e produção de textos voltados para o desenvolvimento da competência comunicativa (linguística, sociolinguística e pragmática) do estudante e a ampliação do seu acervo cultural e literário da língua inglesa.

**Seminário III - Língua Espanhola Instrumental**

Leitura e produção de textos voltados para o desenvolvimento da competência comunicativa (linguística, sociolinguística e pragmática) do estudante e a ampliação do seu acervo cultural e literário da língua espanhola.

<b>Distribuição da Matriz</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga Horária (h/a)</b>
Total em Disciplinas Obrigatórias	170	3060
Total em Disciplinas Optativas	17	306
Total em Estágio Curricular Supervisionado	20	360
Total em Atividades Complementares	7	126
<b>Total Geral</b>	<b>214</b>	<b>3.852</b>

**ANEXO 3 – DOCUMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM ORIENTAÇÕES REFERENTES AO ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR/AEH PARA O ANO LETIVO DE 2018**



## ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Educação  
Diretoria de Gestão da Rede Estadual

### ORIENTAÇÕES REFERENTES AO ATENDIMENTO ESCOLAR HOSPITALAR/AEH PARA O ANO LETIVO DE 2018

#### 1. Atendimento Escolar Hospitalar (AEH)

- a. O Atendimento Escolar Hospitalar compreende a abordagem pedagógica realizada em sala de aula e/ou em leito às crianças e adolescentes, matriculados na Educação Básica, internados em ambiente hospitalar de Instituições mantidas pelo Estado de Santa Catarina.
- b. Para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, o AEH se pauta na Proposta Curricular de Santa Catarina, que se baseia na concepção histórico-cultural de aprendizagem, a qual considera todos capazes de aprender e compreende que as relações e interações sociais estabelecidas pelas crianças e pelos jovens são fatores de apropriação do conhecimento. (SANTA CATARINA, 1998). Isto implica em promover um espaço que estimule o gosto pelo aprender, ao mesmo tempo em que seja produtivo, desafiador, em que o aluno é levado a interagir de maneira crítica, criativa e consciente.
- c. A autorização para a continuidade do Atendimento Escolar Hospitalar, bem como para o afastamento do professor efetivo que irá atuar nesta modalidade, dependerá do encaminhamento de processo à SED/DIGR, indicando o Professor efetivo que assumirá o atendimento.

Para o ano letivo de 2018, somente após a emissão de Portaria, a DIGP autorizará o professor efetivo, habilitado em Pedagogia, a iniciar suas atividades no atendimento. Nas situações de professor ACT, a contratação será autorizada somente após a seleção por Chamada Pública.

- d. Nos casos de continuidade do Atendimento Escolar Hospitalar, a carga horária disponibilizada estará vinculada ao fluxo de atendimentos, realizados no ano de 2017 aos alunos matriculados na Educação Básica e, para tanto, serão disponibilizadas:
  - A. 20 (vinte) horas semanais para até 5 (cinco) atendimentos diários;
  - B. 40 (quarenta) horas semanais para um fluxo de 6 (seis) até 10 (dez) atendimentos diários;
  - C. 60 (sessenta) horas semanais para um fluxo de 11 (onze) até 15 (quinze) atendimentos diários, e assim sucessivamente.
- e. **Carga horária a ser cumprida:** Os professores contratados para atuar no AEH, a carga horária a ser cumprida deve atender os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 16.861/2015. Os contratos poderão ser feitos nas seguintes matrizes curriculares e disciplinas:

- Matriz Curricular 2961 (Anos Iniciais) – Disciplina 4011 – 16 horas-aula com jornada de trabalho de 20 horas semanais (12 horas com aluno, 4 horas atividade no ambiente hospitalar – 4 horas atividade fora do ambiente);
- Matriz Curricular 2962 (Anos Finais) – Disciplina 4011 – 16 horas-aula com jornada de trabalho de 20 horas semanais (12 horas com aluno, 4 horas atividade no ambiente hospitalar – 4 horas atividade fora do ambiente).

**2. Documentos necessários para o envio do processo solicitando continuidade do Atendimento Escolar Hospitalar, para afastamento de professor efetivo ou para seleção via Edital de Chamada Pública:**

- a. Ofício da unidade hospitalar, justificando a necessidade da continuidade do atendimento;
- b. Ofício de encaminhamento da GERED, com posicionamento em relação à solicitação, datado e assinado pelos seguintes profissionais: Gerente Regional de educação, Supervisor de Gestão Escolar e responsável pelo AEH da GERED;
- c. Quadro de Atendimentos, referente ao ano letivo de 2017, assinado pelos seguintes profissionais: Gerente Regional de Educação, Supervisor de Gestão Escolar, responsável pelo AEH da GERED e professor responsável pelo Atendimento Escolar Hospitalar; (Anexo A);
- d. Relatório pedagógico das atividades desenvolvidas em 2017, elaborado pela equipe de ensino da GERED, em conjunto com professores que atuaram no respectivo atendimento;
- e. Diploma do curso de Pedagogia somente para as solicitações de afastamento de professor efetivo.

**ATENÇÃO:** As vagas para a Chamada Pública só poderão ser ofertadas após o envio do processo à SED e emissão de parecer desta Secretaria para autorização da carga horária.

**2. Atribuições:**

**2.1. No que se refere ao AEH, são atribuições da Secretaria de Estado da Educação:**

- De acordo com a Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, o nível Setorial, compreendendo as Secretarias Setoriais e suas entidades vinculadas, terá o papel de planejar e normatizar as políticas públicas do Estado, voltadas para o desenvolvimento regional, específicas de suas áreas de atuação, exercendo, com relação a elas, a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional - SDRs.

**2.2 São atribuições da Gerência Regional de Educação (GERED) por intermédio do responsável pelo Atendimento Escolar Hospitalar:**

- selecionar os professores para atuação no AEH – indicação de professor efetivo ou ACT (via Chamada Pública);
- acompanhar e supervisionar a implantação e funcionamento do AEH nos hospitais e escolas vinculadas;

- orientar os professores em relação à ciência de algumas condutas específicas que não constituem práticas usuais de um professor de escola regular e nem fazem parte do currículo de formação de professores;
- preparar os professores para atuar com a diversidade deste campo educacional e atender as suas especificidades;
- promover, sistematicamente, reuniões de estudo e planejamento (quinzenais ou mensais) com os professores, para subsidiar as ações desenvolvidas no referido atendimento e garantir suporte teórico metodológico aos mesmos;
- acompanhar e supervisionar as atividades pedagógicas desenvolvidas no AEH;
- participar e orientar na elaboração de materiais e atividades pedagógicas para o trabalho desenvolvido;
- articular ações e informações entre GERED, escola vinculada e professores que atuam no AEH, aproximando os profissionais envolvidos;
- providenciar materiais permanentes (grampeador, perfurador, pranchetas, quadro branco, mobília – mesas, cadeiras, armários, estantes, mesa para computador – computador) e de consumo (pincel para quadro branco, cadernos, folhas A4, lápis, borracha, caneta, canetinha, lápis de cor, cola, tesoura, fita durex, fita crepe, pincel atômico, pincel, tinta guache, cartolina, papel pardo, papel crepom, E.V.A., livros de literatura infanto juvenil, pasta com elástico, pasta A-Z, etc...) para a sala do AEH;
- intermediar junto ao Setor de Gestão de Pessoas da GERED e escola vinculada as questões pertinentes à situação funcional dos professores;
- encaminhar anualmente os dados estatísticos solicitados pela SED para atualização do banco de dados sobre o AEH e providenciar os documentos necessários para a continuidade do atendimento a cada início do ano letivo;
- divulgar eventos relacionados à educação (cursos, encontros e congressos) e incluir as professoras do AEH nas capacitações descentralizadas,
- autorizar e encaminhar processos de solicitação de apoio financeiro para a participação dos professores nos eventos relacionados, e, liberação do ponto dos mesmos para a participação.

### **2.3 São atribuições da escola vinculada ao Atendimento Escolar Hospitalar:**

- Acompanhar todo o processo de continuidade do AEH e se fazer representar nas reuniões solicitadas pela SED ou GERED;
- assegurar as condições necessárias para o bom desenvolvimento das ações propostas pelo AEH (serviços de correio, fax, telefone, materiais de apoio);
- contratar os professores para o exercício no AEH;
- garantir que todas as informações sobre a situação funcional dos professores contratados para o AEH sejam repassadas e que os mesmos sejam informados sobre qualquer movimentação funcional;
- organizar o Livro Ponto dos professores do AEH e enviar mensalmente o Boletim de Frequência à GERED;
- carimbar e assinar os relatórios enviados às escolas regulares;
- divulgar eventos relacionados à educação (cursos, encontros e congressos) e liberação do ponto das professoras do AEH para participação dos mesmos;
- providenciar materiais permanentes e de consumo – em conjunto com GERED;
- realizar mensalmente as enturmações no SISGESC, dos alunos que frequentam o AEH (solicitar da professora do atendimento a relação dos alunos)

**2.4 São atribuições das escolas de Educação Básica do Estado:**

Compete às unidades escolares que tiverem alunos internados em hospitais, que ofereçam aos profissionais do Atendimento Escolar Hospitalar, o envio dos conteúdos e atividades solicitadas por esta equipe, para a garantia de um trabalho articulado durante a internação do aluno.

**2.5 São atribuições das Unidades de Saúde:**

Compete às Unidades de Saúde que oferecem o Atendimento Escolar Hospitalar, prover o suporte de apoio ao desenvolvimento das ações de escolarização, como: espaço físico adequado (com pia e banheiro), materiais de consumo (copos, guardanapos, luvas, pilhas, canetas, água...), reprografia para as atividades dos alunos e documentos necessários, serviços de correio, serviços de fax, linha telefônica para contato com escolas, entre outros.

**2.6 São atribuições dos professores que atuam no AEH:**

- cumprir a carga horária no hospital, previamente definida para este atendimento;
- seguir o Calendário escolar organizado pela escola vinculada;
- assinar a frequência em livro ponto, na sala do atendimento, e encaminhar o Boletim de Frequência Mensal à escola vinculada para envio de dados à GERED, para emissão de folha de pagamento;
- em caso de Atestado Médico, o mesmo deverá ser anexado ao Boletim de Frequência para a justificativa da falta;
- obter através da Central de Internações do hospital a listagem das crianças/adolescentes internados diariamente,
- preencher Ficha Cadastral de cada aluno atendido no AEH;
- preencher diariamente, a Ficha de Frequência dos alunos atendidos para o cômputo dos atendimentos realizados;
- registrar diariamente, em cada ficha, os conteúdos trabalhados, atividades desenvolvidas, bem como o desempenho do aluno;
- entregar a cada final de mês, na escola vinculada, a relação dos alunos cadastrados no atendimento, que são matriculados na rede pública estadual, para enturmação no SISGESC;
- arquivar anualmente, as Fichas Cadastrais e as Fichas Mensais de Frequência dos alunos atendidos no AEH;
- conhecer o espaço físico do hospital bem como os diferentes profissionais que atuam nestes espaços;
- conhecer a rotina do hospital (horário de visita médica, do banho, de medicação, de exames, das refeições) para adequar o atendimento pedagógico aos diferentes horários;
- conhecer diferentes tipos de dietas alimentares, de enfermidades mais frequentes, alguns procedimentos básicos de primeiros socorros e, que postura tomar em situações de emergência, para poder respeitar os limites clínicos dos alunos;
- definir com a responsável pelo AEH da GERED, a metodologia de trabalho a ser desenvolvido e planejar de acordo com as orientações da GERED;
- observar a recomendação médica para liberação da criança e/ou adolescente para participar do AEH;



- tomar conhecimento da situação de saúde de cada aluno com os profissionais da enfermagem, para os cuidados necessários (atenção à temperatura, soro, horário da medicação...)
- organizar diariamente a sala de aula para a execução das atividades planejadas;
- articular ações com os profissionais da saúde para a elaboração de uma proposta de atividades mais adequada e para um melhor desenvolvimento dos serviços do AEH;
- elaborar material didático diferenciado, respeitando as condições de saúde do aluno, de forma que este não perca a qualidade em conteúdo e que lhe permita melhor aproveitamento na aprendizagem;
- avaliar todas as atividades propostas e devidamente cumpridas pelo aluno, considerando sempre a sua condição diferenciada pelo processo de hospitalização;
- manter contato com a família do aluno para o repasse de informações sobre o trabalho pedagógico que está sendo desenvolvido, bem como solicitar o apoio da mesma no desenvolvimento das atividades;
- entrar em contato com a escola de origem do aluno quando sua internação hospitalar completar 03 (três) dias, com o objetivo de comunicar sua frequência no AEH e solicitar ao professor informações pertinentes, bem como os conteúdos que estão sendo trabalhados na série em que está matriculado;
- após a alta do aluno, organizar relatório descritivo dos conteúdos e atividades desenvolvidas, bem como do desempenho do mesmo (que será enviado pelo correio, após carimbo e assinatura da direção da escola vinculada);
- para o aluno que recebeu alta, entregar em mãos a Declaração de Frequência no AEH para apresentar à sua escola de origem; (Anexo B)
- participar de encontros, reuniões e cursos de formação continuada, ofertados pela SED, GERED, escola vinculada e/ou outras instituições de ensino;
- encaminhar anualmente à GERED e escola vinculada o Relatório Anual dos Atendimentos, para atualização dos dados estatísticos e para a definição da carga horária docente do ano seguinte, de acordo com as orientações emitidas anualmente pela SED.